

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THALES SILVA DE OLIVEIRA

**ATIVISMOS LGBTI EM EL SALVADOR: limites e possibilidades da
promoção da diversidade sexual e de gênero nos governos da
Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN)**

Recife
2023

THALES SILVA DE OLIVEIRA

Ativismos LGBTI em El Salvador: limites e possibilidades da promoção da diversidade sexual e de gênero nos governos da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Mudança Social.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos.

Recife
2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- O48a Oliveira, Thales Silva de.
 Ativismos LGBTI em El Salvador : limites e possibilidades da promoção da diversidade sexual e de gênero nos governos da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) / Thales Silva de Oliveira. – 2023.
 174 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2023.
 Inclui referências.
1. Sociologia. 2. Direitos humanos. 3. Movimentos sociais - El Salvador. 4. Identidade de gênero. 5. Cultura política. I. Santos, Gustavo Gomes da Costa (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2024-010)

THALES SILVA DE OLIVEIRA

Ativismos LGBTI em El Salvador: limites e possibilidades da promoção da diversidade sexual e de gênero nos governos da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 23/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Remo Mutzenberg (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Amaral Palevi Gómez Arévalo (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

À América Central, à El Salvador, aos e as ativistas e dissidentes do sexo/gênero do país. À América Latina e a todos e todas que vibram no agora vidas dissidentes nestes territórios inventados.

AGRADECIMENTOS

Os últimos anos, desde que de fato comecei a me aprofundar neste trabalho após adentrar a pós-graduação, tem sido difíceis. É devido a inúmeros encontros que pude atravessar as partes mais escaldantes e refrescantes desta sina. Este é o momento de saudá-los, e brincar de eternizá-los através deste texto.

Saúdo o encontro com a vida ou melhor dizendo o encontro do meu corpo vibrátil com o mundo intenso. Da intensidade da vida deste corpo em um mundo ferrenho, duro, categorizado, inventado e pelo encontro com a busca de reinventa-lo, por reinventa-lo vivo, mais intensamente vivo, mesmo que seja necessário destruí-lo. O encontro com os textos, com as *estórias* sobre Abya Ayala, com a diáspora que este corpo atravessou, com a diáspora que os ancestrais deste corpo atravessaram. O encontro com a diáspora entre São Paulo e Pernambuco e Paraíba, Sul e Norte, América Latina, América do Sul, América Central e América do Norte. O encontro com a decolonialidade, com a teoria queer, com a música, a arte, a cultura, o pop, a internet e as redes sociais, com todos os Monstros, Monstras e monstruosidades, as lutas pela vida intensa, com as *estórias* de outras diásporas, outras travessias.

Faz bem também saudar os desencontros e assim saúdo o desencontro com Thales Silva, em terceira pessoa, tenho buscado encontra-lo pelo desencontro. São (des)encontros aqueles com tuas dores, com tuas inseguranças, teus medos, teu ego, tua teimosia, tua segurança de si, tuas coragens, tuas descobertas e tuas aberturas. Ainda assim os saúdo.

Em especial saúdo o encontro com El Salvador e a América Central. Em uma tarde de 2014, um jovem com tesão de (des)aprender sobre o mundo entrou em uma sala de aula onde ocorria, ministrada por Aleksander Aguilar e Juliana Vitorino, uma fala sobre a América Central e o grupo de pesquisas O Istmo. Este trabalho é resultado da instiga desse encontro.

Saúdo o encontro com mamãe, Rosane Maria. Você nutriu e tornou possível minha existência com afeto, elegância, exemplo e força. Saúdo o encontro com Tia Monica, você me nutriu a dança, o sorriso, a aceitação e a rebeldia, o mais valioso dos valores. Saúdo – desejo saúde, cumprimento e sinto saudade – o encontro com Vó Maria, te chamavam de Maria América e é isso que suas *estórias* ancestrais

parecem ser, teus lambedores, teus feitiços, tuas rezas, tuas comidas, teu jardim, tuas plantas, tua floresta, tuas arvores, tua sabedoria, tua biblioteca viva, o cheiro de casca de laranja queimado as 5 da manhã vindo do teu fogão de lenha. Tu és tanta coisa que me parece ser ousado indicar que estas coisas são tuas. Desconfio que você é que era delas, então obrigado por me receber junto de todas elas. Todas estas coisas que parecem ser algo sobre América. Assim desconfio.

Saúdo o encontro com todos os familiares que estiveram próximos oferecendo suporte, casa, sorriso, abraços e palavras de apoio: Tia Maria, Tio Paulinho, Asline, Tia Beta, Tio Cosme, Guilherme, Tabata, Andrielly, Rodrigo, Rafaela, Tia Angela e Tia Nery.

Saúdo o encontro com Manuella Donato, que me incentivou e me ensinou. Saúdo o encontro com Gustavo Costa, meu orientador, saúdo tua paciência e cuidado. Saúdo o querido professor Amaral Arévalo, professor salvadorenho, do qual foi o primeiro texto que li sobre LGBT e El Salvador. Agradeço a sua solicitude, convites, trocas de figurinhas, conhecimento, disponibilidade para conversa, arquivos, mensagens. Este trabalho é possível também por sua causa.

Saúdo o encontro com meus melhores amigos e amigas. Kevin Haeling, saúdo tua inteligência, sagacidade, as nossas trocas intensas de tudo que há, pelos caminhos traçados juntas, pelos aprendizados em dupla, pelos trabalhos feitos à quatro mãos, quatro pés, quarenta dedos. Saúdo o encontro com Luiza Melo, Lu, tuas visitas, teus gritos, pelas vezes que nos entorpecemos e assistimos um ao outro, pelo (des)aprendizado juntas sobre o amor, a amizade e a lealdade. Saúdo o encontro com Eduarda Martins, Du, *Unnie*, tua empatia, tua força, teu exemplo no mestrado e na vida, tua doçura e teu poder mágico. Saúdo o encontro com Dorgival Marques, tua elegância, nossas primeiras descobertas sobre o mundo juntas, pela amizade incrível, doce-ácida como bala fini, carinhosa, fértil, sonora, literata, cinematográfica, fantástica.

Saúdo o encontro com outros grandes amigos queridos e queridas, Igor Vieira, Mariana Monteiro, Iris Costa, Georgia Silva, Matheus Pontes, José Néto, Pedro Yago, Bruno Rodrigo, Jair Dionísio, Karol Carvalho, Mayara Priscila, Monize Tenório, Maria Isabel e todas as Pocs & Ninfetas. Vocês sempre estão ali, a uma mensagem de distância. Sou uma garota digital, gosto disso em vocês, valorizo isso em vocês,

sempre estarei por vocês. *Xoxo, Gossip Girl*. Saúdo o encontro com Karla Florêncio, os loucos são as melhores pessoas. Saúdo o encontro com Alane Pimenta, tua coragem, tua prole, a loba que te habita, tua criatividade, recepção, inspiração e pelos mundos compartilhados. Saúdo o encontro com a arte e a magia de Julia Benning. Saúdo o encontro com as cartas e o cuidado mágico de Karol Moreno.

Saúdo o encontro com Daniel Filho, meu primo *fake* de Guarulhos com o qual dividi casa e um processo de amadurecimento mútuo, tenho orgulho de ti e das barras que atravessamos juntas. Saúdo o encontro com Lucas Medeiros, com o qual também dividi morada e também aprendi e amadureci junto. Saúdo tua elegância, inteligência, sagacidade e carinho. Saúdo o encontro com Manu Rodrigues, minha garota de Brasília favorita pela troca tão forte, tão potente, tão prazerosa e tão intensa. Saúdo o encontro com Jaciara Melo, que me recebe em casa como sobrinho, me ensina sobre feitiços e muito mais. Saúdo o último encontro com Ian Verônico, que resguarda sonho, elegância e hospitalidade. Saúdo o reencontro recente com Lais Saint' Clair. Saúdo a doce primeira grande amizade com Esther Cristinna.

Como professor saúdo todes es minhes estudantes, pelo carinho, diversão e pela rebeldia que vibra em vocês e a qual eu respeito tanto. Aos funcionários e funcionárias da escola que trabalho que tornam possível, todes juntas, o nosso trabalho, aprendizado, sustento e troca coletiva neste processo. Saúdo ao financiamento de pesquisa proporcionado pela CAPES. Saúdo a todes es professores que já atravessaram minha caminhada da escola até o mestrado em especial as professoras Rita de Cássia Coutinho e ao seminário de literatura pelos primeiros incentivos ao brilho de uma estrela, Firma Jean, Leda Silva, Walkiria, Fabio Melo, Lili, Dário, Bobby Ramos, pelos palcos do teatro e do afeto, Tatiana Ferraz, pelo primeiro texto de Foucault e apoio a mil loucuras, Vico Melo, pela doçura e por me apresentar a decolonialidade, Anahi Castro, Cris de Lelis e Cristina Góis. Saúdo as minhas professoras de dança, ballet e jazz, Jacqueline e Lavínia Farias, por me receberem em um mundo de festivais, aprendizado sobre o corpo e respeito à arte. Agradeço também a Paula, mãe de Lavínia, por uma conversa sobre sonhar e realizar não ter idade. A todas as meninas e meninos da família LF, pelas lições sobre elegância, disciplina e sonho.

Há quem conteste meu desejo de agradecer a minha companheira de outra espécie. Poodle Sabrina de fato não lê texto, entretanto esteve junto, todo o tempo.

Poodle Sabrina lê doçura, carinho e amor incondicional. Sei que em alguns poucos anos teu corpo pedirá para ser memória e agradeço por permitir que essa memória habite em mim e nesse texto que você me assistiu escrevendo.

Saúdo os orixás que me guiam e que estiveram comigo na recuperação da energia necessária para conclusão deste trabalho. Oxum e Xangô. Prosperidade e Justiça. Saúdo o encontro com minha psicoterapeuta Alana Tanaka, querida conterrânea, que esteve dando o suporte necessário durante o último ano para que eu melhor pudesse compreender meus medos, anseios e como contorná-los. Esse resultado positivo também é fruto de seu trabalho.

Saúdo todos vocês. Aqui me despeço. Volto em breve para encontrar-lhes de novo. Xoxo – T.

“Hago temblar el piso y no pido permiso.”
(AGUILERA, Christina. 2022)

RESUMO

Este trabalho busca analisar o ativismo LGBTI em El Salvador. Partindo da urgência de discussões mais complexas sobre os ativismos localizados na região da América Central, El Salvador levanta as especificidades características de um ativismo das dissidências sexuais e de gênero no contexto de uma sociedade pós-conflito armado recente. Examina-se através de uma complexa análise histórica do conflito armado, dos processos de negociação pela paz e pelo período posterior no qual ascende no país uma gramática de direitos humanos assistida por instituições democráticas reformadas pelos acordos de paz até a ascensão do partido de esquerda FMLN ao cargo de presidência da república. Discute-se através de uma análise teórica complexa, utilizando-se da literatura sobre movimentos sociais e sua relação com o Estado – em especial Sidney Tarrow, Alberto Melucci e Evelina Dagnino – e os demais sistemas políticos constituintes, como se deu o ativismo LGBTI em El Salvador durante os anos dos governos da FMLN. Aprofunda-se sobre a relação destes movimentos sociais com instâncias criadas durante estes governos como a Direção de Diversidade Sexual e a Mesa LGBTI da Procuradoria de Defesa de Direitos Humanos.

Palavras-chave: El Salvador; LGBTI; Movimentos Sociais.

RESUMEN

Este trabajo busca analizar el activismo LGBTI en El Salvador. Partiendo de la urgencia de discusiones más complejas sobre activismos ubicados en la región centroamericana, El Salvador plantea las especificidades características de un activismo de disidencia sexual y de género en el contexto de una sociedad posconflicto armado reciente. Se examina a través de un complejo análisis histórico del conflicto armado, los procesos de negociación de la paz y el período posterior en el que surgió una gramática de derechos humanos en el país, asistida por instituciones democráticas reformadas por los acuerdos de paz, hasta la elección del partido FMLN a la presidencia de la república. Discutimos, a través de un complejo análisis teórico, utilizando de la literatura sobre los movimientos sociales y su relación con el Estado – en particular Sidney Tarrow, Alberto Melucci y Evelina Dagnino – y los demás sistemas políticos constituyentes, cómo se desarrolló el activismo LGBTI en El Salvador durante los años de los gobiernos del FMLN. Se profundiza en la relación de estos movimientos sociales con instancias creadas durante estos gobiernos como la Dirección de Diversidad Sexual y la Mesa LGBTI de la Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos.

Palabras clave: El Salvador; LGBTI; Movimientos sociales.

ABSTRACT

This work seeks to analyze LGBTI activism in El Salvador. Starting from the urgency of more complex discussions about activism located in the Central American region, El Salvador raises the characteristic specificities of an activism of sexual and gender dissidence in the context of a recent post-armed conflict society. It is examined through a complex historical analysis of the armed conflict, the processes of negotiation for peace and the subsequent period in which a grammar of human rights emerged in the country, assisted by democratic institutions reformed by the peace agreements until the rise of the left-wing FMLN party to the presidency of the republic. It discusses, through a complex theoretical analysis, using the literature on social movements and their relationship with the State – especially Sidney Tarrow, Alberto Melucci and Evelina Dagnino – and the other constituent political systems, how LGBTI activism took place in El Salvador during the years of the FMLN governments. It deepens on the relationship of these social movements with instances created during these governments such as the Directorate of Sexual Diversity and the LGBTI Board of the Attorney for the Defence of Human Rights.

Keywords: El Salvador; LGBTI; Social movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação da Siguanaba (autor desconhecido)	100
Figura 2 - Homem vestido de Siguanaba durante as festividades do mês de agosto em San Salvador	101
Figura 3 - Monumento ao Divino Salvador no centro de San Salvador	102
Figura 4 - Monumento ao Divino Salvador no centro de San Salvador	102

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Republicana Nacionalista
ASPIDH Arco-íris	Associação Solidária para Impulsionar o Desenvolvimento Humano
COMCAVIS Trans	Comunicando e Capacitando Mulheres Trans
CSJ	Corte Suprema de Justiça de El Salvador
DDS-SIS	Direção de Diversidade Sexual da Secretaria de Inclusão Social de El Salvador
ERP	Exército Revolucionário do Povo
ESMULES	Espaço Mulheres Lésbicas Salvadorenhas pela Diversidade
FESLGBTI	Federação Salvadorenha LGBTI
FMLN	Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
FPL	Forças Populares de Libertação Farabundo Martí
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Travesti e Intersexuais.
PCN	Partido de Conciliação Nacional
PCS	Partido Comunista Salvadorenho
PDC	Partido Democrata Cristão
PDDH	Procuradoria de Defesa dos Direitos Humanos de El Salvador
PRTC	Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos
RN	Resistência Nacional
SIS	Secretaria de Inclusão Social de El Salvador

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	MOVIMENTOS SOCIAIS, AÇÃO COLETIVA E AS RELAÇÕES ENTRE CULTURA E POLÍTICA	25
2.1	Ação Coletiva Modular e o Nascimento do Movimento Social Nacional por Tarrow.....	30
2.2	Alberto Melucci e a Teoria Da Ação Coletiva dos Novos Movimentos Sociais (NMS)	32
2.2.1	Identidade Coletiva em Melucci.....	38
2.2.2	A Questão dos Conflitos Culturais.....	40
2.3	Política Cultural e Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos.....	45
2.4	Sistema Político: sistema de decisões e a tensão entre a estrutura de oportunidades políticas e a ação coletiva micro.....	50
3	CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO EM EL SALVADOR	57
3.1	Contexto de oportunidades políticas em El Salvador, anterior ao conflito armado: mudanças no repertório de ação coletiva.....	57
3.2	A FMLN: surgimento do conflito armado e mudanças nos repertórios de ação coletiva.....	66
3.3	Acordos De Paz e transição democrática: a emergência da gramática de Direitos Humanos.....	76
3.4	As disputas em torno da questão de gênero Na FMLN	87
3.5	As Primeiras Organizações LGBTI	98
3.5.1	Primeira Onda	103
3.5.2	Segunda Onda	106
3.5.3	Terceira Onda	108
3.6	Aliança LGBT e Reforma Constitucional.....	111

4	GOVERNOS FMLN: UMA MUDANÇA FAVORÁVEL NO QUADRO DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS	116
4.1	Da Aliança pela Diversidade Sexual até a Federação LGBTI de El Salvador.	122
4.2	Direção de Diversidade Sexual	138
4.3	Mesa Permanente de Diversidade Sexual na Procuradoria De Direitos Humanos	151
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
	REFERÊNCIAS.....	171

1 INTRODUÇÃO

El Salvador é um país localizado na América Central, com população de cerca de 6,5 milhões de pessoas. Desde janeiro de 1992, após terem sido assinados os Acordos de Paz de Chapultepec, foi iniciado um período de democratização das instituições políticas em El Salvador, após uma longa trajetória política pautada por golpes militares consecutivos que culminaram em uma guerra civil entre as forças estatais e a organização político-militar de inspiração marxista *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN) entre 1979 e 1992. Nesse contexto de pós-conflito armado, começam a fortalecer-se no país diversos movimentos sociais, particularmente aqueles engajados na defesa e promoção dos direitos humanos. Dentre eles, podemos destacar o movimento feminista e LGBTI¹, que tem se mobilizado em torno da defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, questionando as assimetrias entre os gêneros e os estigmas associados às sexualidades não-heteronormativas. O presente trabalho analisará o ativismo social que abordam as temáticas referentes às dissidências sexuais e de gênero.

Diversos pensadores e ativistas salvadorenos, como Amaral Arévalo (2016) e Cruz Cornejo (2018), tem se dedicado a construir uma historiografia dos movimentos sociais LGBTI em El Salvador, destacando, em seus trabalhos, o período pós-guerra civil, no qual se testemunhou a formação dos primeiros grupos organizados que trouxeram os temas de gênero e sexualidade para a esfera pública do país, enfatizando o papel central da *Fundación Nacional para la Prevención, Educación y Acompañamiento de la Persona VIH/SIDA (Fundasida)*, fundada em 1992 neste processo.

A partir do encerramento oficial do conflito armado, é possível observar o crescimento de grupos e coletivos da sociedade civil organizada que discutem e incidem sobre a pauta de direitos das pessoas LGBTI. Arévalo (2016) divide a história de El Salvador, em relação aos movimentos de dissidência sexual e de gênero, em

¹ Sigla para Lésbicas, Gays, Trans, Travestis e Intersexuais. A sigla estabelece as principais identidades coletivas que definem nosso sujeito de pesquisa, os movimentos organizados de populações LGBTI em El Salvador. Entendemos a sigla como um recorte pois reconhecemos que estas representam um conjunto de identidades mais ou menos inteligíveis e que não encerram o debate sobre gênero/sexualidade/corpo/identidade, entretanto, nos apropriamos da mesma verificando que os movimentos mapeados em El Salvador em sua maioria utilizam esta sigla ou similares para definir suas identidades coletivas.

diferentes períodos históricos, sendo o primeiro entre 1932 e 1980, período de intensa repressão política aos movimentos sociais entendidos com “o inimigo interno influenciado pela revolução cubana” e em segundo o período da guerra civil entre 1980 e 1992. Por fim, são subdivididas, as décadas de 1990, 2000 e 2010, estas três últimas podendo ser resumidas pelo intenso movimento de formalização dos movimentos sociais LGBTI que passavam a transformarem-se em organizações da sociedade civil organizada, fenômeno bastante comum na América Latina como um todo (ARÉVALO, 2016).

Este contexto histórico analisado por Arévalo, nos possibilita pensar quais têm sido as principais estratégias do ativismo político pela diversidade sexual e de gênero em El Salvador, tendo sido identificada, no contexto do pós-guerra civil, a formação de organizações da sociedade civil como coletivos, ONGs, grupos de ativistas e associações que atuam em cima das reivindicações políticas das populações LGBTI no país.

Esses grupos e organizações atuam na defesa das demandas por reconhecimento social e por direitos no que se refere à temática de gênero e sexualidade e terminam por tensionar noções culturalmente estabelecidas de liberdade individual, conjugalidade e parentalidade, assim como noções mais amplas de cidadania e direitos humanos. Essas gramáticas geram quadros interpretativos que mobilizam grupos sociais e ações coletivas que agem no campo do reconhecimento dos corpos, das experiências e dos direitos destas populações LGBTI.

A década de 1990 é marcada no país como um período de ações democratizantes nos diversos níveis da governabilidade no país. Além disso, é durante essa mesma década que um conjunto de ações neoliberalizantes dominam as ações político-econômicas no país, influenciadas principalmente pelo pacote de ações econômicas do Consenso de Washington e pela vitória da Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), partido que se identifica dentro do espectro da direita política e que permaneceria no poder consecutivamente de 1992 até a eleição de Mauricio Funes, candidato da FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) em 2009 (ALMEIDA, 2009).

Entender o contexto de El Salvador, país que passou por um processo de transição de conflito armado e que presenciou um processo de formalização de seus movimentos sociais após a assinatura dos Acordos de Paz é preponderante para que

possamos entender as estratégias que estes movimentos têm levado a cabo, diante dos processos de retomada e construção de ações democratizantes no contexto da América Central. De acordo com Alberto Martín Alvarez (2013), é no contexto pós-guerra civil que ocorre o surgimento de diversos movimentos organizados que reivindicam novas identidades coletivas que haviam sido ofuscadas pelo discurso de “liberação nacional pelo popular”, construído pelo movimento revolucionário predominante até a década de 1980.

Os ativismos pela diversidade sexual e de gênero em El Salvador tiveram que lidar diretamente com o legado de extrema violência decorrentes da guerra civil. O Acordo de Paz de 1992 versou principalmente sobre a delimitação do papel das Forças Armadas do país, a fim de evitar a possibilidade de novos golpes de estado. As Forças Armadas passam a dever estrito respeito à constituição e à soberania do povo. Além disso, elas passaram a ter, como responsabilidade apenas as questões da defesa nacional, sendo que para a segurança pública, o acordo estabeleceu uma nova Polícia Nacional Civil (PNC), independente das Forças Armadas (ONU, 1992).

No entanto, diversos relatórios das organizações da sociedade civil no país destacam casos de abuso contra mulheres transexuais por parte de membros da PNC. Além disso, estes relatórios informam que a legislação de El Salvador, assim como o treinamento dos agentes públicos são insuficientes diante da especificidade dos casos de violência e homicídios que afetam as pessoas LGBTI no país. Estas questões geram diversas situações em que estes casos não conseguem ser investigados com propriedade, reverberando em uma invisibilidade e uma incapacidade dos equipamentos públicos de lidarem com estes casos de violência e discriminação direcionados à população LGBTI local.

Eleito em 2009, após anos de hegemonia política do partido ARENA, o presidente Mauricio Funes foi o primeiro presidente membro da FMLN no país. O partido é reeleito em 2014, com a ascensão de Salvador Sánchez Cerén ao executivo. A chegada da FMLN ao poder, dentro do contexto de guinada à centro esquerda, observada em diversos países da América Latina (considerada na literatura como a “onda rosa”), representou para a população LGBTI a emergência de uma estrutura de oportunidades políticas mais favorável às demandas dos ativismos de diversidade sexual e de gênero no país. Um dos resultados principais da relativa abertura do Estado salvadorenho à temática dos direitos LGBTI foi a criação da Direção de

Diversidade Sexual dentro da Secretaria de Inclusão Social do país em 2010. A direção é um espaço que dialogou com as demandas das organizações LGBTI frente à gestão governamental, tendo como seu principal foco de ação a assistência, capacitação e sensibilização em direitos humanos, gênero e diversidade sexual direcionado a funcionários públicos a fim de promover políticas públicas inclusivas (AMARAL, 2015).

É importante frisar que a América Central é uma região no qual a agenda de defesa da livre orientação sexual e identidade de gênero enfrenta diversos desafios. O primeiro deles é o elevado nível de articulação dos setores conservadores e a influência destes nas casas legislativas de cada país, bloqueando a aprovação de legislações favoráveis à diversidade sexual e de gênero. Outro desafio particular à região são os altos índices de violência que atingem os ativistas LGBTI, violência perpetrada pela população em geral, mas particularmente por organizações criminosas como as maras² e por agentes do Estado. De acordo com relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, trans e intersexo (ILGA, 2019), se comparados a outros países da América do Sul, a América Central e o Caribe. É a região na qual os países oferecem menos proteção em casos de crimes de ódio direcionado à população LGBTI, assim como são os que estão mais distantes de reconhecer direitos como o matrimônio e a adoção conjunta a casais do mesmo sexo³.

A Nicarágua, país centro americano, que passou por um processo revolucionário liderado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que derrubou a ditadura da família Somoza em 1979, testemunha a volta ao poder da FSLN nas eleições de 2006. Daniel Ortega, que governou o país entre 1979 e 1990, regressa ao poder executivo com uma agenda política que se contrapunha às políticas neoliberais que dominaram o país após 1990.

² As maras são organizações criminosas que atuam principalmente no território centro-americano. Pesquisas apontam que o fortalecimento dessas organizações se deu principalmente através da política de deportação de prisioneiros centro-americanos por parte dos Estados Unidos durante o final do século XX e da debilidade institucional dos estados centro-americanos (AGUILAR; VITORINO, 2013).

³ Uma importante exceção é a Costa Rica que recentemente (maio de 2020) reconheceu legalmente a união entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/costa-rica-%C3%A9-primeiro-pa%C3%ADs-da-am%C3%A9rica-central-a-legalizar-casamento-gay/a-53570677>. Acesso em 14.07.2020

As recentes vitórias da FSLN na Nicarágua e da FMNL em El Salvador representaram, a priori, uma abertura do Estado para demandas de cunho social. Contudo, em relação aos direitos das populações LGBTI, essa abertura tem se demonstrado contraditória. De acordo com Florence Babb (2019), na Nicarágua, a promoção de uma certa “agenda cultural LGBTI” esteve aliada a severas políticas antifeministas, consideradas um inimigo político de Ortega, unindo-se a setores conservadores da Igreja Católica que resultou, por exemplo, na aprovação de uma nova legislação contra o aborto em 2006, proibindo-o em todas as circunstâncias. Babb afirma que estas ações supostamente pró LGBTI no país tem se dado muito mais no âmbito de políticas culturais de Estado do que realmente na garantia de direitos.

Já no caso de El Salvador, a partir da eleição da FMNL, além da criação da Direção de Diversidade Sexual, foram estabelecidas legislações importantes como o Decreto Nº 56 de 2010, que versa sobre a proibição da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no âmbito da administração pública no país. Em 2012, dentro da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos surgiu a Mesa Permanente sobre Direitos Humanos da População LGBTI com o objetivo geral de diagnosticar e incidir sobre a situação dos direitos humanos desta população no país. Além disso, em 2015, sob pressão da sociedade civil organizada, foi inserido no Código Penal de El Salvador, uma modificação que adiciona agravantes ao crime de homicídio, caso este ocorra com base na orientação sexual da vítima (AMARAL, 2016).

Um levantamento feito por Juliana Vitorino e Aleksander Aguilar (2013), em relação a publicações que se referem a América Central, detectou que em cerca de 57,4% dos artigos levantados, na área das Ciências Políticas e Relações Internacionais de revistas especializadas em América Latina, tratavam de apenas de temas como, por exemplo, a condição dos Estados pós-guerra, a debilidade das instituições, as chamadas maras e por fim, a questão da emigração dos povos centro-americanos para a Europa e os EUA.

Aguilar e Vitorino reconhecem que, apesar destas serem questões que se manifestam no contexto centro-americano, a academia termina por reiterar generalizações sobre a América Central, deixando escapar temas latentes a esta

região como, por exemplo, a guinada eleitoral à centro-esquerda na década de 2000 e as consequentes mobilizações políticas que ocorrem no território.

Direcionamos então o olhar para o contexto centro-americano, pensando o território como um marcador social da diferença, que potencializa o debate sobre pensar as especificidades dos movimentos sociais na América Latina, seus contrastes e similaridades. Abrir campo para intercambiar conhecimentos entre países que fazem parte da América Latina, América Central e Caribe são discussões que há muito vem sendo levadas a cabo no campo acadêmico, em organizações como a *Asociación Latinoamericana de Sociología* (ALAS) e *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO).

O caso de El Salvador pode ser potencialmente revelador e interessar a um intercâmbio de conhecimento às redes de pesquisadores e ativistas que veem urgência na sofisticação e ampliação do conhecimento sobre movimentos sociais na América Latina. No que se refere a questões como gênero e sexualidade, um dado alarmante é que El Salvador lidera, junto com o Brasil, o *ranking* de assassinatos de mulheres transexuais, segundo relatório da ONG *Transgender Europe* divulgado em 2016. O relatório mostra que o Brasil é o país com maior número de mortes de pessoas trans, quando esse número é comparado proporcionalmente a população do país, o Brasil fica em quarto lugar, atrás apenas de Honduras, Guiana e El Salvador (TGEu, 2016).

Diante disso, pretendemos investigar como o movimento pela diversidade sexual e de gênero em El Salvador tem agenciado identidades e subjetividades a fim de promover mudanças no âmbito da política cultural e da ampliação da noção de cidadania no contexto dos governos da FMLN eleitos a partir de 2009. Nos interessa entender como se dão as relações políticas entre os coletivos LGBT organizados e o primeiro governo de esquerda eleito no país após os Acordos de Paz.

Além disso, buscar-se-á discutir as diversas contradições que se dão neste processo a fim de entender quais mecanismos de disputa de poder foram construídos por estes movimentos e quais são os limites e possibilidades de atuação dos movimentos LGBTI, diante deste jogo de oportunidades e restrições políticas assim como analisar em que medida os movimentos sociais se contrapõem às forças

políticas e culturais no que se refere a discussões sobre gênero e sexualidade em El Salvador.

Como a eleição da FMLN alterou a estrutura de oportunidades políticas para estes grupos de ativistas organizados? Como se deram as relações de barganha e negociação política dos movimentos LGBTI dentro do sistema político salvadorenho? Quais estratégias de ação coletiva foram mobilizadas por estes movimentos? Quais foram os seus principais objetivos políticos ou seu marco referencial de ação coletiva? Quais políticas culturais foram acionadas por estes movimentos e como estas políticas culturais confrontaram ou não com a cultura política salvadorenha? Como o sistema político de dominação de El Salvador recebeu as demandas dos ativistas dissidentes sexuais e de gênero? São questionamentos que buscam ser respondidos através desta pesquisa.

Metodologicamente foi realizada uma revisão bibliográfica profunda em termos do resgate histórico dos eventos do conflito armado em El Salvador e da formação da FMLN enquanto instituição política-militar e sua transformação em partido político após os Acordos de Paz, assim como também da história dos movimentos/coletivos LGBTI de El Salvador entre os anos de 1992 até 2009 e entre 2009 e 2018, visando compreender o contexto histórico destes movimentos e coletivos antes e durante os governos da FMLN no país.

A análise documental foi também preponderante para o desenrolar desta pesquisa. Foram analisados documentos diversos de posicionamentos e cartas abertas dos movimentos LGBTI, projetos de lei, cartas abertas, relatórios de incidência política, relatórios de levantamentos de dados sobre violência LGBTI, atas de reuniões da Mesa LGBTI da Procuradoria de Direitos Humanos de El Salvador, documentos constituintes e diversos outros documentos que nos ajudam a compreender o contexto do que estava sendo colocado em pauta durante o período analisado.

Foram também realizadas um conjunto de entrevistas realizadas durante o mês de janeiro de 2022 com ativistas independentes e líderes de coletivos LGBTI salvadorenho que incidiram diretamente ou se relacionaram em alguma medida com o período de eventos estudado. Todas as entrevistas seguiam o mesmo roteiro de perguntas abertas que abordaram desde a trajetória individual de cada ativista até como se deram as relações de incidência e participação política em espaços

desenvolvidos durante os governos da FMLN como a Direção de Diversidade Sexual da Secretaria de Inclusão Social (DDS-SIS), a Mesa Permanente de Diversidade Sexual LGBTI da Procuradoria para Defesa dos Direitos Humanos de El Salvador (Mesa LGBTI – PDDH), assim como também com as principais articulações de coletivos LGBTI da sociedade civil do país, por exemplo, a Aliança pela Diversidade Sexual e a Federação LGBTI de El Salvador. As entrevistas foram preponderantes para enriquecer o coeficiente crítico do trabalho e suas respectivas implicações teóricas e de hipótese de pesquisa.

No primeiro capítulo deste trabalho nos debruçamos sobre os conceitos teóricos que levantamos para realizar a análise destes eventos políticos e ações coletivas. Com base em uma escolha conceitual dentro das principais teorias dos movimentos sociais, damos especial atenção aos conceitos de estrutura de oportunidades políticas de Sidney Tarrow (1997); identidade coletiva, conflitos culturais, sistemas políticos e ação coletiva de Alberto Melucci (1996) e cultura política/política cultural de Evelina Dagnino, Arturo Escobar e Sonia Alvarez (2000).

No segundo capítulo, realizamos um resgate histórico profundo da trajetória da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), buscando compreender sua formação enquanto organização política militar, a atuação desta durante o conflito armado assim como a transformação de seu panorama ideológico no momento em que deixa de ser uma organização político-militar e passa a ser um partido político e também de como este partido é pressionado com o tempo a inserir em sua agenda política as questões de gênero e sexualidade. Incidência que no primeiro momento se dá principalmente através da pressão dos movimentos de mulheres e feministas.

Este resgate histórico também se preocupa em compreender o surgimento e consolidação do movimento LGBTI no país, desde os primeiros grupos organizados que surgem logo após os Acordos de Paz até a formação de grandes articulações políticas como a Aliança LGBTI que pressionam e incidem sobre as políticas públicas e a discussão sobre os direitos destas populações em El Salvador.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS, AÇÃO COLETIVA E AS RELAÇÕES ENTRE CULTURA E POLÍTICA

Nota-se que, no contexto de El Salvador, grandes mudanças na ação coletiva dos movimentos sociais começam a ocorrer a partir da passagem da década de 1980 para a década de 1990. O conflito armado, os processos de negociação política pelo fim do conflito armado, o nascimento e as mudanças nos planos de ação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional – a transição de organização político-militar para partido político – os Acordos de Paz de Chapultepec, assinados em 1992, são todos fenômenos que geram *oportunidades políticas* para que uma nova gramática em torno das questões de democracia, direitos humanos e representação política comece a ser mobilizada em El Salvador por diversos grupos políticos.

Diante disso busca-se, na Teoria dos Movimentos Sociais, elementos para entender e problematizar estas chamadas oportunidades políticas que surgem nesse contexto. Quais oportunidades foram estas? Como os grupos organizados ou não conseguiram utilizá-las para mobilizar as pessoas?

Essas questões rondam esta pesquisa, gerando um encontro bastante propositivo com a teoria de Sidney Tarrow, pesquisador norte-americano dos movimentos sociais que, em 1994, publica a obra *Poder em Movimento*, na qual dentre várias outras questões, Tarrow busca identificar como as oportunidades políticas impactam tanto na emergência dos confrontos políticos quanto na dos movimentos sociais (ARAÚJO; LIMA, 2010). Antes de nos aprofundarmos no pensamento de Tarrow, recapitularemos o curso histórico das Teorias dos Movimento Sociais.

De acordo com Maria da Gloria Gohn (2014), as Teorias sobre os Movimentos Sociais são usualmente divididas em dois grandes paradigmas, o paradigma norte-americano e o paradigma europeu, ambos com seus diversos desdobramentos, cânones e debates contemporâneos.

Segundo Gohn (2014), ambos os paradigmas têm suas fases clássicas e contemporâneas, porém algumas questões basilares os diferenciam. O paradigma norte-americano estaria centrado na análise das estruturas de organização dos movimentos sociais e suas interações com os sistemas político e econômico. Sua fase

clássica tem como um de seus principais expoentes a influência de Herbert Blumer e da Escola de Chicago. Os movimentos sociais eram reações a estruturas de privação, resultados de desequilíbrios de um sistema dado.

Já ao que se refere ao paradigma europeu, este encontra sua perspectiva clássica principalmente na abordagem marxista, que estaria focado na noção de classe e disputa de poder, inspirado, principalmente, pelos movimentos de trabalhadores industriais e pelo sindicalismo.

Até então bastante divergentes, é na fase contemporânea destes paradigmas que Gonh aponta que vão surgindo algumas convergências importantes. O paradigma europeu passaria a ter um olhar para questões como identidade coletiva, cultura e micropolítica do poder, resultando em um novo paradigma que seria chamado de Novos Movimentos Sociais (NMS). Já o paradigma americano havia passado por uma fase conhecida pela ideia de mobilização de recursos (MR), entendendo que os movimentos sociais disputavam principalmente recursos econômicos, simbólicos e políticos. Mais tarde, críticas a MR fariam surgir a ideia de mobilização política (MP), uma nova fase no paradigma norte-americano que em muito dialogaria com o paradigma dos NMS.

A teoria de Tarrow surge justamente nessa fase da MP, também conhecida como Teoria do Processo Político (TPP). De acordo com Nayra Araújo e Antônia Lima (2010), uma das principais contribuições do autor nesse período se dá na forma como Tarrow pensa o confronto político e como esse se relaciona com as oportunidades políticas. Tarrow parte de uma crítica ao paradigma norte-americano e de como este, em sua versão clássica, olhava para o confronto através de uma explicação psicológica, na qual os confrontos sociais surgiriam em decorrência de privações e carências sociais. Para o autor estas carências e privações eram permanentes na sociedade e mesmo assim, nem sempre havia confrontos. Com isso, Tarrow atenta para as oportunidades políticas, sendo, através de mudanças nestas oportunidades que diferentes confrontos políticos se fortalecem.

De acordo com Tarrow (1997), as oportunidades políticas são “dimensões congruentes – ainda que não necessariamente formais ou permanentes – do entorno político que oferecem incentivos para que as pessoas participem em ações coletivas ao afetar suas expectativas de êxito ou fracasso” (TARROW, 1997, p. 155, Tradução

Nossa⁴). Nesse sentido, diferente da MR - que enfatiza dimensões internas aos movimentos como o dinheiro e o poder de mobilização – o conceito de oportunidades políticas olha para os recursos externos aos grupos. Através das mudanças nas oportunidades políticas, as pessoas conseguem observar uma redução no custo de ação coletiva.

Tarrow destaca cinco dimensões de oportunidades políticas que influenciam diretamente no incentivo aos movimentos sociais: o acesso institucional – que se refere à abertura de acesso à participação política -; as mudanças nos alinhamentos políticos no interior do sistema ou do governo; a disponibilidade de aliados influentes; as divisões e rupturas entre as elites políticas e econômicas, além do declínio na capacidade do Estado em reprimir a dissidência (ARAÚJO; LIMA, 2010).

De acordo com Maria da Gloria Gohn (2014), Tarrow pensa os movimentos sociais como “desafios políticos construídos por pessoas solidárias e com propósitos comuns, em processos de interação que incluem as elites, os oponentes e as autoridades” (pag. 101). Com isso, nota-se que para Tarrow os movimentos sociais dependem principalmente do ambiente externo – os movimentos sociais então respondem às mudanças nas oportunidades políticas quando as pessoas são encorajadas por líderes, quando podem contar com aliados e principalmente respondem a vulnerabilidade dos opositores ou receptividade das demandas no sistema político.

Os movimentos sociais... exploram recursos externos — oportunidades, pactos, percepções e redes sociais — para coordenar e sustentar a ação coletiva. [...] As principais oportunidades políticas. [...] Seus recursos externos fundamentais são as redes sociais nas quais a ação coletiva ocorre e os símbolos culturais e ideológicos que a enquadram. Juntos, oportunidades, repertórios, redes e enquadramentos são os materiais a partir dos quais o movimento é construído. (TARROW, 1997. p. 48-49)⁵

É preciso dar uma atenção especial ao conceito de repertório utilizado por Tarrow. De acordo com Araújo e Lima (2010), repertório é um conceito através do qual Tarrow define as formas de ação coletiva de um movimento social, estas formas de

⁴ Citação Original: “[...] dimensiones congruentes – aunque no necesariamente formales o permanentes – del entorno político que ofrecen incentivos para que la gente participe en acciones colectivas al afectar a sus expectativas de éxito o fracaso.” (TARROW, 1997, p. 155).

⁵ Citação Original: Los movimientos sociales [...] explotan recursos externos – oportunidades, pactos, sobrentendidos y redes sociales – para coordinar y mantener la acción colectiva. [...] Las principales oportunidades políticas. [...] Sus recursos externos fundamentales son las redes sociales en las que tiene lugar la acción colectiva y los símbolos culturales e ideológicos que la enmarcan. Conjuntamente, las oportunidades, los repertorios, las redes y los marcos son los materiales con lo que se construye el movimiento. (TARROW, 1997. pag. 48-49)

ação são herdadas culturalmente. Tarrow (1997) acredita que a ação não nasce do cérebro dos organizadores, mas sim se inscreve e se transmite culturalmente.

Através do pensamento de Charles Tilly (1978 *apud* TARROW, 1997), Tarrow reflete sobre o chamado “repertório de confrontação”, ao qual ele sinaliza que todas as sociedades têm uma história, uma reserva de memórias de ação coletiva – a greve dos trabalhadores, as barricadas parisienses, as ocupações de terra pelos camponeses, são todos exemplos trazidos pelo autor para se referir a como são estes repertórios conhecidos de formas concretas de ação coletiva, que mobilizam os indivíduos.

Outro conceito não necessariamente cunhado por Tarrow mas utilizado por um conjunto de autores para pensar a questão dos repertórios dos movimentos sociais é o conceito de *frame*. De acordo com Maria da Gloria Gohn (2014, p. 87) *frames* são “marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva”. Trata-se de uma espécie de enquadramento que expressa o significado histórico, político e social que determinados grupos ou movimentos associam às suas ações coletivas.

Uma das principais contribuições do conceito de *frame* para a teoria dos movimentos sociais vem de Robert D. Benford e David A. Snow (1992 *apud* GOHN, 2014). De acordo com os autores *frame* seria um esquema interpretativo desenvolvido pelas coletividades para entender o mundo e a sociedade sobre a qual desejam incidir. Os *frames* também ocupam função estratégica ao se alinharem ou se tensionarem com outros *frames* presentes na sociedade. Gohn (2014) traz o exemplo do movimento pelos direitos civis das pessoas negras nos Estados Unidos na década de 1960, na qual as lideranças dos movimentos articularam os temas das populações negras americanas com o desejo de “fazer a América”, exemplificado materialmente pelo discurso “Eu tenho um sonho” de Martin Luther King que foi preponderante para o estabelecimento dos marcos referenciais discursivos desse movimento. Snow e Benford levantam então um olhar político-cultural para o conceito de *frames*, abandonando a perspectiva exclusivamente cognitiva que era associada ao conceito até aquele momento.

Eles [Snow e Benford] identificaram três funções nos *frames* de ações coletivas: a demarcação – quando se chama a atenção para as injustiças sofridas por um grupo social; a atribuição – quando se explicam as causas e se propõem soluções às injustiças sofridas; e a articulação – quando se conectam as diversas experiências formando uma visão externa coerente. [...] O conceito de *frame* se refere ainda a um esquema interpretativo que

simplifica e condensa o mundo exterior por meio de pontuamentos significativos e de objetos codificados, de situações, eventos, experiências e sequências de ações dentro de um meio ambiente passado ou presente (GOHN, 2014. p. 89-91).

Nesse sentido, *frame* pode ser pensado como esse conceito que tenta traduzir o enquadramento do ambiente social feito pelos movimentos sociais, de como estes enxergam a sociedade, interagem com outros *frames*, constituem repertórios de ação coletiva, discursiva e de incidência política. Para Tarrow, no entanto, os repertórios não pertencem aos atores do movimento; partindo de uma análise sociopolítica, o autor acredita que estes repertórios são criados por meio da interação entre os protagonistas do movimento e seus oponentes. Talvez por isso, um de seus principais conceitos seja o de ciclos de protesto.

De acordo com Tarrow os ciclos de protesto se referem a:

“...uma fase de intensificação dos conflitos e confrontos no sistema social, que inclui uma rápida disseminação da ação coletiva dos setores mais mobilizados; ritmo acelerado de inovação nas formas de enfrentamento; estruturas novas ou transformadas para ação coletiva; uma mistura de participação organizada e desorganizada; e sequências de interação intensificada entre dissidentes e autoridades que podem terminar em reforma, repressão e, às vezes, revolução. (TARROW, 1997. p. 263-264)⁶.

De acordo com o autor, os ciclos de protesto são importantes para inovações tanto no âmbito do sistema político quanto no campo das ações coletivas dos movimentos sociais. Estes ocorrem quando se abrem as oportunidades políticas que produzem alianças entre diferentes atores ou que demonstram a vulnerabilidade das elites e das autoridades em relação as demandas que estão em pauta.

Os ciclos de protesto podem ser responsáveis pelo surgimento de novos marcos de ação coletiva (*frames*), pelo fortalecimento de novos significados políticos e ideologias e, até mesmo, pelo surgimento de novas organizações e novos movimentos sociais. Dificilmente um ciclo de protesto será protagonizado apenas por um grupo, movimento ou organização. Segundo Gohn (2014) “as estratégias e os resultados são articulados tanto pelas antigas quanto pelas novas organizações que surgem” (GOHN, 2014, p. 97), é o momento no qual estes grupos alinham suas

⁶ Citação Original: “...una fase de intensificación de los conflictos y la confrontación en el sistema social, que incluye una rápida difusión de la acción colectiva de los sectores más movilizados; un ritmo de innovación acelerado en las formas de confrontación; marcos nuevos o transformados para la acción colectiva; una combinación de participación organizada y no organizada; y unas secuencias de interacción intensificada entre disidentes y autoridades que pueden terminar en la reforma, la represión y, a veces, en una revolución. (TARROW, 1997. pag. 263-264)

diferenças, podendo voltar a disputar poder e recursos após o pico do ciclo de protesto.

2.1 Ação coletiva modular e o nascimento do Movimento Social Nacional por Tarrow

Através do conceito de modularidade, presente na obra de Charles Tilly (1993 *apud* 1997, TARROW), Tarrow analisa o nascimento do chamado Movimento Social Nacional. Trazendo especificamente o exemplo histórico da passagem do século XVIII para o século XIX, no qual novos repertórios de ação coletiva começam a surgir diante das mudanças na relação do Estado Moderno com a sociedade civil nesse período, tanto na Europa Ocidental, diante do advento da República, das Revoluções Científicas e Culturais, a Revolução Francesa e Industrial como também na América do Norte com a Revolução Americana.

Comparando com os períodos anteriores, no qual o chamado *repertório antigo ou tradicional* e utilizando-se das fontes históricas de March Bloch (1931 *apud* 1997, TARROW), Tarrow cita características daquele repertório, que teve seu auge no período dos reinos feudais na Idade Média e na Idade Moderna no período anterior às revoluções anteriormente citadas. Este repertório era baseado em ações diretas, no sentido que apontava diretamente a seus objetivos. Além disso o repertório era inflexível e estava enraizado no sistema cultural e político feudal e na sociedade dos proprietários de terra.

Tarrow (1997) traz o exemplo do pão, revoltas referentes à distribuição de alimentos, à questão das crenças religiosas, distribuição da terra e reações a mortes violentas.

Quando os protestantes construíam uma igreja em um bairro católico, a comunidade católica a demolia ou a queimava com os fiéis trancados lá dentro. Quando os moleiros vendiam seus grãos fora do distrito em períodos de escassez, eles os tiravam e vendiam a um preço justo. Quando as autoridades eram responsáveis pela morte violenta de um cidadão local, o funeral podia se transformar em tumulto ou os funcionários públicos culpados podiam ser enforcados em efígie. (TARROW, 1997. p. 73. Tradução Nossa⁷)

⁷ Cuando los protestantes construían una iglesia en un distrito católico, la comunidad católica la derribaba o la quemaba con los fieles encerrados dentro. Cuando los molineros vendían su grano fuera del distrito en períodos de escasez, este se les arrebatava y se vendía a un precio justo. Cuando las autoridades eran responsables de la muerte violenta de un ciudadano local, el funeral podía convertirse

Estas ações, de acordo com o autor, sempre tinham como característica responder a conflitos e abusos imediatos. A relação entre desafiadores e desafiados era direta, as pessoas buscavam ajustar contas diretamente com aqueles que as incomodavam, de forma que as ações coletivas eram inspiradas pelas suas próprias queixas (TARROW, 1997).

Entretanto, a partir da virada entre os séculos XVIII e XIX, Tarrow (1997) atenta para os eventos que ocorreram na Europa e na América do Norte, onde o autor observa o surgimento do que ele vai chamar de *repertório modular*.

O *repertório modular* de Tarrow refere-se a um modelo que, diferenciando-se do repertório tradicional, era “geral em vez de específico, indireto em vez de direto, flexível ao invés de rígido”. Neste novo repertório, em sua característica de modularidade, as práticas de confronto eram adaptáveis, sendo empregáveis em diversas situações, lugares e objetivos, por diferentes agentes sociais e em grandes campanhas de ação coletiva.

A mudança do repertório tradicional para o novo é um caso a se estudar. Se o antigo repertório fora direto, inflexível e corporativo, o novo era indireto, flexível e baseado em formas de associação criadas para a luta. Se o primeiro separava apropriações de grãos, conflitos religiosos, guerras e cortejos fúnebres uns dos outros e da política das elites, o segundo possibilitava que trabalhadores, camponeses, artesãos, funcionários de escritório, advogados, escritores e aristocratas marchassem sob o comando da mesma bandeira, bandeira e confrontaram o estado nacional em uma coalizão precária. Essas mudanças facilitaram o surgimento do movimento social nacional e outras coisas. (TARROW, 1997. p. 89. Tradução Nossa⁸)

Desta forma, o surgimento da ação coletiva modular desempenhou importância histórica no desenvolvimento do que Tarrow chama de Movimento Social Nacional. Tarrow afirma que, aos poucos, os estados nacionais foram incorporando esta nova cultura política como parte da política convencional. As greves, as manifestações, as ocupações de terra e de moradia, os protestos públicos passaram a ter amparo em leis que as tornaram legítimas, ou pelo menos as protegiam através de garantias constitucionais (TARROW, 1997)

en un motín o los funcionarios públicos culpables podían ser ahorcados en efígie. (TARROW, 1997. pag. 73)

⁸ El cambio del repertorio tradicional al nuevo es un caso a estudiar. Si el antiguo repertorio había sido directo, inflexible y corporativo, el nuevo era indirecto, flexible y basado en formas de asociación creadas para la lucha. Si el primero segmentaba las apropiaciones de grano, los conflictos religiosos, las guerras y las procesiones funerarias entre sí y de la política de las elites, el segundo hacía posible que los trabajadores, campesinos, artesanos, oficinistas, abogados, escritores y aristócratas marcharan bajo la misma bandera y se enfrentaran al Estado nacional en una precaria coalición. Estos cambios facilitaron la aparición del movimiento social nacional y también otras cosas. (TARROW, 1997. pag. 89)

2.2 Alberto Melucci e a Teoria da Ação Coletiva dos Novos Movimentos Sociais (NMS)

Durante a segunda metade do século XX ocorre, dentro da teoria social, um fenômeno de esgotamento das abordagens marxistas, principalmente no que se refere ao olhar sobre processos de mudança e transformação social. Em 1978, o filósofo francês Michel Foucault publica *Microfísica do Poder*, obra que, em muitos aspectos, sintetiza um olhar emergente na época para o poder e suas relações. A noção de um poder existente centralizado, que poderia ser tomado e que se exerceria em uma relação vertical e macropolítica é problematizada, atentando-se para o poder como uma relação que se exerce e não como algo que se tem. A teoria foucaultiana é preponderante para pensar como o poder se exerce nos contextos cotidianos, nos quais as fronteiras entre as esferas públicas ou privadas são borradas. O pensamento de Michel Foucault teve considerável impacto nas teorias dos Movimentos Sociais, particularmente para os movimentos culturais de juventude que ganham força em todo o mundo e tendo uma dobra importante a partir da década de 1960 que abalam a percepção cultural sobre transformação social e política.

Gohn (2013) destaca maio de 1968 como um desses eventos em que a cultura e a percepção ascendente de juventude afetaram o pensamento político e cultural, fenômeno que também teve consideráveis impactos na sociologia dos movimentos sociais. Outros eventos como a luta pelos direitos civis das pessoas negras nos Estados Unidos, na década de 1960, a ascensão da segunda onda feminista, no qual a máxima 'o pessoal é político' se torna sua marca característica, as discussões e movimentos anticolonialistas nos países do dito 3º Mundo, entre outros fenômenos que denunciam as limitações do pensamento marxista para pensar as desigualdades baseadas em raça, gênero, sexualidade, cultura, identidade, entre outras categorias importantes, que passam a ser impulsionadas dentro das ciências sociais e das teorias dos movimentos sociais.

É no contexto destas mudanças políticas e teóricas que o pensador italiano Alberto Melucci desenvolve seu trabalho, que tem seu auge entre as décadas de 1980 e 1990. A teoria de Melucci surge justamente no contexto do paradigma europeu dos movimentos sociais, onde os sinais do esgotamento teórico do modelo marxista têm como principal efeito sobre a passagem para uma nova fase, na qual é desenvolvido o paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS), sendo Melucci um dos principais

expoentes deste novo modelo de pensamento teórico. De acordo com Gohn (2014), o ponto de partida do pensamento de Melucci é sua *teoria da ação coletiva*. Para Melucci, é necessário pensar uma teoria que problematize a ação coletiva para que se possa entender o fenômeno dos movimentos sociais.

A teoria da ação coletiva de Melucci parte de um olhar crítico em relação à teoria marxista e à sociologia do comportamento coletivo de orientação funcionalista e interacionista. Para Melucci (1996), não existe uma teoria marxista dos movimentos sociais, mas sim apenas estudos sobre as crises do modelo capitalista e suas transformações. Em relação ao pensamento sobre o comportamento coletivo, Melucci aponta, também, limites, tanto em suas tradições funcionalistas como interacionistas. Para o autor, as duas vertentes partem do princípio de uma teoria das crenças compartilhadas, na qual termina sendo reiterada a visão sobre os movimentos sociais apenas como casos de crenças generalizadas, que respondem a crises ou carências sociais ou econômicas.

A crítica de Melucci a essas vertentes parte justamente de seu olhar para o fenômeno dos movimentos sociais. Para Melucci (1996), é necessário desconstruir a ideia dos movimentos sociais enquanto fenômenos que existem como uma unidade, algo que ocorre nas abordagens marxistas e do comportamento coletivo. O autor acredita que os movimentos sociais são fenômenos heterogêneos, que possuem uma multiplicidade de significados, formas de ação e modos de organização, não sendo um fenômeno unitário. Gohn (2014) destaca que Melucci enxerga os movimentos sociais muito mais como construções analíticas do que como objetos empíricos ou fenômenos observáveis.

Melucci (1996) aponta que é comum que as teorias, as quais ele critica, se referem aos movimentos sociais como os efeitos de falhas estruturais, como, por exemplo, crises econômicas ou problemas de redistribuição de recursos econômicos ou políticos. Entretanto, para o autor, esse olhar deixa de lado fatores importantes como os motivos que levam os indivíduos a se mobilizarem em movimentos sociais, os significados em disputa nas ações coletivas e seus componentes heterogêneos, de forma que todos estes elementos, que são caros para a teoria da ação coletiva que Melucci pretende discutir, são apagados pela suposta força das categorias ditas estruturais.

A teoria da ação coletiva de Melucci (1996) parte de um dilema crítico do autor. Por um lado, ele aponta os limites da abordagem marxista que não superaria o determinismo estruturalista. Ao mesmo tempo, o autor também desacredita a análise do comportamento coletivo pois, ao focar exclusivamente nas crenças e valores compartilhados entre os atores, esta abordagem teórica ainda enxergaria a ação coletiva como sintoma de disfunções sistêmicas, o que é insuficiente diante do questionamento de como a ação coletiva persiste no tempo e cria uma contiguidade.

Para Melucci (1996), as crenças, razões e discursos que os próprios atores constroem sobre as ações coletivas respondem como estes mesmos indivíduos se reconhecem como parte de um todo – um *nós* – que persiste no tempo histórico e no espaço social e político. Faz-se necessário também equilibrar a análise, levando em conta o sistema de relações em que os discursos de ação coletiva são construídos.

De acordo com Melucci, a ação coletiva refere-se a

Um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo (MELUCCI, 1996 *apud* GOHN, 2014, p. 112).

A partir da necessidade de construir uma teoria da ação coletiva e dos movimentos sociais, como uma construção analítica, Melucci (1996) indica alguns princípios importantes para a análise. O primeiro princípio se refere a distinção entre a reação a uma crise e a expressão de um conflito. Para o autor, um conflito ocorre quando dois atores disputam recursos que ambos consideram valiosos. Para que um evento seja considerado um conflito, os atores devem conseguir ser definidos dentro de um sistema de referências comum, algo que, em alguma medida, ambos se referem. A crise, diferente do conflito, tem sido usada erroneamente, nas teorias dos movimentos sociais criticadas por Melucci, para associar a ação coletiva a desarranjos nos mecanismos funcionais ou integrativos de um determinado sistema ou de determinadas relações sociais. Essa concepção de crise pode cair no perigo de atrelar a ação coletiva à uma patologia - uma *anomia* – de um sistema social (MELUCCI, 1996). Essa concepção faz mais sentido quando compreendemos a noção de sistema por Melucci. De acordo com Gohn:

É importante registrar que Melucci utiliza a noção de sistema para fugir da caracterização da realidade social como algo metafísico ou portador de uma essência. Um sistema é simplesmente um complexo de relacionamentos entre elementos. No caso da ação coletiva estes elementos estão agrupados

em quatro grandes sistemas: o sistema de produção e apropriação dos recursos da sociedade, o sistema político, que toma decisões sobre a distribuição desses recursos, o sistema organizacional e o sistema do mundo da vida, no âmbito da reprodução das relações sociais (GOHN, 2014. p. 154)

Para Melucci (1996), uma situação de crise pode evidenciar um conflito no meio social, o que não deve confundir-se com a noção de que a ação coletiva, que talvez tenha sido acelerada pela situação de crise, seja uma simples reação a esta crise mesma. O autor indica que uma crise sempre surge do processo de desagregação de um sistema, são disfunções nos mecanismos de adaptação, desequilíbrios entre as partes ou subsistemas ou dificuldades de integração dentro de um sistema feito.

Outro princípio proposto por Melucci (1996) é de que as análises dos movimentos sociais devem sempre considerar as diferentes orientações de ação coletiva, para isso, o autor considera algumas distinções: a primeira distinção é entre solidariedade e agregação. Para Melucci, a solidariedade é a habilidade dos atores de se reconhecerem uns aos outros como pertencentes a uma mesma unidade social. Entretanto, nem todas as ações coletivas envolvem solidariedade, algumas surgem como a agregação de comportamentos atomizados. Sendo assim, uma junção de indivíduos pela identificação, consequência da aproximação espacial da repetição multiplicada de comportamentos. A segunda distinção importante das diferentes orientações de ação coletiva é que, para Melucci (1996), alguns fenômenos coletivos envolvem conflito, enquanto outros envolvem consenso.

Melucci (1996) também aponta que alguns fenômenos coletivos envolvem uma quebra dos limites de compatibilidade do sistema. Para o autor, os limites de compatibilidade de um sistema como o conjunto de elementos que permitem que um sistema mantenha sua estrutura e que seja identificado. Dentro de um sistema regular, estes elementos permitem uma certa variabilidade de relações de poder, entretanto, uma ação coletiva quebra esses limites de compatibilidade quando elas impulsionam uma variação além da *faixa de variabilidade* que o sistema consegue comportar sem alterar sua estrutura. Assim como a ação coletiva pode levar a uma quebra desses limites, alguns outros tipos podem ter uma orientação de manutenção da ordem, mantendo a faixa de variabilidade de relações de poder dentro do sistema de relações sociais.

Chegamos então a um dos princípios mais importantes dentro da teoria da ação coletiva de Melucci, aquele que define o movimento social enquanto uma categoria

analítica. Para Melucci (1996 *apud* GOHN, 2014), um movimento social é aquele tipo de ação coletiva que invoca solidariedade, manifesta um conflito e vincula uma quebra nos limites de compatibilidade do sistema onde a ação tem lugar.

Além da definição, o autor também se preocupa com a distinção dos tipos de movimentos sociais. Para Melucci (2001), existem os movimentos reivindicatórios, os movimentos políticos e os movimentos antagonistas. Os movimentos reivindicatórios clamam por uma melhor distribuição dos recursos e demandam um melhor funcionamento do aparato público, requerem mudanças nas normas políticas do sistema. Já os movimentos políticos expressam um conflito ao influírem na ruptura dos limites de um determinado sistema político. São movimentos que desejam ampliar o acesso a participação política e que conflitam com relações que privilegiam certos interesses sobre outros, pretendendo romper com os limites de compatibilidade do sistema de decisões políticas. Define, ainda, os movimentos antagonistas, os quais Melucci (2001) dá uma atenção especial. De acordo com o autor, os movimentos antagonistas são portadores de uma ação coletiva que conflita com o modo de produção de recursos de uma sociedade. São aqueles movimentos que colocam em questão não só como os recursos são produzidos, mas também quais os objetivos da produção social e a direção e o discurso sobre desenvolvimento.

Para Melucci (2001), nenhum movimento consegue ser puramente antagonista, pois todos os movimentos são atravessados pelos sistemas organizativos e pelas formas e normas de representação e de decisão política. Diante disso, a importância da distinção de movimentos antagonistas reside no fato de que, além dos grupos dominantes privilegiarem o reconhecimento dos movimentos reivindicativos e políticos, reduzindo as possibilidades de conflito dentro desses limites também se faz necessário distinguir que nem todas os movimentos sociais portam ações coletivas de caráter antagonista, o que torna indispensável, para a teoria de Melucci, que se atente para as particularidades desse tipo de movimento.

Deve se lembrar que para Melucci (2001), os movimentos sociais são muito mais uma construção analítica do que um objeto empírico que pode ser descrito ou classificado de forma unitária. As distinções, oferecidas pelo autor, indicam muito mais instrumentos conceituais que podem ser aplicados para analisar os movimentos sociais. Entretanto deve-se sempre fugir de uma análise que veja os movimentos sociais como fenômenos homogêneos, Melucci então destaca que:

Um movimento concreto é sempre uma realidade histórica complexa e heterogênea. No seu interior encontram-se significados da ação reconduzíveis às diversas categorias analíticas indicadas. Um movimento opera no interior de diversos sistemas organizativos, situa-se em um ou mais sistemas políticos, age em uma sociedade histórica na qual coexistem diversos modos de produção. A sua ação envolve, portanto, uma gama de problemas, de atores, de objetivos (MELUCCI, 2001, p. 44).

Com isso, Melucci quer indicar que uma dimensão ou característica, seja ela reivindicatória, política ou antagonista, podem prevalecer sobre as outras características e auxiliar a denotar um movimento de modo específico ou pode haver uma combinação destas características. Melucci (1996) acredita, então, que a suposta unidade empírica de um determinado movimento social deve ser sempre encarada mais como um resultado do que como um ponto de partida analítico. O modo como o sistema é atingido responde ao conflito manifestado pela ação coletiva e pode ser um indicador da característica antagonista de um movimento.

Na passagem de um movimento reivindicatório, a um movimento político, a um movimento antagonista, Melucci (2001) indica que podem se revelar variações nas dimensões do conteúdo simbólico crescente do movimento, que contesta os próprios fins da produção social e os fundamentos culturais de uma sociedade; a não-negociabilidade dos objetivos políticos do movimento em seu conflito com a ordem social e a hegemonia política; o crescimento do nível de dificuldade de resolução do conflito, principalmente quando são atingidos interesses de classes políticas poderosas.

O último princípio indicado por Melucci para a sua teoria da ação coletiva é o de que toda forma de ação coletiva é um sistema de ação. Melucci (2001) aponta que os atores constroem suas ações através de investimentos organizados, definindo cognitivamente o campo de suas possibilidades e os limites que percebem no ambiente. Os atores são capazes de definir-se e de localizar-se no meio social. Essa definição é produzida por via da interação e da negociação entre orientações diversas. O “nós” dos movimentos sociais é o resultado de um ajuste atento a três ordens direcionais: os fins, os meios e a percepção do ambiente social no qual a ação acontece, a relação entre estes três eixos é de tensão e interdependência.

Entre fins, meios e ambiente criam-se contínuas tensões: os objetivos não são adequados aos meios ou vice-versa; o ambiente é pobre ou rico de recursos pertinentes; os meios são mais ou menos congruentes no que se refere ao campo de ação. Também no interior dos eixos são produzidas, continuamente, tensões: na definição dos fins, entre fins de breve e longo prazos; na escolha dos meios entre a destinação dos recursos para busca da

eficácia ou da consolidação da solidariedade; nas relações com o ambiente, entre equilíbrio interno e relações de troca com o exterior (MELUCCI, 2001. p. 47).

Diante da tensão, dos três eixos que configuram o sistema da ação coletiva, os atores têm papel ativo na negociação e renegociação destes aspectos. Seguramente, para Melucci (2001), fatores conjunturais – como, por exemplo, a estrutura de oportunidades políticas, fator externo que é absoluta importância para a teoria de Sidney Tarrow, por exemplo, são importantes e facilitam de fato o emergir da ação coletiva, entretanto para Melucci estes fatores não seriam suficientes para dar corpo a ação política não fosse a capacidade dos atores de percebê-los e integrá-los em um sistema condutor de sua ação.

Diante disso, Melucci aciona um conceito importante para seu pensamento teórico, o conceito de *identidade coletiva*.

2.2.1 Identidade Coletiva em Melucci

Partindo da sua crítica às teorias dos movimentos sociais, que focariam apenas determinantes estruturais da ação coletiva, Melucci (1996) afirma que elas não dão conta de responder como os atores sociais formam uma coletividade, na qual se reconhecem como essa noção de coletividade se mantém no tempo e como o ideal de agir juntos faz sentido para os participantes de um movimento.

Melucci (1996) indica uma urgência em problematizar o conceito de ação coletiva, alertando para a necessidade de confrontar o dualismo entre estrutura e significado. Diante disso, Melucci define a identidade coletiva como

Uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar (MELUCCI, 1996 *apud* GOHN, 2014).

Entretanto, para o autor, a análise sobre a identidade coletiva deve sempre considerar que, mesmo que a percepção sobre o ambiente de oportunidades e constrangimentos influencie na construção do *nós* da identidade coletiva, não é apenas esta lógica racional cognitiva de meios e fins que constroem a identidade coletiva, mas sim pelo menos dois outros fatores: as relações ativas entre os atores e o grau de investimento emocional dos indivíduos.

A identidade coletiva é um processo que envolve três mecanismos para sua definição/constituição: a definição cognitiva concernente a fins, meios e campo da ação; a rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, comunicam-se e influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões; e finalmente, a identidade coletiva requer um certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se, eles próprios, parte de uma unidade em comum (GOHN, 2014. p. 159).

Com isso, Melucci destaca que ao não se findar em uma lógica cognitiva racional, a construção da identidade coletiva sempre abre certa margem para negociação, pois é um campo ativo de tensões, interações, negociações e investimentos emocionais. Entretanto, é justamente devido ao forte grau de investimento emocional que esta abertura de margem de negociação não é infinita, isto é, a identidade coletiva não é inteiramente negociável pois os significados que envolvem a ação coletiva envolvem emoções como medo, fé, ódio, paixões, amor e esperança. De acordo com Melucci,

Compreender essa parte da ação coletiva como irracional em oposição às partes supostamente racionais não faz sentido. Não há cognição sem sentimento assim como não há significado sem emoção (MELUCCI, 1996. p. 71. Tradução Nossa⁹).

Melucci, então, atenta para o perigo de enxergar a identidade como um fator permanente no tempo. O autor acredita que esse olhar carece de uma atenção maior à identidade como processo, e não como uma unidade. Melucci (1996) não nega que esta noção fechada de identidade ajuda a entender aquilo que parece ser uma realidade dada, mais ou menos permanente, mas que na verdade é resultado de um processo que não é imediatamente visível.

Para Melucci (1996), tal processo envolve justamente os contínuos investimentos que, em alguma medida, se coagulam em formas organizacionais, sistemas de regras e relações de liderança da ação coletiva. O autor atenta para como esses processos têm certa fluidez, elaborando noções de identidade mais ou menos estáveis. O conceito de identidade coletiva deve refletir menos sobre uma suposta realidade dada e fixa, mas sim sobre um processo ativo que é por vezes, contraditório.

Melucci (1996) atenta para os próprios limites do termo identidade ao que se refere a seu alcance semântico comparado a amplitude dos processos que Melucci deseja apontar. O autor argumenta que no presente não parece haver outra solução

⁹ Citação original: "To understand this part of collective action as 'irrational', as opposed to the parts that are 'rational', is simply nonsensical. There is no cognition without feeling and no meaning without emotion" (MELUCCI, 1996. p. 71).

linguística para abranger tais questões, devendo o conceito ser substituído quando da emergência de outros paradigmas conceituais. O autor propõe que, por enquanto, uma forma que pode tornar possível a observação das dimensões dinâmicas da identidade coletiva é pensá-la enquanto ação.

A identidade coletiva permite que os atores sociais atuem como sujeitos unificados e delimitados e mantenham o controle sobre sua própria ação; inversamente, porém, podem atuar como corpos coletivos porque completaram, até certo ponto, o processo construtivo da identidade coletiva. Em termos de ação observada, pode-se falar de identidade coletiva como a capacidade de um ator coletivo de reconhecer os efeitos de suas ações e atribuir esses efeitos a si mesmo (MELUCCI, 1996. p. 73. Tradução Nossa¹⁰).

Essa noção da identidade coletiva como ação pressupõe essa auto reflexibilidade por parte dos atores sociais engajados na ação coletiva. A ação coletiva produz orientações e significados simbólicos que tornam os atores capazes não apenas de se reconhecerem, mas atribuir os efeitos de suas ações a si mesmos, desenvolvendo uma noção de pertencimento e causalidade. Por último, a identidade também possibilita a percepção da duração da ação coletiva, ao estabelecer uma relação entre passado, presente e futuro e relacionar a ação a seus efeitos no tempo histórico e no espaço social e político (MELUCCI, 1996).

É necessário ainda destacar a dimensão relacional da identidade coletiva apontada por Melucci (1996). Tal dimensão se refere ao fato de que o ator coletivo não consegue construir uma identidade sem o reconhecimento de outros atores sociais e políticos, mesmo que esse reconhecimento seja atravessado pela negação ou oposição àquela identidade coletiva. O autor destaca que durante a manifestação de um conflito, as pessoas se reconhecem em uma identidade não porque elas compartilham os mesmos interesses, como pensariam as teorias do comportamento coletivo, as quais Melucci se opõe, mas sim porque é através da identidade coletiva que as pessoas conseguem dar sentido ao que estão fazendo.

2.2.2 A questão dos conflitos culturais

Diante das vastas abordagens teóricas que procuram definir as sociedades contemporâneas seja como de capitalismo tardio, pós-industriais ou pós-modernas,

¹⁰ Citação Original: Collective identity enables social actors to act as a unified and delimited subjects and to retain control over their own action; conversely, however, they can act as collective bodies because they have completed, to some extent, the constructive process of collective identity. In terms of the observed action, one may thus speak of collective identity as the ability of a collective actor to recognize the effects of its actions and to attribute these effects to itself (MELUCCI, 1996. p. 73).

Melucci (1996) aponta que nenhuma dessas definições conseguem captar as transformações que as sociedades têm presenciado. Mesmo diante de alguns limites reconhecidos pelo próprio autor, ele opta por trabalhar com o conceito de sociedades complexas ou mesmo sociedades informacionais.

Melucci (1996) destaca que nestas sociedades complexas, evidenciam-se aparatos de controle que devem ser observados pela teoria sociológica para além de seus limites de regulação da produção e apropriação de recursos, mas também como o controle se dá em nível subjetivo, molecular, no campo da construção das identidades, algo que Melucci busca ao tensionar as teorias da microfísica do poder de Michel Foucault e da micropolítica de Deleuze e Guattari para o campo de estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais.

Em sistemas complexos, a capacidade de intervenção na ordem simbólica não se generaliza para abranger toda a sociedade, mas passa a colocar também o indivíduo no centro de seu foco. Enquanto no passado os processos sociais afetavam os indivíduos “membros de” – ou seja, aqueles definidos por alguma forma de filiação – hoje as conquistas da modernidade, como a cultura de massa, a elevação dos níveis educacionais e a generalização dos direitos de cidadania, transformaram indivíduo em sujeito de ação; mas também no ponto principal dos processos de regulação. A sociedade atua sobre o sistema como um todo, assim como sobre os indivíduos singulares: sobre suas capacidades simbólicas, sobre seus recursos pessoais para definir o sentido de suas próprias ações (MELUCCI, 1996. p. 48. Tradução Nossa¹¹).

Para Melucci (1996), aquilo que mantém o funcionamento das sociedades complexas são as contribuições participativas dos indivíduos. Para que essa participação na vida social, no sistema de produção e reprodução e nas demais redes sociais e organizacionais se dê de forma voluntária, é necessário um alto nível de identificação dos indivíduos o que demanda uma disposição interessante de recursos simbólicos e motivacionais.

Podemos acionar o pensamento de Felix Guattari, citado por Melucci, para fazermos um comentário sobre o autor. Ao abordar a Revolução Molecular (1981), Guattari desenvolve primariamente uma investigação de como as sociedades

¹¹ Citação Original: “In complex systems, capacity for intervention in the symbolic order not generalizes itself to comprehend the whole of society but now puts the individual at the centre of its focus as well. Whereas in the past social processes affected individuals ‘members-of’ – that is, as defined by some form of membership – today the achievements of modernity, such as mass culture, the rising educational levels, and the generalization of citizenship rights, have turned individual into a subject of action; but no less into the terminal point of the processes of regulation. Society acts on the system as a whole, just as it does on single individuals: on their symbolic capacities, on their personal resources for defining the meaning of their own actions” (MELUCCI, 1996. p. 48).

contemporâneas produzem *molecularmente*, no nível do desejo, as atitudes dos indivíduos. Instituições como “a escola, a hierarquia, o exército, o aprendizado da fidelidade, da submissão, da modéstia, o gosto pelo trabalho, pela família, pela pátria, pelo sindicato, sem falar no resto...” (GUATTARI, 1981. p. 13) capturam os indivíduos, suas subjetividades e potencialidades dentro da lógica de produção e reprodução social. O autor também indica que este processo se dá, igualmente, por meio da sugestão audiovisual proporcionada pelos meios de comunicação de massa.

Melucci, ao trazer o papel dessas *articulações moleculares* (1996, p. 91) para o pensamento sobre a ação coletiva e os conflitos na cultura, aborda de como as sociedades contemporâneas fornecem recursos simbólicos que aumentam o potencial de individuação dos indivíduos. A capacidade dos indivíduos em definir-se, delimitar o que está fazendo e, principalmente, do que desejam fazer são fenômenos influenciados pela sofisticação dos sistemas e instituições de transmissão de valores nas sociedades complexas, caracterizadas pelo maior acesso à educação e sistemas educacionais, que são sistemas de desenvolvimento de *habilidades individuais*, o desenvolvimento das indústrias culturais e informacionais, a extensão dos direitos de cidadania e pelo incremento da participação política.

Entretanto, Melucci (1996) destaca que, ao analisar esses sistemas, a análise deve sempre problematizar os diferentes níveis de acesso dos vários grupos a estes recursos sociais. Essa problematização torna possível enxergar processos de discriminação e exclusão que não se limitam ao campo econômico, do trabalho, mas também culturais, simbólicos, do campo do reconhecimento ou pelo menos no que se refere a própria capacidade dos indivíduos ou grupos de se reconhecerem/identificarem dentro das bases culturais e dos recursos simbólicos dispostos.

Melucci (1996) alerta de como as diferenças de acesso a essas potencialidades têm como consequência questões como privação cultural, apagamento de culturas tradicionais nos territórios ditos periféricos do globo, marginalização de grupos sociais inteiros e até mesmo a situação em que os estilos de vida que se tornam hegemônicos por imposição conflitam com a auto identificação de determinados grupos de indivíduos.

Diante disso, Melucci (1996) argumenta que uma teoria da ação coletiva deve se preocupar não apenas com as formas de poder, regulação e legitimação, mas também com as necessidades e orientações que constituem esses sistemas. Essas necessidades são sempre o resultado de uma engrenagem de relações sociais, de uma mediação simbólica, ou seja, de necessidades que orientam as ações coletivas que tensionam os sistemas políticos, sejam reivindicatórias, políticas ou antagonistas, sempre serão atravessadas pelo modo que se dão as relações culturais.

Melucci (1996) atenta, assim, que nenhuma análise de ação coletiva, nas sociedades complexas, pode ignorar o significado de assuntos como indivíduo e sociedade, cultura e natureza, diferença e integração passado ou futuro, quantidade ou qualidade, isto é, de como mobilizam as energias coletivas e se tornam questões de debates sociais. O autor alerta, ainda, para o fato de que aquilo que está em jogo, a ponto de gerar de tensionar os limites dos sistemas políticos de representação e reivindicação macro políticos, de mobilizar energias para ações coletivas ou mesmo de gerar movimentos sociais, já são sintomas aparentes de conflitos que afetam o meio social a nível micro.

Vivemos uma época em que os objetos sociais e culturais estão sendo redefinidos. Mente, corpo, saúde, doença, necessidades e desejos são palavras que mascaram um vazio, justamente quando estão no centro das atenções coletivas. Por trás dessas palavras podemos detectar uma pluralidade de significados que correspondem às redes de oposições e debates sobre a natureza e a sociabilidade que nos constituem. Não temos mais objetos inequivocamente identificáveis à nossa disposição; eles foram finalmente substituídos por um campo simbólico, um sistema de oposições sociais e culturais, dentro do qual as necessidades de reapropriação do que as pessoas produzem significativamente por meio de sua ação entram em conflito com novos impulsos de integração. Os movimentos interpretam essas tensões e as manifestam (MELUCCI, 1996. p. 97. Tradução Nossa¹²)

Melucci (1996) aborda como a definição das necessidades sempre se dá através de um sistema de representações culturais, as quais os respectivos recursos simbólicos serão apropriados por diferentes grupos sociais, com diferentes interesses políticos. Ele traz o exemplo do discurso que apela para a *natureza* das necessidades, sobre como esse discurso, que geralmente opera dentro de uma noção de algo já

¹² Citação Original: "We are living in a time when social and cultural objects are being redefined. Mind, body, health, sickness, needs, and desires are words which mask a void, precisely when they are at the centre of collective attention. Behind these words we can detect a plurality of meanings which correspond to the networks of oppositions and debates on the nature and sociality that constitute us. We no longer have unambiguously identifiable objects at our disposal; they have been finally replaced by a symbolic field, a system of social and cultural oppositions, within which needs for re-appropriation of what people meaningfully produce through their action come into conflict with new impulses for integration. Movements interpret these tensions and make them manifest" (MELUCCI, 1996. p. 97).

dado, quando apropriado pelos grupos de atores coletivos, principalmente, os movimentos ditos contemporâneos ou mesmo Novos Movimentos Sociais (NMS), a exemplo, dos movimentos ambientalistas, de mulheres, de juventudes, de combate às desigualdades raciais, de gênero, sexualidade, identidade, entre outros, termina por demonstrar que a noção de natureza é muito menos um dado e sim um campo de ação.

O corpo, o desejo, a identidade biológica e a sexualidade tornam-se campos que mobilizam energias e elaboram discursos de demandas políticas, indicando que a noção de natureza humana, que parece ser dada, na verdade é criada e transformada pela ação social, podendo ser mobilizadas de formas além das impostas pelos interesses dominantes (MELUCCI, 1996).

Melucci (1996) argumenta que, no contexto das sociedades complexas, os regimes de produção não estão mais ligados exclusivamente aos recursos econômicos, mas também se referem à produção símbolos culturais, identidades, relações sociais e demandas individuais. Os sistemas dessas sociedades não se sustentam mais apenas pelo controle da força de trabalho e sim intervêm no nível do desejo, da produção de uma identificação com o regime de produção social.

Esse trabalho, como havíamos destacado, se dá através do controle não apenas das formas de produção e transformação dos recursos naturais e humanos em bens materiais, mas também dos sistemas simbólicos, culturais, de regulação das identidades, controle da dita vida privada, a exemplo, questões como natalidade, direitos sexuais e direitos reprodutivos, e também o controle dos sistemas de informação, algo particular das sociedades complexas, as quais Melucci (1996) também propõe chamar de sociedades informacionais.

O autor então destaca que, no contexto dos movimentos sociais contemporâneos, não apenas anunciam conflitos que se referem a crises ou desequilíbrios do sistema capitalista, mas também tornam manifesto a falta de efetividade dos sistemas políticos de representação como veículos para essas ditas novas demandas. Mesmo que nem todas as formas de ação coletiva se expressem de forma antagonista, Melucci (1996) chega a estipular que todas elas mobilizam os grupos sociais em torno de questões de baixa negociabilidade, pois, como fenômeno social, essas ações não podem ser inteiramente reduzidas a mediação política.

São demandas que, de acordo com Melucci (1996), desafiam a separação moderna entre público e privado, questões como família, natalidade, identidade sexual, de gênero ou até mesmo de afetividade, tradicionalmente lidas como do âmbito privado, sofrem a influência constante dos mecanismos midiáticos, tornando-se arenas de conflito e de mobilização política.

O controle sobre as relações pessoais e individualidades provocam reações manifestas contra as definições normativas de identidade. Podemos comentar que não são demandas apenas de redistribuição ou reconhecimento, como especularia Nancy Fraser (2003), mas demandas de (re)apropriação, nas quais os indivíduos reivindicam o direito de tornarem-se eles mesmos.

2.3 Política Cultural e Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos

No contexto das sociedades complexas ou informacionais, é necessário pensar as particularidades que atingem os países latino-americanos, como é o caso de El Salvador, foco desta pesquisa. Foram nestes territórios que ocorreu um processo de colonização profundamente violento, que fizeram surgir, mesmo após o processo dito oficial de descolonização e independência, um conjunto de Estados-nações que têm sua história marcada por profundas desigualdades raciais, de gênero, de classe além de democracias frágeis nas quais experiências como regimes militares e hegemonia de elites altamente conservadoras e reacionárias.

Diante disso, os pensadores Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000) aprofundam o conhecimento sobre como os parâmetros da democracia e daquilo que deve ser definido como político, no contexto latino-americano, estão em ferrenha disputa. Eles afirmam que os movimentos não estão interessados apenas em transformar suas reivindicações em políticas públicas ou em aumentar o nível de representação do sistema político institucional. O que está fundamentalmente sendo disputado são os próprios sentidos de cidadania, representação política, participação e até mesmo da própria democracia.

Os autores estabelecem que estes processos afirmam o que eles chamarão de *política cultural*. Entretanto, antes de nos aprofundarmos no significado deste conceito, nos debruçaremos no estudo crítico que Dagnino (2000) realiza sobre como

a cultura havia sido colocada em uma “camisa-de-força”, que as teorias tradicionais de movimentos sociais a haviam colocado.

As relações entre cultura e política, as quais haviam sido predominantemente contagiadas pela noção de *ideologia*, derivada principalmente do marxismo clássico. Nesse conceito, “a cultura, especialmente a popular, era o domínio da alienação, da falsa consciência e da mistificação; em suma o reino da ideologia” (DAGNINO, 2000. p. 63). A autora aponta o esvaziamento da atenção teórica para a questão da cultura, que ao ser limitada, nestas análises, ao campo da ideologia terminou por ser contaminada pelo que Dagnino chama de dupla negatividade.

Por um lado, uma negatividade derivava de um determinismo econômico, que estabelecia a cultura como uma expressão sempre fruto de uma dita essência econômica. Por outro lado, a cultura também era vista como um obstáculo à transformação social verdadeira, ansiada pelos marxistas. Ela deveria ser eliminada pelo suposto conhecimento verdadeiro ou mesmo pela consciência de classe, conhecimentos esses que eram portados pelos membros e líderes da dita vanguarda, os intelectuais e o próprio partido político (DAGNINO, 2000).

Além disso, o reducionismo de classe transformou em categorias analíticas as dicotomias bem conhecidas que opõem, como dois blocos monolíticos externos um ao outro, culturas dominantes e dominadas, ideologia burguesa e cultura operária, exemplos do que Canclini (1988) chama de abordagens dedutivistas da análise cultural. A teoria da dependência, formulada por latino-americanos num esforço para ajustar a análise de classe marxista à complexidade dos novos desenvolvimentos da economia política internacional, manteve esse enfoque dicotômico (DAGNINO, 2000. p. 64)

Dagnino (2000) também evidencia que este olhar estruturalista não apenas ignora o potencial de discussão da cultura como também privilegia o Estado como principal foco de atenção. O Estado, sob esta ótica, chamada por Dagnino de estatista, é o único campo de disputa de poder realmente decisivo e relevante da luta política. A Escola de Frankfurt e sua análise da indústria cultural de massa, como veículo de alienação e perpetuação da cultura do consumo também, é destacada por Dagnino como uma influência na mesma direção de demonização da cultura.

Diante disso, Dagnino junto a Alvarez e Escobar (2000) procuram se reapropriar de dois conceitos dos campos de estudos culturais, propondo para estes um novo significado analítico, são estes: *política cultural* e *cultura política*. A ideia de *políticas culturais*, tradicionalmente associadas a noção de políticas públicas para o âmbito da cultura como, por exemplo, arte, música, cinema, teatro, festivais etc., aqui

é apropriada pelos autores de forma a chamar a atenção para o “laço constitutivo entre cultura e política” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR. 2000. p. 17). A cultura, enquanto conjunto de símbolos e práticas não pode ser lida sem considerar as relações de poder que a atravessam, assim como estas relações de poder não podem ser desligadas de seu caráter cultural ativo.

Já a *cultura política* é o conceito pelos quais os autores buscam se referir ao que cada sociedade constrói como político. Sabendo que cada sociedade possui uma cultura política dominante, a cultura política e o conjunto de práticas políticas e instituições que passam a ser privilegiadas como do campo da política, ou seja, domínios da vida e da realidade social que ganham o status de legitimidade dentro de um campo restrito do que cabe ou não a disputa política. Esta ótica tende a traçar, de forma rígida, uma separação entre aqueles domínios que são da política daquele que são domínios sejam econômicos, culturais ou sociais (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000).

Neste sentido, as políticas culturais dos movimentos sociais tentam contestar ou mesmo desestabilizar a cultura política dominante. No contexto das sociedades ocidentais, aqui referindo-se Europa e América do Norte, predominou uma cultura política baseada no racionalismo, universalismo e individualismo. Entretanto, na América Latina, mesmo que estas ideias influenciem consideravelmente na construção de suas culturas políticas, os autores destacam que algumas contradições são notáveis, pois estes mesmos princípios foram combinados e associados a outros princípios de forma a garantir uma profunda exclusão social e política, além de restringir o que conta como político, de forma a manter determinados interesses políticos em sociedades extremamente hierarquizadas e desiguais (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000).

Podemos acionar o pensamento de Aníbal Quijano para fazer um comentário sobre a cultura política que se estabelece na América Latina através do conceito de colonialidade do poder. Para Quijano (2005), mesmo após o desligamento do colonialismo formal, isto é, dos processos de independência e gestação das repúblicas na América Latina, a colonialidade se mantém enquanto uma lógica de funcionamento que contagiam as instituições políticas e culturais nas sociedades latino-americanas, a esta lógica de funcionamento que Quijano nomeia de *colonialidade do poder*.

Quijano (2005) afirma que instituições, como a empresa capitalista, a família nuclear patriarcal burguesa e até mesmo o próprio Estado-nação – instituição quase incontestável e vista como parte de um sistema político dado e não construído por meio de relações de poder nas análises políticas tradicionais que negam o potencial da cultura na ação coletiva que havíamos discutido – funcionam na manutenção do controle político respectivamente dos domínios do trabalho e da produtividade, da sexualidade e das relações íntimas e da autoridade e reconhecimento político.

São sociedades que lidam com profundas desigualdades, não apenas de classe mas também de gênero e raciais, assim como restrições ao reconhecimento político de temas como sexualidade, identidade, cultura, territorialidade, entre outras questões. Além disso, a violência que reverbera sobre as populações racializadas, dissidentes sexuais e de gênero, populações empobrecidas, sejam rurais ou das periferias dos grandes centros urbanos, são questões que anunciam que o trabalho realizado por diversos movimentos sociais, no contexto da América Latina, confrontam-se com interesses dominantes de elites e estados altamente desiguais, autoritários e violentos.

Diante dessas problemáticas culturais, Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) discutem como todos os movimentos sociais anunciam uma política cultural. Os autores partem do princípio de que, sendo a cultura um fator preponderante na constituição das subjetividades dos indivíduos, para todos aqueles grupos que sofrem algum tipo de marginalização, a construção de identidades coletivas terminam sendo uma estratégia essencial de luta política.

Estas identidades estão sempre vinculadas à cultura, pois todos põem em movimento forças culturais. Para Dagnino (2000), as contestações culturais não constituem simples extratos da luta política, mas sim, são parte constituinte dos esforços coletivos dos movimentos sociais para tensionar os limites dos sistemas políticos. Neste sentido, a abordagem de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), sobre as questões de construção das identidade coletivas e conflitos na cultura, se parecem muito com o pensamento de Melucci (1996) ao pensar as políticas culturais não como subprodutos de lutas políticas ditas estruturais, mas como relações ativas e mutantes.

Assim como Melucci (1996) acredita que os movimentos sociais anunciam conteúdos que estão tomando forma no corpo social, os três autores latino-

americanos defendem que aqueles significados e práticas, sejam marginais, dissidentes, alternativos ou mesmo antagonistas em relação a uma determinada cultura política dominante, podem anunciar processos que devem ser reconhecidos como políticos. Quando estes movimentos apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania eles desestabilizam a cultura política dominante e seus respectivos significados. Dessa forma, os movimentos sempre põem em ação uma política cultural (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000. p. 25).

Na medida em que os objetivos dos movimentos sociais contemporâneos às vezes vão além de ganhos materiais e institucionais percebidos; na medida em que esses movimentos sociais afetam as fronteiras da representação política e cultural, bem como a prática social, pondo em questão até o que pode ou não ser considerado político; finalmente, na medida em que as políticas culturais dos movimentos sociais realizam contestações culturais ou pressupõem diferenças culturais – então devemos aceitar que o que está em questão para os movimentos sociais, de um modo profundo, é uma transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas. [...] Em muitos casos, os movimentos sociais não exigem inclusão, mas antes buscam reconfigurar a cultura política dominante (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000. p. 26)

É interessante acrescentarmos que os conceitos de cultura política e política cultural como, assim propostos por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), demandam que seja feito um esforço do que os autores chamarão de reconceituação do político. Esse esforço pede que vejamos a política não apenas como o conjunto de atividades relacionadas às tradicionais instituições macropolíticas, como as eleições, as negociações de lobby político, os parlamentos ou partidos políticos, mas da política como uma atividade da vida social que pode ser realizada em diversos espaços sociais, mesmo aqueles tradicionalmente vistos como privados.

Esse esforço demanda não apenas uma reconceituação da ideia de política, como também da ideia de poder. Nesse sentido, vemos que a ideia de poder, acionada pelos três autores, se assimila a concepção influenciada pelo pensamento pós-estruturalista de Foucault acionada por Melucci (1996). Nessa concepção o poder não é presente apenas em um centro institucional que precisa ser tomado pelos movimentos sociais, como acreditava-se na tradição marxista da tomada do poder pelo popular, mas sim o poder como uma relação difusa, micropolítica e que se exerce por todos os espaços. *Poder* é verbo, uma ação, e não um substantivo, uma

substância essencial, e, portanto, está sendo constantemente reapropriado pelas ações coletivas dos movimentos sociais.

Entretanto, Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 30) alertam para como essa concepção de poder descentrada também não deve dar razão para desviar a atenção de como os movimentos sociais interagem com o Estado e a sociedade política de representação, pois mesmo esse poder não centralizado se estratifica, ou seja, se concentra em instituições e agentes sociais. É necessário prestar atenção de como os movimentos sociais interagem com os sistemas políticos dominantes, no entanto, deve-se tomar consciência de que o exame dessas relações é insuficiente diante do real impacto político e dos processos de criação de significados dos movimentos sociais que mobilizam os indivíduos.

2.4 Sistema Político: sistema de decisões e a tensão entre a estrutura de oportunidades políticas e a ação coletiva micro.

A noção de sistema político, que aqui acionamos, parte de Melucci (1996), que, como havíamos discutido acima, estabelece a noção de sistema apenas como um conjunto de relacionamentos entre elementos. O autor indica, ainda, quatro tipos de sistemas diferentes que interagem e participam da gestação das ações coletivas, são estes: o sistema de produção e apropriação dos recursos da sociedade, o sistema político, o sistema organizacional e o sistema do mundo da vida. Vamos focar aqui na noção de sistema político, cunhado por Melucci.

Melucci (1996) define sistema político como o nível da estrutura social, onde são tomadas decisões normativas. Tais decisões são divididas pelo autor em três categorias. A primeira categoria se refere a decisões sobre diferentes interesses entre diversos grupos sociais, a segunda diz respeito mais especialmente aos atores que constituem o sistema político em si, sendo relacionadas ao estabelecimento de regras e procedimentos sobre o próprio processo de decisões. Por fim, a terceira categoria é relativa as decisões que mantem e adaptam o modo de produção e distribuição dos recursos sociais.

O sistema político, na concepção de Melucci nunca é um dado essencial, mas sempre é influenciado por um ambiente mutável. Tal ambiente é constituído de outros sistemas elaborados por Melucci: produção, organizacional e mundo da vida, tanto

internos quanto externos aquela sociedade. A exemplo de pressões de organizações e assembleias internacionais. Os sistemas absorvem as investidas do ambiente através de demandas, recursos e limitações (MELUCCI, 1996).

Para Melucci, os produtos destes sistemas tomam a forma de decisões normativas, entretanto o processo, no qual as demandas são transformadas em decisões, ocorre através da ação competitiva de vários atores que tentam maximizar suas vantagens nas decisões alcançadas pelo sistema político. Os atores são representantes de demandas e interesses sociais e operam seguindo regras compartilhadas e ações estratégicas, nas quais foram calculados custos e benefícios. O sistema político também sempre conta com um mecanismo de *feedback*, o qual serve para comunicar as informações dos efeitos de suas próprias decisões, sendo este mesmo mecanismo também responsável, em alguma medida, por regular o funcionamento do sistema (MELUCCI, 1996. p. 232).

Melucci (1996) também desenvolve uma definição das demandas políticas e de como estas se diferenciam das necessidades e interesses. Partindo do princípio de que os sistemas políticos exercem restrições e estabelecem limites de quais interesses o sistema conseguirá lidar, Melucci define, então, a demanda política como uma reivindicação que, em primeira instância e pelo menos em alguma medida, aceita as regras e procedimentos do sistema político; em segunda instância visa assegurar uma decisão normativa e que também é expressa por um grupo que consegue acessar as instituições do sistema político, mesmo que parcialmente.

Essas características diferem as demandas políticas dos meros interesses sociais pois, diante de um sistema político limitado, sempre existirá um amplo leque de interesses que não conseguem se transformar em demandas políticas, pois são reprimidas, postas nas margens, privadas de acesso ao sistema político, pois são deslegitimadas ou mesmo negadas do reconhecimento enquanto questões políticas (MELUCCI, 1996).

Melucci (1996) determina que as demandas políticas possam ser separadas em pelo menos três categorias, sendo estas demandas que se referem ao processo de regulação de *trade-offs* entre a sociedade e alguns grupos determinados; demandas que reivindicam mudanças ou adaptações nas regras do sistema político

e, por fim, as demandas que dizem respeito à manutenção ou adaptação do modo de produção e distribuição dos recursos sociais.

Para Melucci (1996), existem recursos que podem favorecer ou desfavorecer a capacidade de um determinado sistema político lidar com certas demandas políticas. A conjuntura econômica, pressões internacionais, a situação política, entre outras mudanças nas oportunidades políticas, como foi definido por Tarrow, em 1994 (TARROW, 1997), podem condicionar a direção de restrição ou abertura do sistema político para lidar com as demandas dos movimentos sociais e produzir decisões.

Melucci (1996) também busca pensar como se dá o processo de tomada de decisões no âmbito do sistema político. Ele define que este processo é formado por quatro componentes. O primeiro, se refere a redução das demandas, seja em quantidade ou em variedade, para que elas possam caber na capacidade do sistema de lidar com elas. Para isso, os sistemas políticos dispõem de diversos mecanismos internos que selecionam e estabelecem barreiras no processo de tomada de decisões. Esses mecanismos bloqueiam ou até mesmo facilitam o processo de combinação da diversidade ou particularidade das demandas transformando-as em propostas mais genéricas. O segundo componente diz respeito à competição e negociação das demandas e entre os grupos de interesse. As demandas podem tanto competir entre si e, dependendo de seu grau de incompatibilidade, podem tornar-se concorrentes diretas. Entretanto, esse mesmo grau de (in)compatibilidade pode abrir caminho para negociação entre forças políticas (MELUCCI, 1996). O terceiro, é relativo à articulação de soluções e tem a ver com o processo de traduzir as demandas políticas em *problemas*, os quais o sistema político, em sua linguagem, possa oferecer *soluções*. Diante disso, os atores políticos passam também a se submeter, em alguma medida, à lógica e à linguagem do sistema político (MELUCCI, 1996). Melucci (1996) aborda, então, como quarto e último componente, a tomada de decisão *per se*. A decisão é um ato importante do sistema político, pois ela reduz as incertezas dos grupos interessados. Entretanto, Melucci atenta para o fato de que uma escolha, sendo feita, pode ter efeitos sociais imprevisíveis, tanto para o meio social como também para o próprio sistema político. Uma decisão tomada não encerra o conflituoso processo dos grupos de interesse que disputam entre si, mas muito mais demonstra a capacidade de um sistema político de receber estímulos do ambiente externo, estímulos estes que podem tensionar o ambiente de negociações.

Melucci (1996) visualiza, ainda, uma preocupação com os efeitos do sistema político. A tomada de decisões é apenas a etapa anterior ao processo de implementação das demandas acertadas. Este processo de implementação sempre é atravessado por questões de como o aparato administrativo do estado, dependendo de uma determinada cota de consenso político e das próprias relações de poder entre as forças políticas e os grupos interessados. O critério técnico de uma lei, por exemplo, nunca é suficiente diante da influência dos diversos interesses que atravessam sua implementação. O processo político, para Melucci, continua sendo formado por pressões, negociações e relações de poder, mesmo durante a implementação de decisões.

Acreditamos que a partir desse ponto é necessário fazer uma incisão que costure o pensamento de dois principais autores trabalhados neste capítulo, Sidney Tarrow e Alberto Melucci.

Araújo e Lima (2010) promovem uma revisão teórica sobre os dois autores e apontam alguns pontos de encontro entre as duas abordagens teóricas, que parecem ser completamente opostas sob uma leitura superficial. Mesmo que aqui tenhamos uma tendência priorizar a análise de Melucci sobre a decomposição do movimentos, focando em objetos micro como a identidade e a subjetividade, é importante que ressaltemos que o próprio Melucci não ignora a perspectiva da estrutura de oportunidades políticas.

Como já havíamos ressaltado, por meio de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), a noção de poder microfísico, acionada por Melucci, não deve ignorar os cenários em que o poder se condensa, a exemplo dos poderes institucionais e do próprio sistema político destacado por Melucci, pois é este sistema que interage, constrange e é constrangido pelas ações coletivas dos movimentos sociais.

A questão principal que diferencia Melucci e Tarrow, nesse sentido, é a prioridade que dão aos fatores externos, ou seja, a estrutura de oportunidades políticas. Enquanto para Tarrow os movimentos sociais dependem decisivamente do ambiente de oportunidades políticas, fatores estruturais, para Melucci os movimentos sociais se erguem no âmbito da construção da identidade coletiva e na percepção dos indivíduos do sentido que dão as suas ações. Ou seja, enquanto para Tarrow as oportunidades políticas estão no plano de frente da ação coletiva, para Melucci estas

estão no plano de fundo, como cenário dos fenômenos que se formam no tecido social, enquanto um campo de disputa política de significados (ARAUJO, LIMA, 2010).

Melucci reconhece que a ação coletiva se constrói também pela percepção cognitiva dos atores políticas do ambiente de oportunidades e vínculos, o que o diferencia de Tarrow é também a complexa conceituação que o autor dá para a noção de identidade coletiva, que considera não apenas a percepção cognitiva sobre o ambiente externo aos movimentos sociais, como trata especialmente das múltiplas orientações internas que disputam, constroem e adaptam a identidade coletiva (ARAÚJO, LIMA, 2010).

Entretanto, de acordo com Mariah da Gloria Gohn (2014), Tarrow possui algumas dificuldades em trabalhar com dois dos conceitos que consideramos caros para a análise que propomos neste trabalho, sendo estes os de identidade coletiva e cultura política.

Sobre o primeiro, não dizemos que o autor ignora em completude o papel da identidade no processo da ação coletiva, mas ele atenta muito mais para os significados manifestos das identidades, ou seja, seu olhar para a questão da identidade continua priorizando uma posição externa ao processo de construção e manutenção dela. Para Tarrow, é mais importante observar como os líderes utilizam as identidades compartilhadas a fim de formularem suas mensagens ideológicas e projetarem-se diante de seus inimigos e aliados (ARAÚJO, LIMA, 2010).

Em relação ao conceito de cultura política, Gohn (2014) atenta de como Tarrow se limita a uma concepção de cultura como algo operacional e pragmático, influenciado principalmente por uma abordagem teórica que prioriza a escolha racional, cognitiva de percepção sobre custos da ação coletiva, Tarrow termina ignorando a dimensão política da cultura. A cultura política em seu conceito sempre se refere a um repertório estático, uma herança recebida do passado. Tarrow, porém, desacredita no potencial de recriação da cultura política pelos movimentos sociais.

Conforme assinalamos anteriormente, os movimentos poderão ser coadjuvantes de um processo de mudança social mas nunca seu ator principal, por que não são elementos dotados de força própria, dependem do impulso de outros. Seu poder, como assinala Tarrow, está em mobilizar as pessoas e as manter sob controle (GOHN, 2014. p. 106)

Tarrow acredita que são genéricas as análises que focam na questão da cultura política, pois para o autor, este olhar não dá conta de entender as circunstâncias em

que nascem as ações coletivas. Para Tarrow, mais uma vez, o foco da análise deve ser nas lideranças que são as organizadoras dos movimentos e de suas respectivas mensagens ideológicas. O estudo dos movimentos sociais deve demonstrar os repertórios utilizados e suas mudanças. Repertório é um conceito importante em sua teoria, originalmente elaborado por Charles Tilly (1978), pois o autor acredita que os repertórios salvaguardam as demandas de um determinado tempo histórico, mas estes mesmos repertórios nunca mudam completamente, havendo sempre uma simbiose entre os significados antigos e novos (GOHN, 2014).

Mesmo que reconheçamos o potencial da teoria de Tarrow para a análise que pretendemos desenvolver neste trabalho, nos referindo, principalmente ao seu olhar sobre as oportunidades políticas. Em relação à nossa análise no caso de El Salvador e dos movimentos LGBTI, trataremos do período de ascensão da FMLN, enquanto partido de esquerda ao governo e de sua abertura política para questões de gênero e sexualidade, assim como nas mudanças em relação às potenciais alianças destes movimentos. Acreditamos que sua teoria seria insuficiente para entender a questão das identidades.

Nos movimentos que reivindicam a identidade de gênero e de sexualidade, a questão da identidade coletiva e conseguir inferir na cultura política parecem ser objetivos e estratégias caras. Nestes movimentos, os quais o reconhecimento e a (re)apropriação dos discursos e da própria política cultural/cultura política em relação ao campo do gênero e da sexualidade, perpetuados por uma cultura de violência e exclusão de reconhecimento do campo político, atentaremos de como estes agentes aproveitam e percebem as mudanças nas estruturas de oportunidades políticas, mas não só isso.

Acreditamos que a atenção dada por Melucci aos múltiplos processos internos da identidade coletiva, aos conflitos culturais e como estes interagem e geram tensões no sistema político são importantes para compreendermos as identidades que estão em um cenário difuso e composto por várias organizações. Nos apoiaremos na teoria de Melucci e, para o contexto latino-americano, e mais especialmente, centro-americano de El Salvador, por meio dos conceitos de política cultura e cultura política proposto por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) a fim de nos questionarmos de como os movimentos sociais podem transformar ou desestabilizar os discursos dominantes

e as práticas excludentes da democracia latino-centro-americana diante de suas contradições em um país como El Salvador.

3 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO EM EL SALVADOR

3.1 Contexto de oportunidades políticas em El Salvador, anterior ao conflito armado: mudanças no repertório de ação coletiva

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) é uma organização política-militar criada em 1980 em El Salvador a partir da fusão de cinco organizações: Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL), Exército Revolucionário do Povo (ERP), Forças Armadas da Resistência Nacional (FARN), Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos (PRTC), assim como alguns dissidentes do antigo Partido Comunista Salvadorenho (PCS).

A formação da FMLN ocorre no contexto do início do conflito militar em El Salvador. Entretanto, as organizações que se fusionariam na FMLN já atuavam desde meados da década de 1960, reunindo descontentamentos com as formas de ações políticas empenhadas pelo principal partido de oposição aos governos militares em El Salvador até o momento, o PCS. Fundado em 1930, o PCS ainda apostava nas eleições e na conquista democrática (GONZÁLES, 2011) como principais ferramentas de enfrentamento aos governos militares que vinham exercendo o poder em El Salvador desde os eventos de 1932, quando um levante camponês e indígena no oeste do país revoltou-se contra políticas desiguais de distribuição de terras que favoreciam grandes latifundiários do café no país e retiravam terras dos camponeses e populações tradicionais, além de uma profunda desigualdade social em um contexto de crise econômica pós-1929. O levante obteve, como reação, uma resposta militar bastante truculenta, resultando em cerca de 30 mil mortes. Os militares se perpetuaram no poder, por meio de golpes e eleições fraudulentas até pelo menos 1979 com a ascensão da Junta Revolucionária de Governo.

O contexto de desigualdades econômicas extremas, fome, distribuição desigual da terra e enfraquecimento da crença popular nos processos democráticos, como as eleições, foi o suficiente para fomentar a ideia de que os repertórios de ação política dos grupos de resistência e oposição nacionais deveriam mudar. Após o breve conflito armado entre El Salvador e Honduras, em 1969 (conhecido como a “Guerra do Futebol”), a ideia de um conflito armado foi se fortalecendo durante todo o decorrer da

década de 1970, o que levaria ao conflito interno de fato, que na década de 1980 tornou-se uma das principais contendas políticas da história de El Salvador.

De acordo com Tarrow, a ação coletiva *contenciosa* é a característica principal de todos os movimentos sociais. Tarrow acredita que as ações coletivas podem ter muitas formas, podendo ser breves ou não, institucionalizadas ou disruptivas, monótonas ou dramáticas. No entanto, a característica de uma ação coletiva *contenciosa* ou conflitiva se dá, geralmente, quando um grupo que acessa as instituições de forma escassa, que atua em nome de reivindicações novas ou não aceitas e que se conduzem de um modo que constituam uma ameaça fundamentais com seus oponentes ou autoridades. A ação coletiva contenciosa, para Tarrow, é a base dos movimentos sociais (TARROW, 1997. p. 19).

Para Alberto Martín Alvarez (2004, p. 33), pensando especialmente o caso salvadorenho, as organizações políticas-militares, como a FMLN, são uma modalidade específica de ação coletiva contenciosa. O autor acredita que as organizações político-militares compartilham diversas características com as organizações de movimentos sociais, como, por exemplo, o fato de atuarem geralmente fora das instituições estatais, mesmo que de fora para dentro, de desenvolverem estratégias conflitivas de mobilização social e de contarem com sua militância comprometida como seu recurso mais relevante.

Mesmo diante dessas similaridades, para Martín Alvarez (2004, p. 34), as organizações político-militares possuem algumas características que as diferenciam de outros movimentos sociais, organizações, grupos de interesse e partidos políticos. Por exemplo, em comparação com as organizações de movimentos sociais, geralmente horizontais e informais, as organizações político-militares se estruturam de forma vertical e hierárquica. Os movimentos sociais pleiteiam influenciar o poder político em alguns temas específicos; já as organizações político militares pretendem tomar e exercer o poder. Alvarez também diferencia o discurso empregado pelas organizações governamentais ou organizações político-militares, que geralmente promovem um discurso global que atravessa temáticas diversas, diferente dos movimentos sociais que muitas vezes se concentram em uma dimensão temática.

Essas características, como a estrutura hierárquica formal, o discurso global e a orientação para o exercício do poder, em alguma medida, aproximam as

organizações político-militares dos partidos políticos. Entretanto, de acordo com Martín Alvarez (2004), uma característica fundamental diferencia as organizações político-militares dos partidos, que é justamente seu âmbito de intervenção não convencional e extra institucional, em suma, o fato de uma organização político-militar não participar das eleições como os partidos políticos. É a possibilidade de participar diretamente das eleições e de competir por votos que distinguem o partido político não apenas das organizações político-militares, como também das organizações de movimentos sociais e outros grupos de interesse.

No caso salvadorenho, as organizações guerrilheiras constituíram o modelo organizacional adotado por um movimento revolucionário, ou seja, um movimento de protesto cujo objetivo máximo é a destruição da ordem social e política vigente e a construção de uma ordem alternativa. Um modelo organizacional intimamente ligado, no caso da FMLN, à cultura política da nova esquerda latino-americana surgida na década de 1970. Nesse sentido, a modalidade da ação coletiva adotada pelos revolucionários salvadorenhos constituiu uma convenção erudita - um repertório conflituoso, nos termos de Tilly (Tilly, 1978) - enraizada na prática de seus referentes ideológicos e políticos mais imediatos (ALVAREZ, 2004. p. 37. Tradução Nossa¹³).

As organizações político-militares de característica revolucionária, como é o caso da FMLN em El Salvador, rejeitam a *democracia burguesa* e as eleições, pois não enxergam nestas plataformas a possibilidade de gerar as transformações políticas e sociais que anseiam. No caso de El Salvador, a violência com fins políticos passa a constituir um dos principais repertórios de ação coletiva da FMLN. Diferente de organizações de movimentos sociais, as organizações político-militares se convertem em contendentes frente ao Estado, em uma disputa pelo poder político (ALVAREZ, 2004. p. 38).

A FMLN apresenta-se enquanto fenômeno curioso pois, em primeira instância, durante a década de 1970, se desenvolve como alternativa popular e revolucionária na qual a luta armada se mostra como a forma fundamental de ação desse grupo e da fusão de organizações político-militares que representa. De acordo com Mario Lungo (1990), desde a guerra entre Honduras em 1969 e a eleição fraudada em 1972

¹³ En el caso salvadoreño, las organizaciones de guerrilla constituyeron el modelo de organización adoptado por un movimiento revolucionario, esto es, un movimiento de protesta cuyo objetivo máximo es la destrucción del orden social y político vigente, y la edificación de un orden alternativo. Un modelo organizativo íntimamente unido, en el caso del FMLN, a la cultura política de la nueva izquierda latinoamericana surgida en los años setenta. En este sentido, la modalidad de la acción colectiva adoptada por los revolucionarios salvadoreños constituyó una convención aprendida, - un repertorio de confrontación, en términos de Tilly (Tilly, 1978) - arraigada en la práctica de sus referentes ideológicos y políticos más inmediatos (ALVAREZ, 2004. p. 37).

que se viam surgir, em El Salvador, grupos que vão flertando com a ideia do conflito armado.

Lungo (1990) destaca como, desde este período, já é possível notar uma crise que gera rompimentos internos dentro do PCS. As principais questões internas eram referentes à atitude diante da guerra com Honduras e à opção por uma via revolucionária armada. Um núcleo dissidente do PCS, formado principalmente por jovens trabalhadores e intelectuais profissionais, junto com um grupo de juventude, até então vinculado ao partido, a Juventude Comunista (JC), e até mesmo um grupo de fora do PCS denominado Juventude Democrata Cristã (JDC) foram alguns dos primeiros protagonistas desse movimento.

Ocorria que o regime militar salvadorenho estava em crise, o que funcionou como uma oportunidade política favorável aos grupos que já defendiam uma alternativa armada. De acordo com Martin Alvarez (2004), as sucessivas fraudes eleitorais, a crise econômica e a crise política como consequência, principalmente, do curto conflito com Honduras em 1969.

Honduras era um dos países que mais recebia imigrantes salvadorenhos que fugiam da grave crise econômica que assolava o país desde a década de 1950. Entretanto, naquele ano, um programa de reforma agrária ocorrido em Honduras proibiu que pessoas não-hondurenhas ocupassem terras de propriedade do Estado, levando um grande contingente populacional a voltar a El Salvador (MARTIN ALVAREZ, 2004).

A tensão entre os dois países aumentou, levando a um curto conflito que durou 4 dias, 14 até 18 de julho, e ficou conhecido também como Guerra das 100 horas e só teve resolução com intervenção na negociação de cessar-fogo por parte da Organização dos Estados Americanos (MARTIN ALVAREZ, 2004).

[...] apesar de ter causado a morte de pelo menos duas mil pessoas entre ambos os lados, serão as consequências que teve para a estabilidade do regime salvadorenho. Apesar de obter a vitória, El Salvador não recebeu nenhum aumento territorial como resultado desta guerra. Muito pelo contrário, produziu o retorno de pelo menos cem mil trabalhadores salvadorenhos, que tiveram que fugir por medo de represálias, e das leis aprovadas pelo regime hondurenho antes do conflito, leis que proibiam os não hondurenhos de ocupar terras que eram propriedade do Estado. Este contingente populacional, ao retornar a El Salvador, aumentará fortemente as pressões em favor da redistribuição da terra e reforçará as vozes que clamavam pela implementação da reforma agrária. Da mesma forma, a perda do mercado hondurenho significará um forte golpe nas exportações salvadorenhas e a

efetiva falência do Mercado Comum Centro-Americano (MARTIN ALVAREZ, 2004. p. 83. Tradução Nossa¹⁴).

Diante disso, a guerra contra Honduras também provocará divisões e rupturas importantes dentro da elite política salvadorenha, principalmente em relação a discussão sobre a reforma agrária e ampliação do mercado interno. De um lado, o grupo que apoiava a reforma agrária em El Salvador, liderado pelo diplomata Reinaldo Galindo Pohl, chegou a convocar um congresso sobre o tema da reforma agrária, reunindo líderes de partidos e grupos reformistas e de oposição. (MARTIN ALVAREZ, 2004).

Contrário ao grupo reformista, existia um outro grupo da oligarquia salvadorenha que permanecia representando uma corrente mais conservadora no que se refere ao tema da reforma agrária. A Frente Unida Democrática Independente (FUDI) se opunha a qualquer discussão sobre modificações na estrutura de posse de terras, além de ser a favor de medidas mais repressivas em relação aos protestos dos setores populares (MARTIN ALVAREZ, 2004).

As rupturas internas de grupos da elite política, como é caso da oligarquia salvadorenha diante do tema da reforma agrária e de políticas reformadoras do mercado interno, são oportunidades políticas importantes para grupos de oposição de acordo com o pensamento de Tarrow (1997). Mesmo que, durante a década de 1970, os grupos conservadores de El Salvador tenham conseguido articular-se de forma a barrar o tema da reforma agrária dos planos governamentais na época, foi também nessa mesma década que os grupos de oposição mais radicais se fortaleceram.

A exemplo disso, em 1976, durante o governo do presidente Arturo Armando Molina, impulsionado pelos grupos reformistas, foi articulado um projeto que tinha como intenção modificar a distribuição de terra. Com isso, o projeto tinha como principal intenção desenvolver o mercado interno para melhorar o nível de vida dos

¹⁴ Citação Original: [...] pese a que originó la muerte de al menos dos mil personas entre ambos bandos, serán las consecuencias que el mismo tuvo para la estabilidad del régimen salvadoreño. Pese a obtener la victoria, El Salvador no recibió ningún incremento territorial como consecuencia de esta guerra. Muy al contrario, produjo el retorno de al menos cien mil trabajadores salvadoreños, que tuvieron que huir por miedo a las represalias, y a las leyes aprobadas por el régimen hondureño con anterioridad al conflicto, leyes que prohibían que los no hondureños ocuparan tierras propiedad del Estado. Este contingente poblacional a su regreso a El Salvador, aumentará fuertemente las presiones en favor de la redistribución de la tierra, y reforzará las voces que clamaban por la puesta en marcha de la reforma agraria. Asimismo, la pérdida del mercado hondureño, significará un fuerte golpe para las exportaciones salvadoreñas, y la quiebra efectiva del Mercado Común Centroamericano (MARTIN ALVAREZ, 2004. p. 83)

camponeses e evitar um confronto revolucionário que já ameaçava acontecer, diante da extrema pobreza da população rural e de um fortalecimento contínuo dos movimentos populares (MARTIN ALVAREZ, 2004).

O setor agrário da oligarquia salvadorenha não reagiu bem a essa proposta de projeto reformista, organizando ações inclusive terroristas. Neste período foram criados a Frente Agrária da Região Oriental (FARO), que contava com uma frente armada chamada União Guerreira Branca (UGB). Diante disso, torna-se evidente o quão poderosos eram os grupos conservadores em comparação aos reformistas que, mesmo influenciando o governo de Molina, não conseguiram evitar o congelamento do projeto de reforma agrária e econômica do país (MARTIN ALVAREZ, 2004).

Mesmo diante desses acontecimentos, é possível pensar, mais uma dimensão de mudança na estrutura de oportunidades políticos junto com Tarrow (1997). Além das rupturas internas dentro das elites políticas de El Salvador, as ações e até mesmo o triunfo do setor conservador da oligarquia demonstravam a fragilidade do regime de governo salvadorenho. De acordo com Martin Alvarez (2004), tornou-se evidente a incapacidade do regime de dar conta de iniciativas reformistas para o setor agrário.

As sucessivas fraudes eleitorais também mostravam a fragilidade do regime de governo salvadorenho sempre que políticas progressistas estavam sendo discutidas em alguma instância governamental. Em 1977, outra eleição fraudada levou ao cargo de presidente o general Carlos Humberto Romero, membro do Partido de Conciliação Nacional (PCN) e representante da ala mais conservadora do exército (MARTIN ALVAREZ, 2004).

Cada vez mais, as eleições passam a ser descredibilizadas pelos setores populares enquanto via de transformação do regime. Dessa forma, os partidos políticos vão perdendo seu protagonismo enquanto foco de luta dos setores populares e vão surgindo e fortalecendo-se várias organizações populares que irão constituir frentes de massa. Na segunda metade da década de 1970, estas frentes de massa serão as principais protagonistas de ações de protesto contra o regime salvadorenho (MARTIN ALVAREZ, 2004).

As frentes de massa tiveram um papel preponderante de articulação entre os embrionários grupos armados que em breve se transformariam nas principais organizações político-militares de El Salvador. Eram as frentes de massa que

permitiam que fossem criados vínculos entre as organizações armadas e outros distintos grupos sociais (MARTIN ALVAREZ, 2004).

É possível afirmar que as frentes de massas foram a expressão de uma verdadeira coalizão revolucionária, dentro da qual as organizações político-militares cumpriram o papel de politizar as demandas dos diferentes grupos, dando-lhes uma orientação para a transformação radical da sociedade. As organizações armadas se encarregaram de abrir canais de comunicação entre os diferentes setores contrários ao regime: as organizações camponesas, operárias, de mulheres, de moradores, estudantes e profissionais (MARTIN ALVAREZ, 2004. p. 88. Tradução Nossa¹⁵).

As frentes de massa foram responsáveis por desempenhar um repertório de ação direta não-violenta que abandonava a linguagem sindicalista e grevista que, até então, eram os principais repertórios de ação dos grupos dissidentes em El Salvador. Diante da aparente falência desses tipos de ação, de um novo código penal que fora aprovado em 1973 que impedia o direito a greve e a descrença popular nas eleições e na legalidade como forma de operar uma transformação social, as frentes de massa tiveram um papel preponderante no exercício de um novo repertório de ação coletiva (MARTIN ALVAREZ, 2004).

Manifestações, ocupações de fábrica, tomada de ministérios, ocupações de terra, parecem indicar nesse contexto um repertório modular de ação coletiva que começa a criar características próprias em El Salvador. Mesmo que esse processo tivesse suas contradições ideológicas, no sentido que as várias frentes e organizações político-militares que compunham a vanguarda salvadorenha tivessem planos de ação e projetos de pensamento político diferentes.

Mario Lungo (1990) atenta para o fato de que El Salvador consegue sintetizar uma vanguarda revolucionária que surge justamente a partir de núcleos dispersos, que se desenvolvem de maneira separada, mas paralela nesse período da década de 1970. Lungo defende a ideia de que não houve nenhuma organização específica que, durante a década de 1970, funcionasse como um núcleo centralizador das organizações revolucionárias. As frentes de massa expressavam a convergência de

¹⁵ Citação Original: Se puede afirmar que los frentes de masas fueron la expresión de una verdadera coalición revolucionaria, al interior de la cual las organizaciones político - militares cumplieron el papel de politizar las reivindicaciones de los distintos colectivos dotándoles de una orientación de transformación radical de la sociedad. Las organizaciones armadas se encargaron de abrir canales de comunicación entre los distintos sectores opuestos al régimen: las organizaciones campesinas, obreras, de mujeres, de pobladores, estudiantes y profesionales (MARTIN ALVAREZ, 2004. p. 88)

interesses comuns de diferentes setores sociais, que tinham como objetivo derrubar o regime autoritário.

Diante da eleição fraudada, em 1977, e do incremento das forças de segurança do Estado, os grupos armados começam a ganhar cada vez mais adeptos. Os anos finais da década parecem fortalecer ainda mais a ideia de que somente a tomada do poder pelas armas seria eficiente na derrubada do regime salvadorenho. Em 1979, mais um golpe político ocorre em El Salvador. Dessa vez é instaurada a Junta Revolucionária de Governo (JRG), que pareceu muito mais como a última tentativa fracassada de transformação pacífica. Com a deposição do presidente Carlos Humberto Romero, a JRG era composta por dois coronéis, Adolfo Marjano e Abdul Gutiérrez, ambos representando os setores progressistas e conservadores dos militares respectivamente (MARTIN ALVAREZ, 2004).

A JRG chegou a abrir um programa de redistribuição de terras e de nacionalização dos bancos, inspirada em políticas progressistas. No entanto, a tendência conservadora da junta conseguiu manter maior influência nas políticas relacionadas à força de segurança e exército. Essa tendência defendia claramente uma política de reformas econômicas parciais, mantendo uma severa repressão ao movimento popular.

A curta gestão da primeira Junta Revolucionária de Governo caracterizou-se pela incapacidade dela de superar os limites colocados pelas Forças Armadas à implementação de uma abertura democrática. As medidas implementadas pela Junta não foram colocadas em prática, em sua maioria, devido à oposição do setor militar responsável pela continuidade do trabalho repressivo. O nítido contraste entre as medidas ditadas, destinadas a facilitar a abertura do sistema político pelo alargamento da participação popular, e a escalada repressiva que continuava a ocorrer, fizeram com que o crédito da Junta rapidamente se esvaísse (MARTIN ALVAREZ, 2004. p. 92. Tradução Nossa¹⁶).

A credibilidade da JRG foi contestada tanto pelos grupos de esquerda, como também pela direita política em El Salvador. Por um lado, as frentes de massa e as organizações de esquerda acreditavam que o golpe perpetrado pela JRG era apenas

¹⁶ Citação Original: La corta gestión de la primera Junta Revolucionaria de Gobierno se caracterizó por la incapacidad de esta para superar los límites puestos por las fuerzas armadas a la implementación de una apertura democrática. Las medidas puestas en marcha por la Junta, no fueron llevadas a la práctica en su mayoría debido a la oposición del sector de los militares responsable de continuar las labores represivas. El agudo contraste entre las medidas dictadas, encaminadas a facilitar la apertura del sistema político ampliando la participación popular, y la escalada represiva que continuó teniendo lugar, hicieron que el crédito de la Junta se esfumase rápidamente (MARTIN ALVAREZ, 2004. p. 92).

uma tentativa de conter a luta popular. A falta de controle da JRG em relação às ações repressoras das forças armadas e de segurança foi um dos motivos que fez com que estas organizações não apoiassem o governo da junta. As organizações político-militares continuaram realizando ações armadas. A luta armada passa a fortalecer-se ainda mais enquanto um repertório de ação coletiva em El Salvador (MARTIN ALVAREZ, 2004).

No que se refere à direita política, as ações violentas também se fortaleceram como uma alternativa entre esses grupos. De acordo com Martin Alvarez (2004), os setores mais conservadores do exército e da elite política salvadorenha procuraram desestabilizar o governo da JRG através de ações terroristas, eliminação de opositores e de propaganda contra a suposta invasão comunista no governo, convocando apoiadores para a mobilização. Estas ações demonstravam uma resistência destes setores conservadores em relação à manutenção da autonomia militar. O Conselho Permanente das Forças Armadas (COPEFA) chegou a declarar que não estava disposto a renunciar sua autonomia no que se referia à luta contra as organizações revolucionárias e que essa instância continuaria a fora do controle da Junta.

A Junta foi ainda composta por membros civis, além dos dois representantes do exército, a partir de 1980, os membros do Partido Democrata Cristão (PDC), Antonio Erlich e Héctor Hirezi. De acordo com Martin Alvarez (2004), a participação do PDC na junta serviria muito mais na criação de uma aparência democrática para um regime claramente controlado pelos militares. Com a intervenção direta do governo dos Estados Unidos, foi feita uma mediação entre o PDC e as Forças Armadas, o que gerou um governo que poderia ser visto internacionalmente como reformista, mas que na verdade, muito mais serviu para impedir o triunfo da esquerda revolucionária.

Como resposta, as organizações político-militares se preparavam para a tomada revolucionária do poder. Em 1979, os líderes de três grupos, Salvador Carpio, Ernesto Jovel e Shafick Handal das FPL, FARN e PCS, respectivamente, se reuniram para discutir a possibilidade de coordenação das três organizações (MARTIN ALVAREZ, 2004).

3.2 A FMLN: surgimento do conflito armado e mudanças nos repertórios de ação coletiva

Dentro do contexto de mudanças nas oportunidades políticas, discutidos acima, surgem diversas organizações político-militares vinculadas as suas respectivas frentes de massa. São estas organizações que se fundirão e se transformarão na FMLN. De acordo com Luís Armando Gonzáles (2011), as organizações político-militares, durante a década de 1970, se aproximam das organizações populares, fazendo com que as demandas destas organizações passem a ter um “caráter político e não apenas reivindicativo” (GONZÁLES, 2011, p. 147).

Pensando sobre o contexto de origens da FMLN, Álvaro Artiga-Gonzáles (2006) nos ajuda a pensar a cronologia dos eventos e alianças que participam e engajam no contexto de mudanças das oportunidades políticas ao que se refere, principalmente, às mudanças na disposição das alianças entre os grupos de organização popular e dissidência política em El Salvador.

É a partir de abril de 1970 que os grupos dissidentes do PCS começam a articular aquela que seria a primeira organização guerrilheira de El Salvador, a Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL). Em 1972, outra cisão no PCS, promovida por membros da Juventude Comunista em aliança com o a juventude dissidente do PDC, funda a segunda organização político militar salvadorenha, o Exército Revolucionário do Povo (ERP). Em maio de 1975 são criadas as Forças Armadas de Libertação Nacional (FARN), por um grupo de dissidentes do ERP. Em janeiro de 1976, surge também o Partido Revolucionário de Trabalhadores Centro-americanos (PRTC). Diante da fraude eleitoral de 1977, um grupo de dirigentes do PCS também se unem ao fenômeno e passam a adotar a luta armada como via política. É criada, então, as Forças Armadas de Libertação (FAL) (ARTIGA-GONZÁLES, 2004).

Se pensarmos a partir da teoria das oportunidades políticas de Sydney Tarrow, o fenômeno de fortalecimento dos ideais da luta armada em El Salvador durante a década de 1970, podemos apontar uma mudança primeiro nas expectativas de êxito ou fracasso que os grupos que defendiam a luta armada perceberam e conseguiram aproveitá-las durante este período.

O controle do Governo pelas forças armadas reprimiu a mobilização social e para se legitimar recorreu à realização de eleições. Os processos eleitorais

das décadas de 1950 e 1960 foram semi-competitivos ou não competitivos. Quando o seu resultado ameaçou diminuir o controle militar sobre as estruturas governamentais, a fraude ou o golpe de Estado tornaram-se o caminho para o poder. Em parte, esta dinâmica política foi o que convenceu aqueles que compunham a FPL e o ERP de que a luta armada era a única alternativa viável para introduzir mudanças económicas e sociais substanciais no país.(ARTIGA-GONZÁLEZ, 2006).¹⁷

O contexto de rupturas entre as oligarquias salvadorenhas, a descrença popular das vias de transformação legais como as eleições, a demonstração de fragilidade do regime em conseguir frear ações políticas conservadoras ou progressistas, mesmo com o incremento nas ações repressoras pelo Estado, são todos fenômenos que alteram a percepção dos custos sobre a ação coletiva armada em El Salvador.

As organizações político-militares e suas respectivas frentes de massa passam a ser vistas como as alternativas possíveis. Era necessário muito mais que influenciar ou pleitear o poder, mas tomá-lo e exercê-lo, o que não seria feito por vias legais, mas por vias do conflito armado, tornando o repertório das organizações político militares o repertório de ação coletiva da dissidência salvadorenha que mais tarde, ao fim da década de 1970, resultaria na FMLN.

Cada organização político-militar, ainda durante a década de 1970, criou ou se aliou a alguma frente de massa. As frentes de massa tiveram um papel preponderante, pois, neste período anterior ao conflito armado de fato, foram estas que protagonizaram uma oposição aberta ao regime, executando ações ainda consideradas legais e não violentas. As frentes de massa eram primordialmente compostas pelos camponeses, mas também eram grupos de destaque os trabalhadores urbanos, principalmente professores, e empregados das indústrias de construção, têxtil e bebidas, além dos estudantes secundaristas e universitários (ARTIGA-GONZÁLES, 2004). Surge a Frente de Ação Popular Unificada (FAPU), em 1974, e o Bloco Popular Revolucionário (BPR), em 1975, ambas se aliaram respectivamente as FARN e a FPL. A Liga Popular 28 de Fevereiro (LP-28) e o

¹⁷ Citação Original: El control del Gobierno por parte de las fuerzas armadas reprimió la movilización social y para legitimarse recurrió a la realización de elecciones. Los procesos electorales de las décadas de 1950 y 1960 fueron o semi-competitivos o no competitivos. Cuando su resultado amenazó disminuir el control militar sobre las estructuras de gobierno, entonces el fraude o el golpe de Estado se convirtieron en la vía de acceso al poder. En parte esta dinámica política es la que convenció a quienes integraron las FPL y el ERP de que la lucha armada era la única alternativa viable para introducir cambios económicos y sociales sustantivos en el país (ARTIGA-GONZÁLEZ, 2006).

Movimento Popular de Libertação (MPL) foram criadas respectivamente pelo ERP e PRTC.

No final da década de 1970, o contexto político em El Salvador já indicava uma tensão crescente entre as organizações político-militares. A confluência entre as organizações político-militares e os movimentos sociais populares alcança um alto nível (GONZÁLES, 2011), o regime de governo se mostra incapaz de controlar as ações terroristas dos grupos de extrema direita. Ocorrem constantes motins, manifestações, greves e paralisações convocadas por diversas organizações de esquerda. Em 1979, os ecos da Revolução Sandinista, ocorrida na Nicarágua, ressoam nos líderes e militantes dos movimentos sociais em El Salvador. Todos estes fenômenos mobilizam o ideal de uma revolução armada em El Salvador.

É nesse contexto que se vê a necessidade de criação de uma única organização que centralizasse o esforço político-militar e fosse capaz de confrontar as crescentes ações do governo que, no final da década de 1970, só tornava o aparelho repressivo ainda mais ferrenho. De acordo com Luis Armando Gonzáles (2011), criar uma instância como a FMLN demandou que todas as cinco organizações componentes dissolvessem suas identidades e anseios ideológicos pelo que o autor defende como um pragmatismo objetivo, direcionado para a tomada de poder pela via armada.

Nesse contexto, o conflito armado já havia começado. Pelo menos desde 1979 as ações de repressão aos movimentos populares por parte do governo já haviam se acirrado, os grupos de direita e extrema direita também executavam intervenções armadas. Em março de 1980, foi executado o Monsenhor Óscar Romero, Arcebispo de San Salvador, conhecido por sua militância, tornando-se um dos principais marcos do começo do conflito armado em El Salvador. Poucos meses após sua fundação, a FMLN executa em janeiro de 1981 sua primeira ofensiva (ALVAREZ, 2004).

A chamada *Ofensiva Final* foi a primeira ação armada da FMLN, com o objetivo de tomar o poder antes da posse de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos, já que se esperava que a posse do republicano tivesse uma postura ainda mais dura em relação ao conflito em El Salvador, com chances de um maior apoio ao governo salvadorenho. Acreditava-se até mesmo na possibilidade de uma intervenção militar direta pelo exército estadunidense (ALVAREZ, 2004). É preciso destacar que

de fato a intervenção norte-americana em El Salvador, no contexto do conflito armado, é um fator considerável e preponderante no entendimento dos efeitos políticos que ocorrem no país.

Entretanto, o exército salvadorenho consegue controlar a ofensiva *efemelenista*, que não alcança seu objetivo máximo de tomada de poder. Esperava-se que a ofensiva pudesse coincidir com uma greve geral, que pequenas insurreições ocorressem principalmente nas cidades em que as organizações componentes da frente haviam feito um trabalho de mobilização política. Contudo, fatores como a falta de experiência dos combatentes, brechas na articulação entre as cinco organizações e escassez de armas são razões que explicam o fracasso desta primeira ação (ALVAREZ, 2004).

Os eventos históricos do conflito armado em El Salvador, durante a década de 1980, produzem efeitos na percepção dos custos da ação coletiva pela FMLN, que modifica o repertório de confrontação da organização político-militar constantemente. É justamente no decorrer do conflito armado que a FMLN vai modificando suas estratégias e até mesmo seu formato político, deixando de ser uma organização político-militar para se converter em um partido político que entra no jogo eleitoral em El Salvador oficialmente a partir dos Acordos de Paz em 1992.

Se aqui acionamos o pensamento de Tarrow (*apud* ARAÚJO; LIMA, 2010), o autor defenderá que os repertórios de confronto de um movimento social ou grupo de interesse apresentam três formas básicas de ação coletiva: violência, convenção e ruptura.

Contrariando a visão de que a violência é expressão da disfunção psicológica ou social, Tarrow a concebe como uma função interativa entre as táticas dos que protestam e o policiamento. Para Tarrow (2009) a ameaça de violência tem um grande poder nos movimentos, mas tem a desvantagem de proporcionar às autoridades pretextos para a repressão, além de restringir e assustar simpatizantes. A ação convencional por sua vez, se refere à forma de ação coletiva que exige pouco compromisso, baixo risco e atrai grande número de participantes. Estes são os maiores atrativos das formas convencionais, por serem simples de serem empregadas e a forma de ação coletiva predominante, são exemplos a greve e a demonstração. A vantagem da convenção é criar rotina que as pessoas entendem e que as elites irão aceitar ou até facilitar. A terceira forma, a ruptura, é fonte de grande parte da inovação no repertório e do poder em movimento, pois quebra a rotina, espanta espectadores e deixa elites desorientadas. Porém tem a desvantagem de ser mais instável e facilmente gera violência (ARAÚJO; LIMA, 2010. p. 124)

Defendemos que no caso da FMLN o repertório de ação coletiva pode ser pensado como um caso de ação de ruptura, que passa a construir um repertório de violência. Tarrow (1997) aborda como ações simples, como paralisações de trânsito, interrupções de atividades ou ocupações de prédios públicos, podem ser consideradas ações de ruptura pois geram um incômodo nos cidadãos, chamando sua atenção, quebrando a rotina, representando um perigo à lei e levam as autoridades a um enfrentamento.

Durante a década de 1970, as frentes de massa ainda estavam engajadas em ações legais, entretanto os participantes, antes engajados vão se cansando e se desiludindo. De acordo com Tarrow, as ações coletivas de ruptura podem ter dois fins, em primeira instância, podem se tornar convencionais, como é o caso de greves e manifestações que em vários lugares do mundo passam a ser reconhecidas inclusive pela lei. Por outro lado, essas ações podem se transformar em ações de violência.

Tarrow (1997) atenta para o fato de que a escolha pela violência abre pretextos para a repressão por parte das autoridades, também podendo repelir apoiadores não-violentos. No caso da FMLN, enquanto uma organização político-militar que se envolve em um conflito armado, mesmo que os custos da ação coletiva de fato fossem maiores, a opção pela via armada passa a ser a base principal do repertório de confrontação, pelo menos até a segunda metade da década de 1980, quando grupos internos começam a ser vislumbrados pelos Acordos de Paz e a transformação legal da organização em partido político.

Diante do fracasso da ofensiva de 1981, a FMLN começa a realizar algumas mudanças de estratégia, passando de uma visão insurrecional para uma visão que gira em torno da guerra popular prolongada. Baseada, principalmente, no fortalecimento do controle territorial de regiões interioranas estratégicas, geralmente rurais, do nordeste, norte e sudoeste do país, distantes dos grandes centros urbanos e da capital San Salvador. A FMLN conseguiu manter uma retaguarda forte que se sustentou até o final do conflito armado. O exército efemelenista se fortaleceu e até meados de 1983 já conseguia resistir às fortes ofensivas do exército salvadorenho, que recebia apoio militar e logístico dos Estados Unidos (GONZÁLES, 2011).

Um elemento importante deste primeiro período da guerra foi a consolidação das áreas de controle da guerrilha. Ditas áreas, e ao contrário do que aconteceu em outros casos de guerrilha, não implicavam que o exército salvadorenho não pudesse acessá-las, algo que ele podia conseguir na

realidade, mas que devia limitar-se a entrar e sair delas através de operações de curta duração, já que o controle da terra e o apoio popular que as organizações da FMLN tinham nessas áreas as tornavam totalmente inseguras para as forças contra insurgentes (ÁLVAREZ, 2004. P. 103. Tradução Nossa¹⁸).

Dentro dessas zonas de controle foram criados os Conselhos Farabundistas, uma plataforma de organização própria mantida pelas organizações político-militares. Além disso, existiam as zonas em disputa, que eram as regiões na qual ocorria a expansão da área de influência da FMLN. Eram áreas que, mesmo que o controle militar não tivesse logrado, existia uma determinada influência política junto a população (ÁLVAREZ, 2004).

Diante disso, a FMLN conseguiu crescer seu contingente militar e já em 1983 alcançou seu maior poder nessa instância. Naquele ano foram executadas cinco ofensivas militares, sendo uma de grande sucesso por conseguir derrubar uma grande ocupação do exército no território de Chalatenango. Nesse mesmo período, o foco do exército salvadorenho era justamente as tentativas de invasão nas zonas de controle guerrilheiro (ÁLVAREZ, 2004).

A partir de 1984, no entanto, o conflito armado entra em uma nova fase. Houve um grande incremento de efetivos nas forças armadas salvadorenhas, que praticamente duplicou os efetivos de 20 mil para 40 mil soldados entre os anos de 1981 e 1984. Além disso, a ajuda militar estadunidense permitiu a intensificação da guerra aérea diante da ampliação da frota de helicópteros para o exército salvadorenho. Os efeitos da guerra aérea para a FMLN são de perda da retaguarda territorial que havia construído desde 1981 (ÁLVAREZ, 2004).

A estratégia de guerra da FMLN teve que mudar mais uma vez. As forças concentradas nas zonas de controle se dispersaram e as ações começaram a ter como foco franco-atiradores e emboscadas. O sequestro de pessoas públicas também começou a ser uma das principais ações pela FMLN. Em 1985 foram sequestrados 20 prefeitos de cidades salvadorenhas, além de que as operações começaram a voltar

¹⁸ Citação Original: Elemento importante de este primer periodo de la guerra fue la consolidación de las zonas de control guerrillero. Dichas zonas, y a diferencia de lo ocurrido en otros casos de lucha guerrillera, no implicaban el hecho de que el ejército salvadoreño no pudiera acceder a ellas, algo que en realidad si podía conseguir, sino que debía limitarse a entrar y salir de ellas a través de operativos de corta duración, ya que el control del terreno y el apoyo popular que las organizaciones del FMLN tenían en estas zonas, las hacían totalmente inseguras para las fuerzas contrainsurgentes (ÁLVAREZ, 2004. p. 103).

a ter San Salvador e a região metropolitana como foco de reconstrução de bases militares da guerrilha (ALVAREZ, 2004).

Começa então, uma nova fase do conflito, Alvarez (2004) define, essa fase, como sendo a última, ocorrida entre os anos de 1986 e 1991. Nesta segunda metade da década, alguns dos grupos revolucionários começam a fortalecer a ideia da negociação política como forma de encerrar o conflito.

Uma vez constituída a FMLN, as diferentes organizações que a integraram, e em conjunto com FDR, serão obrigadas a acordar um único programa político, um programa que evoluirá ao longo da guerra de acordo com as mudanças produzidas no contexto político, assim como nas próprias organizações. No entanto, apesar de aderirem ao mesmo programa político em 1980, a evolução ideológica das diferentes organizações seguiu diferentes itinerários e, desde os primeiros anos da década de 80, era possível perceber certas diferenças em seus posicionamentos (ALVAREZ, 2004. p.172. Tradução Nossa¹⁹)

Durante o contexto da década de 1980, paralela à criação da FMLN, foi criada a Frente Democrática Revolucionária (FDR). De acordo com Alvarez (2004), assim como a FMLN era constituída pela fusão das cinco organizações político-militares que haviam nascido na década de 1970, a FDR era a fusão de duas instâncias: a Coordenadoria Revolucionária de Massas (CRM), formada por quatro das frentes de massa associadas às organizações da FMLN; as BPR, FAPU, LP-28, MLP e também a União Democrática Nacional (UDN), um partido político lançado pelo PCS, junto com a Frente Democrática Salvadorenha (FDS),— instância constituída pelo Movimento Independente de Profissionais Técnicos de El Salvador (MIPTES), junto aos partidos Movimento Popular Social Cristão (MPSC), de dissidentes do PDC e o Movimento Nacional Revolucionário (MNR).

A FDR, sendo a junção dessas organizações e grupos de interesse, se posicionava como uma frente que, apesar de contribuir diretamente com a FMLN, como uma organização os seus líderes defendiam a transformação através das vias democráticas. Logo quando criada em 1980, a FMLN formou uma coalizão com a FDR, tendo em vista que a FDR tinha bons contatos com outros grupos revolucionários e sociais-democratas internacionais, principalmente, da Europa e

¹⁹ Citação Original: Una vez constituido el FMLN, las distintas organizaciones que lo compusieron, y junto al FDR, se verán obligadas a consensuar un único programa político, un programa que irá evolucionando a lo largo de la guerra de acuerdo con los cambios producidos en el contexto político, así como en las propias organizaciones. Sin embargo, y pese a adherirse a un mismo programa político en 1980, la evolución ideológica de las distintas organizaciones discurrirá por itinerarios distintos, y ya desde los primeros años de la década de los ochenta, se pudieron percibir ciertas diferencias en sus posiciones (ALVAREZ, 2004. p. 172)

América Latina, sendo a FDR um braço importante no que se refere as relações internacionais da frente efemelenista (ALVAREZ, 2004).

Entretanto, pelo menos até a metade da década de 1980, a hegemonia interna da coalizão era claramente dos líderes efemelenistas, considerando o período em que os ideais do conflito armado estavam em seu auge. Porém, a partir da segunda metade da década, a percepção dos custos de ação coletiva em relação ao conflito armado começa a mudar; a sociedade salvadorenha demonstrava sinais de cansaço do conflito pois a situação econômica do país era ainda de extrema pobreza. Ademais, a ajuda militar dos Estados Unidos para o governo salvadorenho parecia ser infundável, fazendo com que o conflito armado deixasse de ser percebido como principal via de transformação social (ALVAREZ, 2004).

Além desse contexto interno, internacionalmente é assinado, em 1987, o Acordo de Esquipulas. O acordo envolveu vários presidentes da América Central, incluindo o salvadorenho José Napoléon Duarte e demonstrava uma mudança na disposição dos governos de El Salvador, Guatemala e Nicarágua para lidar com seus conflitos armados internos. A possibilidade de um acordo de paz – que antes havia se mostrado inegociável por parte do governo salvadorenho – parecia ter se renovado (ALVAREZ, 2004).

Alvarez (2004) destaca alguns pontos que foram importantes para o fortalecimento dos ideais de uma possível negociação pela paz. Primeiro, a partir do Acordo de Esquipulas, a tolerância do governo a dissidência não armada havia aumentado; em segundo lugar a notável incapacidade de a FMLN-FDR conseguir derrubar o regime foi se mostrando cada vez mais evidente, o que é um fator preponderante na mudança de percepção dos custos de ação coletiva – se acionarmos Tarrow – o que abalou a manutenção das coalizão entre as duas instâncias.

Uma coalizão permanece forte enquanto o objetivo comum para o qual foi formada parece estar próximo, o que significa que o preço que ambas as forças devem pagar pela união de forças - renúncia ao programa máximo no caso da FMLN, aceitação da luta armada pelo FDR -, é inferior ao benefício que se espera obter - o triunfo sobre o regime - (ALVAREZ, 2004. p. 228. Tradução Nossa²⁰).

²⁰ Citação Original: Una coalición se mantiene fuerte mientras el objetivo común para el que se formó parece estar cerca, lo cual hace que el precio que ambas fuerzas deben pagar por coaligarse - renuncia al programa máximo en el caso del FMLN, aceptación de la lucha armada por parte del FDR -, sea inferior al beneficio que espera obtenerse – el triunfo sobre el régimen – (ALVAREZ, 2004. p. 228).

Tais mudanças no contexto de oportunidades políticas tiveram como consequência a coligação do MNR e MPSC – instancias membro da FDR – com o Partido Socialdemocrata (PSD) na formação da Convergência Democrática (CD) que lançou como candidato o líder do MNR Guillermo Ungo nas eleições de 1989. Neste ano as eleições foram vencidas pela primeira vez pelo partido de direita da Aliança Republicana Socialista (ARENA). A ruptura da coalizão FMLN-FDR não ocorreu de fato, mas estas eleições mostram alguns sinais de enfraquecimento de laços, já que as eleições em que membros da FDR se lançavam como candidatos eram as mesmas na qual a FMLN estava engajada em uma campanha de boicote eleitoral (ALVAREZ, 2004).

Além disso, Alvarez (2004) também destaca que o contato com o MNR e a MPSC influenciou diretamente o posicionamento político de algumas instâncias da FMLN, que já eram simpáticas a uma solução negociada para o conflito, como era o caso da RN e do ERP – que no começo da década, haviam cedido a uma certa hegemonia da FPL, defensora da via revolucionária armada.

Estas organizações estavam, no final dos anos oitenta, muito mais próximas das posições socialdemocratas da FDR do que das posições marxista-leninistas de seus parceiros revolucionários. Apesar disso, o retorno do FDR ao quadro institucional por meio de sua participação nas eleições ameaçará deixar a FMLN politicamente isolada internamente, mas também privá-la de valiosos contatos internacionais que os revolucionários desfrutavam graças à sua aliança com o MNR e o MPSC. (ALVAREZ, 2004. p. 229. Tradução Nossa²¹).

Nota-se então que, as dimensões de oportunidades políticas externas, que antes haviam favorecido os grupos e líderes que priorizavam a ação política de ruptura violenta, no caso as organizações político militares que viam na revolução armada e na tomada do poder a única alternativa de transformação social, passam a favorecer, a partir da segunda metade da década de 1980, os grupos que viam a possibilidade de uma solução negociada para o conflito armado em El Salvador.

O contexto internacional, onde a queda da União Soviética e a cobrança política pelo fim do conflito armado – principalmente por parte das sociais-democracias europeias – também teve um papel importante na alteração da disposição do exército

²¹ Citação Original: Estas organizaciones se encontraban, a finales de la década de los ochenta, mucho más cerca de las posiciones social - demócratas del FDR, que de la marxista - leninista de sus socios revolucionarios. Asimismo, el retorno del FDR a la institucionalidad a través de su participación en elecciones, amenazará con dejar aislado políticamente al FMLN en el plano interno, pero también con privarle de valiosos contactos internacionales de los que los revolucionarios disfrutaban gracias a su alianza con el MNR y el MPSC (ALVAREZ, 2004. p. 229).

salvadorenho e até mesmo do governo do Estados Unidos para uma solução pacífica entre as partes (ALVAREZ, 2004). Todos esses fatores externos alteram a percepção interna dos grupos que constituíam a FMLN sobre a percepção dos custos de ação coletiva. O final da década de 1980 indica o caminho para a mudança no repertório efemelenista de repertório de ruptura violenta para repertório de ação coletiva convencional – que neste caso transformarão a então organização político-militar em partido político, que entra para o jogo eleitoral oficialmente a partir dos Acordos de Paz de Chapultepec em 1992.

A conversão em partido político significava o desmantelamento das estruturas militares e a redefinição das relações com a militância popular e as populações nas quais a FMLN se enraizou. A FMLN enfrentou este desafio não sem sofrer fortes desmembramentos internos, que deixaram de fora da nova estrutura não só as organizações que dela faziam parte quando era exército – o ERP e as FARN – mas também os quadros que integraram as duas organizações que permaneceram na liderança do novo partido: a FPL e o PCS. Em suma, uma coisa estava clara: o partido político FMLN estaria sujeito à Constituição da República e às regras da democracia eleitoral. Consequentemente, o que a FMLN poderia fazer para avançar em seus objetivos históricos – aqueles que tinha como exército – não poderia ir além do marco constitucional e de suas possibilidades como mais um partido do sistema político salvadorenho (GONZÁLES, 2011. p. 154. Tradução Nossa²²).

Mesmo diante dessas mudanças, em 1989, já sob o governo do recém-eleito pela ARENA Alfredo Cristiani não se mostrou disposto a negociar seriamente com as forças revolucionárias, o que obteve como resposta a última grande ofensiva da FMLN em novembro daquele ano. Com foco em San Salvador, foram 11 dias de violentos combates – mesmo já vislumbrando a negociação pacífica, o consenso entre os líderes efemelenistas foi de que se fazia necessária uma maior pressão militar para levar o governo a mesa de negociação (ALVAREZ, 2004).

O resultado da ofensiva reforçou o sentimento de fracasso no que se refere a tomada do poder pela via armada, mas alcançou o objetivo de dispor o novo governo arenero para a negociação. Em novembro de 1989, o governo e a FMLN fazem a

²² Citação Original: La conversión en partido político suponía desarticular las estructuras militares y redefinir las relaciones con la militancia de base y las poblaciones en las que el FMLN se había arraigado. El FMLN encaró este desafío no sin sufrir fuertes desmembramientos internos, que dejaron fuera de la nueva estructura no solo a organizaciones que habían sido parte de él cuando era un ejército – el ERP y la FARN – sino a cuadros que habían integrado a las dos organizaciones que se quedaron en la conducción del nuevo partido: las FPL y el PCS. En resumen, una cosa era clara: el FMLN partido político estaría sometido a la Constitución de la República y a las reglas de la democracia electoral. En consecuencia, lo que el FMLN pudiera hacer para avanzar en sus objetivos históricos – los que tenía como ejército – no podía ir más allá del marco constitucional y de sus posibilidades como un partido más del sistema político salvadoreño (GONZÁLES, 2011. p. 154).

solicitação formal a Organização das Nações Unidas para mediação no processo de negociação pela paz.

3.3 Acordos de Paz e transição democrática: a emergência da gramática de Direitos Humanos

El Salvador é um país que presenciou, ao longo de sua história, governos militares autoritários, que se fizeram presentes através de sucessivos golpes de Estado. A década de 1990 é marcada no país como um período de ações democratizantes nos diversos níveis da governabilidade no país. Além disso, é durante essa mesma década que um conjunto de políticas de cunho neoliberal dominam as ações político-econômicas no país. Essas políticas serão influenciadas principalmente pelo chamado “Consenso de Washington”, implementado no país após a vitória da Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), partido que se identifica dentro do espectro da direita política e que permanecerá no poder consecutivamente entre 1989 e a eleição de Mauricio Funes, candidato da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em 2009 (ALMEIDA, 2010).

Entender o contexto político de El Salvador, país que presenciou um processo de formalização de seus movimentos sociais após a assinatura dos Acordos de Paz de Chapultepec de 1992 é importante para que possamos entender as estratégias que estes movimentos têm levado a cabo diante dos processos de construção de ações democratizantes no contexto da América Central. De acordo com Alberto Martín Alvarez (2013), é no contexto pós conflito armado que surgem diversos movimentos organizados que reivindicam novas identidades coletivas que haviam sido ofuscadas pelo discurso de “liberação nacional pelo popular”, construído pelo movimento revolucionário de oposição ao regime autoritário predominante até a década de 1980.

De acordo com Paul Almeida (2009), desde a assinatura dos Acordos de Paz até meados da primeira década do século XXI, foram realizadas diversas alianças entre movimentos sociais e partidos políticos que foram moldadas por duas grandes forças do pós-guerra fria e que se relacionam diretamente com o contexto político em El Salvador pós conflito armado: as forças defensoras da democratização e àquelas comprometidas com a implementação do neoliberalismo. Considera-se importante

entender como estas novas estruturas de oportunidades políticas se tornaram disponíveis neste contexto pós conflito armado em El Salvador.

Contextualizando o momento histórico da negociação pelos Acordos de Paz, retornamos para abril de 1990 diante do Acordo de Genebra, o qual estabeleceu nesta data que o processo de negociação pelo fim do conflito armado se daria com intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU). O processo foi assistido diretamente pelo então Secretário Geral da ONU, o peruano Javier Pérez de Cuellar.

De acordo com Carmen Elena Zuluaga (2010), esse acordo marca o início de um novo período na negociação pela paz que encaminha o processo para o estabelecimento de um conjunto de temas de grande importância para as partes envolvidas, sendo estes: Forças Armadas, Direitos Humanos, sistema judicial, sistema eleitoral, reforma constitucional, problema econômico e social e assistência pela ONU. A partir daí foi criado um calendário geral do processo de negociação e a nomeação de uma Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL).

Tendo sido estabelecidas essas ações iniciais, Zuluaga (2010) informa que a partir de outubro de 1990 até abril de 1991, o processo entra numa segunda fase negociadora, dessa vez marcada pela etapa que teve como tema prioritário as reformas constitucionais, tendo como resultado principal o Acordo do México sobre Reformas Constitucionais, finalizado em abril de 1991 com ênfase na limitação do poder do exército e na reestruturação dos sistemas judicial e eleitoral.

Com a finalização do Acordo do México a negociação entra na terceira etapa marcada novamente pela questão do cessar fogo e das Forças Armadas. A FMLN exigia a suspensão da ajuda militar estadunidense além da depuração, reestruturação e redução do exército. Em resposta, no contexto de instalação da ONUSAL foram criadas quatro divisões. A divisão de Direitos Humanos, responsável por verificar o cumprimento do Acordo de São José – um dos acordos ratificados durante o processo de negociação em julho de 1990 que versa sobre Direitos Humanos; já a Divisão Policial, ficou responsável por assistir o desmonte dos corpos de segurança existentes e formar uma nova Polícia Nacional Civil (PNC); a Divisão Militar, por sua vez, ficou responsável por averiguar a desmobilização e o desmonte militar encaminhando para o cessar fogo e, por fim, a Divisão Eleitoral, tendo uma função mais diretiva após a

finalização dos Acordos de Chapultepec, sendo responsável por viabilizar as eleições de 1994, as primeiras após a assinatura dos Acordos de Paz (ZULUAGA, 2010).

Por fim, o quarto período de negociação foi marcado por uma intensa aceleração do processo por parte da ONU considerando que o Secretário Geral Javier Pérez de Cuellar estava para encerrar o seu mandato em 31 de dezembro de 1991. Temia-se que o novo Secretário Geral, o egípcio Boutros-Ghali não tivesse como prioridade o caso salvadorenho diante da emergência de novos cenários geopolíticos que surgiam diante do fim do bloco socialista. Não se tinha certeza de que Boutros manteria o mesmo tipo de colaboradores de Cuellar que a essa altura já dominavam o caso salvadorenho (ZULUAGA, 2010).

Com isso Javier Pérez, que até então havia delegado ao diplomata peruano Alvaro de Soto participar das reuniões entre a FMLN e o governo salvadorenho resolveu assumir pessoalmente o caso. Em setembro de 1991 foi realizado o Acordo de Nova York, que estabeleceu uma Comissão Nacional para a Consolidação da Paz que tinha como objetivo supervisionar o cumprimento de todos os acordos políticos alcançados entre as partes. Em 2 de Dezembro de 1991 os Estados Unidos e a União Soviética emitiram uma nota que estimulavam o cessar fogo entre as partes. Ainda naquele mês ~~então~~, Javier Pérez propôs o traslado das negociações para Nova York. As reuniões começaram no dia 16 com foco nos temas da criação da PNC, da redução das Forças Armadas e da incorporação da FMLN no sistema político salvadorenho (ZULUAGA, 2010).

O cessar fogo definitivo ocorreu primariamente através da Ata de Nova York I, firmada em 31 de dezembro de 1991. Porém ainda foi necessário um segundo processo de negociação referente a criação de um calendário para a execução dos pactos alcançados. Com isso, ainda em janeiro de 1992, foi firmada a Ata de Nova York II. O fim do conflito armado foi consolidado então em 16 de janeiro no Castelo de Chapultepec, na Cidade do México – o que levou o conjunto de acordos a serem conhecidos como Acordos de Chapultepec.

Con la firma del Acuerdo de Paz de Chapultepec el 16 de enero de 1992 las partes dieron por concluida la negociación, comprometiéndose a llevar a cabo, entre el primero de febrero y el 31 de octubre de ese mismo año, la creación de la PNC, la reducción de la Fuerza Armada y la transformación del FMLN en partido político. Durante ese lapso de nueve meses, 'la guerrilla debía conservar sus armas, dentro de zonas definidas y bajo la supervisión

de Naciones Unidas, como garantía de la implementación de los Acuerdos de Paz. Entre el 15 y el 31 de octubre de 1992, el FMLN debía destruir todas las armas en presencia y bajo la supervisión de las Naciones Unidas'. (ZULUAGA, 2010. pag. 171)

O ato solene foi realizado com a presença do presidente de El Salvador, na época Alfredo Cristiani, e outros cinco representantes do Estado, dez representantes da FMLN liderados por Shafick Handal, o Ministro da Defesa e o Alto Comando das Forças Armadas de El Salvador, além de representantes mediadores da ONU, da Organização dos Estados Americanos (OEA), diplomatas estadunidenses e o então presidente do México – país membro do Grupo de Amigos do Secretário Geral, grupo conselheiro do processo de paz em El Salvador²³ - o anfitrião, Carlos Salinas de Gortari, lideranças de outros países centro americanos e latino-americanos, membros e movimentos da sociedade civil salvadorenha, funcionários públicos, comunicadores, além da cerimônia ter sido transmitida nacionalmente (ZULUAGA, 2010).

Uma das principais ações derivadas dos Acordos de Paz foi a criação da Polícia Nacional Civil (PNC). Esta instituição nasceu como resultado do processo de redução e sujeição ao poder civil de parte das Forças Armadas, assim como da separação da função estatal de promover a segurança civil, essa a partir de então sob responsabilidade da PNC e da função de defender o território nacional, esta sob responsabilidade das Forças Armadas.

Os Acordos de Paz também foram responsáveis pela criação da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos (PDDH) de El Salvador. Uma instituição que, a partir de então, passa a ser responsável por fiscalizar, orientar e incidir sobre as políticas de Direitos Humanos em El Salvador. Criada como pessoa jurídica e com autonomia administrativa, a PDDH funciona de forma independente do governo salvadorenho, sendo uma das principais instâncias resultantes dos acordos de resolução do conflito armado no país.

Foram abolidas a Guarda Nacional, a Polícia Nacional e a Polícia de Hacienda (controle fiscal). As três instâncias formavam os chamados Corpos de Segurança e funcionavam em consonância com as Forças Armadas no período anterior aos

²³ O grupo era formado México, Colômbia, Espanha e Venezuela e atuavam como intermediadores do processo de negociação de paz junto a ONUSAL.

Acordos de Paz. Foi criada também a Academia Nacional de Segurança Pública (ANSP), órgão responsável pela formação dos quadros policiais. Seguindo o que havia sido estabelecido nos Acordos de Paz, em 1992, foi nomeado o Conselho Acadêmico da ANSP e foi criado também o Ministério da Segurança Pública. Nos anos posteriores foi aprovado um conjunto de regimentos internos e leis regulatórias do funcionamento da PNC (ZULUAGA, 2010).

No primeiro capítulo do Acordo de Paz também se restringiu o papel das Forças Armadas à defesa democrática da soberania com estrito respeito à constituição, estando abaixo da “vontade soberana do povo” e não devendo se envolver em questões políticas (ONU, 1992). A questão da segurança pública passa a ser de responsabilidade exclusiva da PNC, o recrutamento forçado deixa de existir e as Forças Armadas passam a ser supervisionadas por um Tribunal de Honra e pela Assembleia Legislativa.

Mesmo após a assinatura dos Acordos de Paz, El Salvador continuou governado pelo partido Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), o tradicional partido de direita salvadorenho que já governava o país desde os anos em que o país ainda estava sob o conflito armado. Este período de hegemonia dos governos ARENA na presidência do país se encerram em 2009, quando ocorreu a eleição do jornalista Mauricio Funes pela FMLN, partido que figura historicamente como a principal oposição de esquerda aos governos da ARENA, assim como também por ter tido sua origem como uma organização político-militar que protagonizou o conflito armado no país ocorrido entre 1980 e 1992.

A eleição de Mauricio Funes não foi um acontecimento inesperado. A coeficiente eleitoral da FMLN foi crescendo ao longo dos anos, desde 1994 quando ocorreu a primeira eleição no país, posteriormente aos Acordos de Paz. A FMLN foi se tornando a oposição mais presente na câmara legislativa do país, assim como conquistando importantes zonas de influência através das eleições municipais, onde por muitas vezes foi conquistado a prefeitura de San Salvador, capital do país e até hoje a região metropolitana onde o eleitorado da FMLN se faz mais presente.

De acordo com David Garibay (2005), nas eleições de 1994, as chamadas *elecciones del siglo* – assim nomeada por ser a primeira eleição tanto nacional, quanto

legislativa e municipal realizada posteriormente aos Acordos de Paz, já com a presença da FMLN como partido concorrente – o voto pela FMLN se apresenta naquele ano como um voto majoritariamente urbano, onde as principais zonas eleitorais seriam a capital salvadorenha e outras maiores cidades. Segundo Garibay (2005), a FMLN terminou subestimando sua influência nas zonas rurais, principalmente nas regiões que haviam sido afetadas pelo conflito armado, focando a campanha apenas nas cidades maiores. A ARENA ao mesmo tempo construiu uma campanha que responsabilizava a FMLN pelo conflito armado.

Com isso, naquele ano, no segundo turno é eleito o presidente Armando Calderón Sol, até então prefeito da capital San Salvador, com 68% dos votos marcando a primeira vitória da direita empresarial neoliberal diante da presença do Partido Demócrata Cristão e da FMLN nas candidaturas. Mesmo diante disso, a FMLN se torna, já nesta eleição, a principal oposição na Assembleia Legislativa, obtendo 21 cadeiras – do total de 84 vagas – o segundo partido com mais cadeiras na casa atrás apenas da ARENA com 39 deputados eleitos. A FMLN também se torna a segunda colocada na eleição presidencial com 24,9% dos votos (ZULUAGA, 2010).

Este primeiro governo eleito após os Acordos de Paz foi marcado em El Salvador pela passagem do chamado “*presidente de la paz*”, referindo-se a Alfredo Cristiani, presidente interino durante a formalização dos acordos para um período em que o governo e os partidos teriam que lidar com a implementação do acordo. Um dos principais desafios para a FMLN se deu diante da Comissão da Verdade, considerando o custo político por parte do partido de seguir com o esclarecimento das violações de direitos humanos ocorridas durante o conflito armado, dado que diversos membros da frente seriam responsabilizados por tais violações.

Essa questão ganhou tanta notoriedade a ponto de provocar rupturas dentro do partido em relação a como este iria se posicionar diante da Comissão da Verdade. Enquanto as células fundadoras do partido, que compunham o Exército Revolucionário do Povo (ERP) e a RN (Resistência Nacional), de orientação socialdemocrata, se posicionaram a favor de continuar reivindicando justiça pelas violações que estavam sendo investigadas pela comissão, no entanto, as outras células que compunham o partido optaram por se distanciar dos esclarecimentos dos crimes de guerra. Tal questão levou a ruptura do ERP e da RN com a FMLN, formando um novo partido, o Partido Demócrata, de breve existência.

É na eleição legislativa e municipal, ocorrida em 1997, que se observa um crescimento da FMLN como oposição ao governo ARENA. Nesta eleição, o partido havia conquistado quase o mesmo número de assentos que a ARENA na Assembleia Legislativa, do total de 84 deputados eleitos 28 eram da ARENA (35,5%) e 27 eram da FMLN (33%). Nesse contexto, o Partido de Conciliação Nacional (PCN) e o Partido Democrata Cristão (PDC) foram os terceiro e quarto lugares com maior número de cadeiras na Assembleia Legislativa com 11 e 7 deputados eleitos respectivamente, tornando-se aliados da ARENA, em troca de espaços de poder em órgãos como o TSE e a Corte de Contas (ZULUAGA, 2010).

Nesse ano, a FMLN também elege seu primeiro prefeito da capital San Salvador, Héctor Silva. Com isso, o partido vai ganhando força nas eleições municipais, padrão que se repete também nas eleições de 2000 e 2003 na qual, nesta última, o partido chega a governar 2/3 do país, ganhando também influência sobre as zonas menos urbanizadas (GARIBAY, 2005).

Após 1997, a FMLN passou por um novo período de polarização: de um lado os líderes Shafick Handal, na época Secretário Geral do Partido Comunista e Salvador Sánchez, diretor das Forças Populares de Liberação (FPL), encabeçavam uma tendência dita revolucionária-socialista ou ortodoxa contra a tendência renovadora liderada por Facundo Guardado, comandante da FPL.

A tendência ortodoxa acreditava que era necessário manter o caráter revolucionário do partido, se contrapondo a privatizações, apoiando movimentos sociais e defendendo um Estado de bem-estar social que atuasse como regulador do mercado. Por outro lado, a tendência renovadora liderada por Guardado, defendia que a FMLN somente se tornaria uma “opção de poder” caso se apresentasse como aberta a outras forças políticas, principalmente o empresariado e se adotasse uma postura mais ao centro do que à esquerda (ZULUAGA, 2010).

Diante dessas tensões internas e sob a influência da tendência ortodoxa, o partido terminou apoiando apenas parcialmente a candidatura de Facundo Guardado a presidência em 1999. Neste ano a FMLN mais uma vez perdeu para a ARENA, sendo eleito o presidente Francisco Flores com 51,96% dos votos. A FMLN ocupou o segundo lugar com 29,05% (ZULUAGA, 2010). Com esse resultado, a tendência liderada pelos ortodoxos volta a ganhar força no partido, acarretando a expulsão de

Facundo e outros membros “renovadores”, acusados de desacatar as decisões do Partido na Assembleia.

Ao mesmo tempo em que isso acontecia, ocorria o início de um processo de crise do projeto de governo da ARENA, marcado principalmente pela onda de greves nacionais dos profissionais de saúde, que se mobilizavam contra a privatização do Instituto Salvadorenho de Seguro Social (ISSS), organização governamental responsável pela garantia dos serviços de saúde dos trabalhadores em El Salvador. A resposta do governo ARENA para as greves, encabeçadas principalmente pelos sindicatos de profissionais de saúde do ISSS foi intensa. Foram bloqueados salários, liberadas ordens de apreensão de ativistas e dirigentes sindicalistas, além de se identificar alto grau de militarização em protestos.

Esta crise, ocorrida durante o governo ARENA, serviu como oportunidade para a FMLN conseguir rearticular-se com o movimento popular salvadorenho, tendo o rechaço às políticas de privatização como ponto em comum. Na Assembleia Legislativa do país a FMLN propôs a lei antiprivatização em conjunto com os movimentos grevistas que pressionavam pela aprovação da lei. A iniciativa foi vetada pelo então presidente Francisco Flores, mas a ressonância dessa articulação se deu ainda em 2004, quando Mata Bennet, um dos líderes grevistas foi nomeado candidato à vice-presidência de El Salvador pela sigla da FMLN (ZULUAGA, 2010).

Ainda durante o Governo Flores, a PNC começou a implementar o chamado “Plan Mano Dura”, um conjunto de ações que serviriam para endurecer as medidas de combate ao crime organizado. O respaldo governamental se deu a partir da aprovação da Lei Antimaras pela Assembleia Legislativa, que promoveu uma série de reformas no código penal e processual, também fortalecendo o aparato repressivo do Estado com a maior participação de militares em atividades relacionadas à segurança (ZULUAGA, 2010).

Os efeitos de tais ações já se manifestaram nas eleições legislativas e municipais de 2000 e 2003, onde a FMLN continuou comandando a capital San Salvador, assim como foi gradualmente passando a governar mais cidades. Além disso a partir da eleição de 2000, o partido logra a maioria na Assembleia Legislativa, elegendo naquele ano, 31 deputados, ultrapassando a ARENA que elege 29. Em 2003

a FMLN elege novamente 31 deputados enquanto a ARENA perde duas cadeiras, elegendo 27 (ZULUAGA, 2010).

A campanha presidencial de 2004 é marcada então por uma intensa e agressiva campanha por parte da ARENA, que apela para o discurso anticomunista contra a FMLN. Esse discurso foi amplamente incorporado pelas principais plataformas midiáticas nacionais e pelo próprio candidato “arenero”, Elías Antonio Sacas, famoso empresário do ramo midiático por sua atividade como comentarista esportivo. Diante disso, a ARENA ainda sai vencedora nessa eleição com 57,51% dos votos válidos enquanto a FMLN, com o candidato líder da vertente ortodoxa do partido, Shafick Handal, fica em segundo lugar e recebe apenas 35,68%.

Esta aparente contradição entre os resultados eleitorais presidenciais e parlamentares é explicada principalmente porque a ARENA foi consideravelmente mais bem-sucedida na construção de alianças políticas e sociais, sem subestimar a presença de outros fatores como o domínio da mídia, o controle dos principais mecanismos eleitorais, a influência favorável do governos conservadores dos Estados Unidos e a estreita cooperação dos líderes empresariais do país (RODRIGUEZ, VILLACORTA, 2009. p. 02. Tradução Nossa²⁴).

O governo de Antonio Sacas foi marcado por um profundo desgaste das políticas neoliberais lideradas pela ARENA que, a essa altura, esgotava as tentativas de consolidação democrática através de uma tática focada na internacionalização do mercado salvadorenho. O país tinha índices de violência maiores e a vulnerabilidade econômica estancava os níveis de pobreza. Com isso a FMLN, aos poucos, se fortalece enquanto uma força de oposição à ARENA. Nas eleições legislativas de 2006, a FMLN mantém a maioria das cadeiras na Assembleia, seguida pela ARENA (ZULUAGA, 2010).

Nas eleições presidenciais de março de 2009, a FMLN apresenta como candidato à presidência o jornalista Mauricio Funes. A estratégia de escolher uma personalidade da mídia, que até então não havia exercido cargos políticos, para a candidatura de presidência foi importante para que o partido conseguisse obter sucesso eleitoral. Mauricio Funes era uma personalidade pública que, mesmo sendo publicamente de centro-esquerda – tendo se destacado como um dos jornalistas que

²⁴ Citação Original: Esta aparente contradicción entre los resultados electorales presidenciales y los parlamentarios, se explica, principalmente, porque ARENA resultaba considerablemente más exitosa en la construcción de alianzas políticas y sociales, sin subestimar la presencia de otros factores como el dominio mediático, el control de los principales mecanismos electorales, la influencia favorable de los gobiernos conservadores de los Estados Unidos y la estrecha cooperación de las cúpulas empresariales del país (RODRIGUEZ, VILLACORTA, 2009. p. 02.).

durante o conflito armado se preocupava em entrevistar os membros das organizações político-militares de esquerda na época – tinha no imaginário social uma imagem suficientemente independente e prestigiosa (RODRIGUEZ, VILLACORTA, 2009). Funes logra ser eleito, assim como a FMLN mantem a maioria na Assembleia Legislativa, seguida da ARENA.

O vice-presidente eleito na chapa de Funes foi o líder da tendência revolucionária-socialista da FMLN, o Comandante Salvador Sánchez, que mais tarde seria eleito presidente interino na eleição de 2014. O processo de desgaste dos governos de direita que desde 1989 exerciam o poder executivo no país e a as alianças políticas entre a FMLN e outras lideranças de centro-esquerda em torno da coalizão *Los Amigos de Mauricio*, viabilizou a eleição do primeiro governo de esquerda em El Salvador desde os Acordos de Paz.

O primeiro discurso de Funes, enquanto presidente eleito, teve um tom conciliador, evocando os Acordos de Paz de Chapultepec e o ideal de construir a unidade nacional. Em resposta, o candidato da ARENA, Rodrigo Ávila, e o presidente anterior Antônio Sacas fizeram também discursos em tom de conciliação, afirmando que iriam “estender a mão” para o novo governo. Respostas conciliadoras também vieram das câmaras empresariais que, mesmo tendo apoiado abertamente a campanha da ARENA, emitiram declarações nas quais afirmavam estarem dispostas a colaborar com o novo governo (RODRIGUEZ, VILLACORTA, 2009).

Nos primeiros anos de governo, Funes teve que lidar com os efeitos massivos da crise econômica global de 2008. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o país foi o segundo mais afetado pela crise financeira, perdendo apenas para o México, perdendo cerca de 30.000 empregos em setores formais. As remessas internacionais enviadas pelos salvadorenhos que viviam fora do país, que constituíam cerca de um quinto do PIB nacional, diminuíram consideravelmente com a crise. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a economia salvadorenha havia retraído em 3,5% no ano de 2009 (ARNSON, DROLET, et al. 2011)

Além disso, o início do governo Funes também foi marcado por dois grandes desastres naturais, o Furacão Ida, ciclone tropical que atingiu o país em novembro de

2009 e a Tempestade Agatha, que atingiu a região da América Central no primeiro semestre de 2010.

A economia salvadorenha é profundamente interligada com a dos Estados Unidos, tendo adotado o dólar como moeda oficial desde 2001. O país também faz parte do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana, que estabeleceu uma zona de livre comércio que reduz taxas alfandegárias entre os países membros. Com isso, de acordo com Cynthia Arnson e Adam Drolet (et al. 2011), os Estados Unidos compram cerca de 48% das exportações salvadorenhas, assim como proveem 34% das importações do país. Tal característica torna El Salvador especialmente vulnerável às mudanças econômicas nos Estados Unidos. Apenas no ano de 2009 as exportações salvadorenhas para os EUA diminuíram em 18,2%, assim como as importações diminuíram 18%.

As primeiras ações de Funes, em relação à crise econômica, foram no sentido de garantir serviços sociais. Em junho de 2009 foi divulgado seu plano de contenção de crise que previu ações de proteção a populações vulneráveis, diminuição da taxa de desemprego e implementação de redes de segurança social. Foram implementadas novas impostos de arrecadação em produtos tais como gasolina, álcool e tabaco, no sentido de diminuir a dívida em relação ao PIB para que o governo pudesse expandir programas sociais (ARNSON; DROLET, et al. 2011).

Diante dessas ações, o índice de aprovação do governo foi crescendo durante a gestão de Funes, (2010 *apud* ARNSON; DROLET, et al. 2011), passando de 36,5% em 2008 sobre o governo Sacas para 52,9% de satisfação no que se refere à economia e de 44,5% para 54,7% em relação à democracia no país no mesmo período.

Em 16 de Janeiro de 2010, quando El Salvador celebrava 18 anos dos Acordos de Paz, Funes fez um discurso inflamado, no qual versou sobre as mudanças no âmbito dos direitos humanos e da relação do governo com as organizações defensoras de direitos humanos que pretendia fazer assim como rememorou a importância de Chapultepec em relação às memórias do período de conflito armado.

O governo Funes marcava então o que se esperava ser um novo paradigma para El Salvador na relação do Estado com os movimentos sociais e organizações políticas defensoras dos direitos humanos. O governo de Funes não foi simplesmente

o primeiro governo de esquerda do país, mas o primeiro governo do partido que historicamente derivou da organização política-militar, que protagonizou o conflito armado do país, mas que representava, 18 anos depois, a principal alternativa de poder aos governos empresariais e neoliberais que tomavam conta do país desde 1989.

3.4 As disputas em torno da questão de gênero na FMLN

Discutindo sobre como as reivindicações de gênero começaram a ser incorporadas no âmbito da FMLN, David Garibay (2006) destaca como marco a eleição de Violeta Menjívar em 2006 como primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita em San Salvador. Naquele ano, a FMLN se destacou pela participação considerável de mulheres, que perfaziam 25% da bancada de 32 deputados eleitos naquele ano, sendo até então o único partido salvadorenho a implementar uma cota de gênero. No entanto, Garibay (2006) destaca que este compromisso da FMLN com as mulheres e com a adoção de uma perspectiva feminista foi resultado de processos de disputa interna e tensões com o movimento feminista.

Neste tópico, nos aprofundaremos na discussão sobre como algumas reivindicações pela questão de gênero começaram a ser disputadas no cerne da FMLN por meio da pressão organizada do movimento feminista e de mulheres. Não queremos dizer com isso que as conquistas dos movimentos LGBTI, foco deste trabalho, só se deram em decorrência das lutas feministas. Pelo contrário, vamos notar que algumas ações coletivas organizadas por ambos os movimentos ocorreram no contexto posterior aos Acordos de Paz em El Salvador.

Jules Falquet (2002) escreve que para o movimento feminista salvadorenho não bastava somente obter igualdade na esfera política tradicional, mas sim, ampliar o espaço do político ao espaço entendido como privado, até então visto como fora da política. No entanto, Falquet também atenta para como algumas práticas do movimento feminista em El Salvador ainda lembram muito a herança militar e termos marxistas tradicionais como, por exemplo, contingente de mulheres, objetivos estratégicos, correlação de forças e vitórias, fazendo parte do linguajar do ativismo feminista.

O que visamos discutir aqui é como o reconhecimento da relevância das questões de gênero na FMLN se deu através das articulações do partido com os movimentos organizados de mulheres e feministas que aos poucos foram incorporando a questão de gênero na agenda da FMLN como principal partido de esquerda em El Salvador.

Nos perguntamos então, como, antes de conseguir eleger um candidato para o cargo do executivo, a agenda de gênero foi sendo disputada dentro da FMLN. Observa-se que os movimentos feministas e de mulheres tem profundo protagonismo nessa questão, pressionando e articulando dentro e fora do partido como a questão de gênero deve ser priorizada na agenda da esquerda salvadorenha.

Nos últimos anos do conflito armado, de acordo com Michelle Saint-German (1997), as mulheres estiveram envolvidas em três tipos de atividades principais que influenciaram tanto na assinatura dos Acordos de Paz como também na transição democrática em El Salvador. As mulheres correspondiam a cerca de um terço dos membros da FMLN desde o conflito armado e estiveram presentes tanto nos campos de batalha como nos bastidores em funções marcadas pelo gênero como, por exemplo da cozinha e dos cuidados dos feridos.

A segunda atividade protagonizada por mulheres foi o envolvimento ativo destas nos partidos e outros tipos de organizações sociais. Mesmo nos partidos de direita como a ARENA, mulheres da elite salvadorenha se articulavam contra as agendas de reforma agrária e reformas no âmbito do comércio exterior e reformas bancárias. Por outro lado, mulheres que não faziam parte da elite de El Salvador, começavam a formar grupos como, por exemplo, as COMADRES, organização de mães de pessoas que haviam sido presas, assassinadas ou desaparecidas (SAINT-GERMAN, 1997).

A terceira atividade de destaque era a participação ativa de mulheres em associações civis que defendiam o fim do conflito armado. As mulheres foram protagonistas na formação do Comitê Permanente de Debate pela Paz, comitê que representava cerca de 70 entidades da sociedade civil e que fortaleceu as negociações para o fim do conflito (SAINT-GERMAN, 1997).

De acordo com Ilja Luciak (1999), os partidos políticos eram “atores-chave” no processo de transição para a paz em El Salvador. Naquele momento, os partidos

sentiam que deviam articular as demandas dos novos setores mobilizados. Para a FMLN, o desafio para incorporar a agenda de gênero pressupunha a renovação ideológica. Até aquele momento, a tendência ortodoxa do partido era protagonista, se pensarmos este caso da FMLN junto com Dagnino, no campo dos movimentos socialistas tradicionais a cultura era sempre vista como o campo da alienação, da falsa consciência, da mistificação, o “reino da ideologia” (2000).

A relação entre cultura e política não foi, em si mesma, uma questão central ou privilegiada no debate da esquerda. Condenada à subordinação e à negatividade, aprisionada em seu eterno papel de coadjuvante e confinada a rápidos capítulos finais, onde sua importância é retoricamente reiterada, a problemática cultural não desempenhou um papel visível, fundamental, na dinâmica desse debate. Porém, embora de modo menos espetacular do que temas como democracia e sujeito histórico, é possível afirmar e identificar uma transformação substancial nas formas de pensar essa relação, como parte integrante da esquerda (DAGNINO, 2000. p. 62).

Nesse sentido, Dagnino discute como, na visão ortodoxa do marxismo, as questões culturais acabavam sendo subsumidas no conceito de ideologia, que terminava por esvaziar a cultura de seu potencial de transformação social, colocando-a como apenas efeito dos fenômenos econômicos, estes reais merecedores dos esforços políticos. Com isso, a cultura passava a ser um obstáculo à mudança social, algo que deveria ser substituído pelo “conhecimento verdadeiro, pela consciência de classe, por meio das ações iluminadas de seus verdadeiros portadores: os intelectuais, a vanguarda, o partido” (2000, p. 64).

O paradigma socialista da FMLN estava, no entanto, perdendo sua legitimidade, algo que correspondia ao contexto internacional latino-americano como um todo, considerando a dissolução da União Soviética em 1991 e o confronto destes movimentos com o processo de transição democrática que ocorria em diversos países.

Shafick Handal, líder do recém dissolvido Partido Comunista de El Salvador e um dos comandantes militares da FMLN durante o conflito, declarou em entrevista que sob a luz dessa nova realidade “pós-socialista” a FMLN, a FMLN está no processo de formular um novo projeto político. Referindo-se a tendência Comunista, ele argumenta “quando falamos sobre comunistas, estamos falando sobre comunistas do final do século, pessoas que estão elaborando um novo pensamento que ainda não está escrito” (LUCIAK, 1999. p. 45).

De acordo com Luciak (1999), este momento de construção de um “novo pensamento” foi uma brecha importante para que os movimentos de mulheres em El Salvador pudessem incorporar as questões de gênero no partido. Na carta de princípios e objetivos da FMLN, destaca-se um trecho em que o partido defende que

uma verdadeira democracia implicaria na garantia dos direitos das mulheres e na participação criativa destas em todas as esferas da vida nacional. No entanto, as ações do partido, muitas vezes, pareceram negligenciar as questões das mulheres, o que foi levando aos poucos a diversas formas de organização autônoma, – em relação ao partido, – por parte dos movimentos feministas e de mulheres. Estes grupos eram vastos e se relacionavam com o partido em vários níveis. Algo que passaremos a discutir a seguir.

Logo após a assinatura dos Acordos de Chapultepec, em fevereiro de 1992, foi organizado o primeiro encontro nacional de mulheres, com trezentas participantes de todo o país, vindas de cerca de 50 organizações. Organizado pela *Concertación de Mujeres (COM)*, com o tema “Participação de Mulheres: paz, dignidade e igualdade”, nesse encontro as mulheres discutem, principalmente, como inserir suas demandas no processo de transição para a paz que iria se iniciar. Este primeiro encontro fortalece uma articulação entre esses grupos que promovem várias ações públicas como, por exemplo, as marchas do Dia Internacional da Mulher ocorridas em 8 de março daquele ano (FALQUET, 2002).

De acordo com Saint-German (1997), duas mudanças dramáticas caracterizaram as diferenças na abordagem dos movimentos de mulheres salvadorenhas em relação ao Estado no contexto posterior aos Acordos de Paz. Essas mudanças ocorreram com a adoção de uma perspectiva de gênero relacionada às questões das mulheres e a formação de uma forte coalizão que pressionaria pela inclusão das demandas das mulheres no processo de transição para a democracia.

Assim, em janeiro de 1993, representantes de vários grupos de mulheres como a Coordenação de Organismos de Mulheres (COM), a Concertação das Mulheres pela Paz, Dignidade e Igualdade e o Movimento de Mulheres Mélida Anaya Montes (MAM) começaram a se articular. Durante estes encontros, estas mulheres continuaram o empreendimento de refletir sobre os Acordos de Paz, concluindo que as demandas das mulheres haviam sido altamente negligenciadas nos textos dos acordos. Além disso, estas mulheres também atentaram para os partidos políticos que viriam a disputar as “eleições do século”, em 1994, notando que eles não incorporaram também as pautas dos direitos das mulheres (SAINT-GERMAN, 1997).

Diante disso, em setembro de 1993 foi apresentada a plataforma *Mujeres 94*, um documento com 14 propostas que traçavam demandas entendidas como urgentes pelos grupos de mulheres e que deveriam ser adotadas pelos partidos em seus planos de governo. A plataforma foi divulgada em conferências de imprensa, marchas públicas e em reuniões com representantes dos partidos políticos (SAINT-GERMAN, 1997).

Fruto de amplas consultas com mulheres de diferentes setores, a plataforma é apresentada publicamente em setembro de 1993. A diferença dos partidos políticos, cujas plataformas mencionam escassamente os problemas das mulheres por vezes revelam uma imagem muito conservadora da mulher enquanto mãe, *Mujeres 94* não esquece as camponesas, nem as trabalhadoras domésticas, inválidas, presas e prostitutas. A plataforma combina reivindicações econômicas bastante clássicas do movimento de mulheres com elementos claramente feministas, ainda impensáveis no ano anterior como, por exemplo, a despenalização do aborto e o respeito as diferentes orientações sexuais, incluindo até oficinas de autodefesa para as mulheres (FALQUET, 2002. p. 202)

Um dos focos principais do *Mujeres 94* foi que as mulheres pudessem fazer uma “escolha informada” ao votarem na eleição daquele ano. O esforço dos grupos era com o desenvolvimento da consciência política das mulheres. Uma versão ilustrada da plataforma chega a ser publicada e os grupos que lideraram a plataforma também pressionam os partidos através de fóruns populares e de marchas públicas a adotarem as demandas das mulheres (FALQUET, 2002).

Foram estabelecidos alguns planos de ação. A divulgação dos nomes dos partidos que porventura aderissem ou não à plataforma, o fortalecimento de candidaturas de mulheres envolvidas nos grupos que compunham a plataforma e que tivessem contatos nos partidos políticos etc. Além disso, os grupos ajudariam as mulheres que precisassem tirar os documentos necessários para poder se registrar para votar. Nesse contexto, eram cerca de 110 mil salvadorenhos, dos quais se estimavam que 75% fossem mulheres, que não tinham os documentos necessários para o registro, isso em um quadro de 2,4 milhões de eleitores (SAINT-GERMAN, 1997). O candidato da FMLN, Rubén Zamora, foi o único candidato nesta eleição que incorporou em seu plano de governo a plataforma *Mujeres '94*. Neste ano também foi criado dentro do partido um Secretariado Nacional da Mulher (GARIBAY, 2006).

Porém, mesmo com a inserção da plataforma e a criação do Secretariado da Mulher, na eleição de 1994 as questões dos grupos feministas ainda eram vistas como secundárias dentro da FMLN diante da prioridade do partido que naquele momento

era a sua consolidação eleitoral, visando alcançar se não a vitória pelo menos o melhor resultado possível. Um exemplo disso é a paralização das atividades do Secretariado, considerando que neste ano a FMLN ainda era um partido formado por cinco organizações internas – FPL, ERP, FARN, PCS e PRTC –, discutia-se se os delegados que formassem o Secretariado deveriam refletir a composição interna dos cinco grupos ou se deveria ser fruto de uma eleição interna geral de todos os militantes, um embate que representava a opção de recuar da herança da organização político-militar ou a adaptação a um novo contexto que tornava tensa a discussão da democracia interna do partido (GARIBAY, 2006).

Em 1994, a Secretaria da Mulher da FMLN defendeu, sem sucesso, uma cota de 30% para mulheres na seleção de candidatas às eleições legislativas. No entanto, a composição de gênero dos candidatos da FMLN demonstra que as mulheres tiveram algum sucesso em atrair a atenção da hierarquia partidária. No final, 25% dos candidatos da FMLN à Assembleia Legislativa eram mulheres. [...] De um total de 9 mulheres no parlamento salvadorenho, 5 pertenciam à FMLN. Como a proporção geral de assentos ocupados por mulheres era de 11%, o recorde da FMLN de 24% era bastante bom. No contexto latino-americano, a média para toda a América Latina (em junho de 1994) era de 10%, com Cuba, uma sociedade revolucionária, registrando 23% (LUCIAK, 1999. p. 57. Tradução Nossa²⁵).

A articulação de 1994 gerou algumas tensões dentro dos movimentos organizados de mulheres. Tais questões geraram algumas rupturas importantes. Naquele ano, de acordo com Luciak (1998), a chamada “dupla militância”, referindo-se à participação tanto em movimentos organizados e nos partidos, passou a ser central para alguns setores dos movimentos feministas e de mulheres. O esforço por criar um movimento autônomo era latente em alguns coletivos organizados formados durante a década de 1990.

Duas organizações principais protagonizavam a disputa sobre essa questão, de um lado o coletivo Mulheres pela Dignidade e pela Vida (Las Dignas), considerava que a militância dentro do partido era incompatível com a autonomia que o movimento sentia precisar naquele momento. Por outro lado, o Movimento de Mulheres Mérida Anaya Montes (MAM) acreditava que essas atuações, dentro e fora do partido, deviam

²⁵ Citação Original: In 1994, the Women's Secretariat of the FMLN argued unsuccessfully for a 30-percent-female quota in the selection of candidates for the legislative elections. Nevertheless, the gender composition of the FMLN candidates demonstrates that women had some success in getting the attention of the party hierarchy. In the end, 25 percent of the FMLN candidates for the Legislative Assembly were women. [...] Of a total of 9 women in the Salvadoran parliament, 5 belonged to the FMLN. Since the overall share of seats held by women was 11 percent, the FMLN's record of 24 percent was quite good. In the Latin American context, the average for all of Latin America (as of June 1994) was 10 percent, with Cuba, a revolutionary society, reporting 23 percent. (LUCIAK, 1999. p. 57).

ser combinadas, algumas dessas líderes acreditavam que a melhor estratégia era mudar o partido de dentro (LUCIAK, 1998).

O dilema da autonomia versus integração que as militantes femininas da FMLN enfrentaram foi um problema enfrentado pelas mulheres em muitas sociedades latino-americanas na transição de um regime autoritário para uma política mais democrática. Em toda a região, mulheres ativistas argumentaram que estavam sendo usadas por seus partidos políticos e muitas cortaram qualquer contato. Em meados da década de 1990, no entanto, muitas mulheres passaram a ver a questão “não como uma escolha entre autonomia ou integração, mas sim a necessidade de ambos” (LUCIAK, 1998. p. 44. Tradução Nossa²⁶)

De acordo com Luciak (1999), a tensão gerada em torno da discussão de autonomia dos movimentos de mulheres se deu como efeito pelo fato de que algumas lideranças acusavam o partido de favorecer a criação de grupos de mulheres não pela convicção de que estes grupos eram importantes para advogar pelos direitos das mulheres, mas sim pelo retorno financeiro que estes grupos traziam. Agências internacionais financiavam organizações de mulheres através de fundos para o desenvolvimento. A questão era que muitos destes grupos tiveram seu embrião no bojo dos grupos que formavam o partido; como consequência esses fundos terminavam por ser controlados e utilizados para interesses gerais do partido.

Um exemplo desse impulso foi o surgimento do Movimiento de Mujeres "Mélida Anaya Montes" (Movimento de Mulheres Mélida Anaya Montes – MAM). O MAM estava inicialmente associado às Fuerzas Populares de Liberación (FPL) e foi fundado por militantes da FPL em julho de 1992, mas em reação à falta de apoio aos direitos das mulheres dentro do movimento guerrilheiro, deixou o FPL e declarou sua autonomia. A grande maioria de suas membros continuaram, porém, atuando nas estruturas da FPL. As mulheres afiliadas a outros grupos da FMLN foram ainda mais inflexíveis quanto à autonomia. Por exemplo, a liderança de Mujeres por la Dignidad y la Vida (Mulheres pela Dignidade e Vida, ou Las Dignas), fundada por militantes da Resistência Nacional (RN), rompeu completamente com seu grupo, e o Instituto de Investigación, Capacitación y Desarrollo de la Mujer (Instituto de Pesquisa, Capacitação e Desenvolvimento Feminino-IMU), originalmente associado ao Partido Comunista, tornou-se cada vez mais independente (LUCIAK, 1999. p. 49. Tradução Nossa²⁷).

²⁶ Citação Original: The dilemma of autonomy versus integration that the female FMLN militants faced was an issue confronting women in many Latin American societies in transition from authoritarian rule toward more democratic politics. Throughout the region, female activists argued that they were being used by their political parties, and many broke off all contact. By the mid-1990s, however, many women had come to see the issue ‘not as a choice between either autonomy or integration, but as the necessity of both’ (LUCIAK, 1998. p. 44.)

²⁷ Citação Original: One example of this drive was the emergence of the Movimiento de Mujeres "Mélida Anaya Montes" (Mélida Anaya Montes Women's Movement – MAM). MAM was initially closely associated with the Fuerzas Populares de Liberación (Popular Forces of Liberation – FPL) and had been founded by FPL militants in July 1992, but in reaction to the lack of support for women's rights within the guerrilla movement, it had left the FPL and declared its autonomy. The great majority of its members continued, however, to be active in FPL structures. Women affiliated with other FMLN groups were even more adamant about autonomy. For example, the leadership of Mujeres por la Dignidad y la

O período posterior aos Acordos de Paz se mostrava então propício para que as reivindicações de gênero dentro do partido ganhassem forma e aparecessem com mais força na esfera pública. Como discutido, esses grupos emergiram das organizações internas que compunham a FMLN. Este momento era importante, pois além de ser um momento em que se podia aumentar a influência dentro do partido e nacionalmente, também era um momento em que as agências de cooperação internacional estavam enviando recursos para o país que passava por um momento de reconstrução pós-conflito armado (GARIBAY, 2006). No entanto, para os coletivos de mulheres e feministas, a chegada da cooperação internacional também representou algumas rupturas com a lógica de militância partidária. O caso do coletivo Las Dignas é um dos exemplos mais dinâmicos de um forte movimento que se tornou autônomo e que está, até os dias de hoje fortemente ativo como uma associação da sociedade civil salvadorenha.

Além das eleições, outra questão persistente ao movimento feminista no contexto posterior aos Acordos de Paz foi a discriminação sofrida pelas mulheres nos programas de reintegração civil como, por exemplo, o Programa de Transferência de Terras. Muitas vezes líderes locais estabeleciam como requisito para adquirir o benefício saber ler e escrever além de possuir documentos como certidões de nascimento e título eleitoral. Considerando que na realidade salvadorenha desta época era muito mais comum que mulheres não tivessem sido alfabetizadas do que homens, além de serem a maioria também entre as que não possuíam a documentação exigida, estas delimitações terminavam por prejudicar particularmente as mulheres (LUCIAK, 1999).

Em muitos casos, a distribuição de terras registrava a transferência da propriedade por família e não por indivíduo, o que acarretava que na maioria das vezes apenas os chefes de família homens eram registrados como beneficiários das terras. Essa prática violava as diretrizes oficiais, o que chamou a atenção dos movimentos organizados de mulheres que se mobilizou para que mais mulheres pudessem ser incluídas nos programas de reinserção civil, incluindo temas

Vida (Women for Dignity and Life, or Las Dignas), founded by militants of the Resistencia Nacional (National Resistance- RN), broke completely with its group, and the Instituto de Investigación, Capacitación y Desarrollo de la Mujer (Institute for Women's Research, Training, and Development- IMU), originally closely associated with the Communist party, became increasingly independent (LUCIAK, 1999. p. 49).

importantes como, por exemplo, o pagamento de pensões para mães solteiras (CONAWAY; MARTÍNEZ, 2004).

No contexto posterior às eleições de 1994, quando alguns conflitos internos dentro da FMLN começaram a se fazer mais latentes levando a ruptura de alguns setores como a RN e o ERP, foi marcada uma convenção, em dezembro daquele ano, com os grupos que permaneceram fazendo parte da frente, agora convertida em partido político. Nesta ocasião, o partido firmou a posição de unificação de seus grupos, optando por dissolver os grupos internos a fim de criar uma única hierarquia interna. Esse contexto foi propício para o estabelecimento de novas cotas de participação, direcionadas para mulheres e jovens (LUCIAK, 1999).

Na Convenção Nacional de 1994, adota-se o princípio da cota mínima para mulheres, que, no entanto, se aplica apenas às eleições internas para as estruturas dirigentes do partido (Comissão Política e Conselho Nacional), deixando de fora as eleições nacionais (parlamentares e municipais). Para além da própria cota, os debates em torno do tema refletem uma forma implícita de neutralização das questões de gênero. A aplicação da quota não é apresentada pelos dirigentes partidários aos militantes nem como forma de lutar contra a dominação exercida sobre as mulheres, nem como instrumento para promover uma melhor representação das mulheres na política. Justifica-se como um dos elementos que possibilitará a renovação dos quadros partidários (entre outras ferramentas, como uma cota mínima para jovens e a limitação do número de mandatos internos) (GARIBAY, 2006. p. 153. Tradução Nossa²⁸).

As convenções nacionais da FMLN tornam-se espaços importantes de debate das reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres. Nos meses entre a convenção, de dezembro de 1994 e dezembro de 1995, as articulações feministas conseguiram pressionar para que mais mulheres estivessem nas estruturas de nacionais de comando da FMLN como o Conselho Nacional, composto na época por 52 membros, dos quais entre 1995 e 1997 as mulheres conseguiram passar de 16 cadeiras para 20. Ademais elas conseguiram garantir 5 vagas na Comissão Política, composta na época por 15 membros, alcançando e mantendo a representação de 1/3

²⁸ Citação Original: En la Convención nacional de 1994 es adoptado el principio de una cuota mínima de mujeres que, sin embargo, se aplica solamente a las elecciones internas para las estructuras de dirección del partido (Comisión política y Consejo nacional), dejando fuera las elecciones nacionales (parlamentarias y municipales). Más allá de la cuota en sí misma, los debates en torno al tema reflejan una forma implícita de neutralización de las temáticas de género. La aplicación de la cuota no es presentada por los dirigentes del partido a los militantes ni como una forma para luchar contra la dominación ejercida sobre las mujeres, ni como un instrumento para promover una mejor representación de las mujeres en política. Es justificada como uno de los elementos que permitirá renovar los cuadros del partido (entre otras herramientas como una cuota mínima para los jóvenes y la limitación del número de mandatos internos) (GARIBAY, 2006. p 153).

que correspondia a quantidade de mulheres membros da FMLN na época (LUCIAK, 1999).

Com isso, as mulheres dentro da FMLN conseguiram espaço para conseguir questionar não apenas a participação formal em números dentro dos organismos do partido, mas também a qualidade desta participação. Através da Comissão Política. Em março de 1996 foi publicado um documento que incluía a “perspectiva de gênero” em todo o funcionamento cotidiano do partido. Nesse contexto, os membros da Comissão também concordaram em se aprofundar nos estudos das teorias de gênero (LUCIAK, 1999).

Na convenção de 1997, ocorreu a reforma dos estatutos do partido e em um de seus artigos ficou estabelecido que para a eleição dos cargos diretivos internos seriam sempre seguidas cotas de representação. Com isso a participação das mulheres dever ser proporcional a sua filiação, mas nunca menor que 35%, além de 25% voltado para pessoas jovens – menores de 31 anos. Com essa reforma, a Secretaria Nacional da Mulher do partido deixa de ter um status apenas de coordenação e é transformada em uma estrutura estatutária de direção de forma que a pessoa que estivesse na direção da secretaria ocupa imediatamente também um cargo no Conselho Nacional do Partido, as chamadas vagas de direito próprio que não precisam ser passadas pela eleição geral do conselho (GARIBAY, 2006).

Nas eleições de 1997, as militantes conseguem aumentar o número de mulheres eleitas pela FMLN, totalizando um terço da bancada eleita, este sendo um efeito direto de sua atuação para que as mulheres estivessem mais bem posicionadas nas listas de candidatos (GARIBAY, 2006).

Entre 1997 e 1999, ano em que ocorreriam novas eleições, desta vez presidenciais, algumas mudanças importantes marcaram a trajetória da FMLN na forma como o partido se apresentava. No período da luta armada, a FMLN se apresentava como uma organização revolucionária, com influência dos movimentos de Cuba e da Nicarágua, baseados em um discurso anti-imperialista. O posicionamento anti-imperialista do partido sempre causou tensões com os Estados Unidos, que publicamente continuava a se posicionar contra a FMLN, mesmo nas campanhas eleitorais, com isso observou-se um movimento no qual os posicionamentos da FMLN deixam de ter um viés anti-imperialista e nota-se cada vez

mais um crescimento de justificativas pelas ações do partido fundamentadas em convenções internacionais como, por exemplo, a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher ou Pequim 1995 (GARIBAY, 2006).

De acordo com Garibay (2006), essa forma de referenciar os textos internacionais cumpriu a dupla função demonstrativa: a primeira, dirigida aos adversários políticos como a ARENA, ao justificar que cumpre resoluções ratificadas internacionalmente pelo governo do país e pela comunidade internacional; a segunda, ao demonstrar ao movimento feminista que o partido seguia as normas internacionais a respeito da questão de equidade de gênero. Garibay porém, aponta criticamente que essa adoção de termos de acordos internacionais resultou apenas numa função de demonstração, não sendo fruto de um legado das reivindicações feministas dentro do partido, 2006).

Outra questão discutida por Garibay (2006) é a problematização das cotas internas da FMLN para cargos diretivos. O autor destaca que diferente do caráter dinamizador esperado, o que se observa é que as cotas são a única garantia de manutenção de uma quantidade mínima de mulheres na Comissão Política e no Conselho Nacional, sendo que mesmo entre 2004 e 2006, dez anos depois das primeiras ações discutidas de pressão do movimento feminista sobre o partido, o nível de representação nestas estruturas não passava muito de 35%. Outra questão que o autor discute é a de como uma das dificuldades que ainda se mantem no partido é a representação local, nas eleições locais os números de mulheres prefeitas pela FMLN não havia passado de 6 até 2006.

Diante de tais dilemas, o movimento feminista salvadorenho parece atuar de formas que tanto priorizam o terreno macropolítico, dos partidos e das eleições, mas também se viu precisando atuar de forma autônoma. De acordo com Jules Falquet (2002), esse tipo de atuação produz questionamentos importantes sobre uma nova forma de fazer política que germina junto com as questões do movimento feminista. A autora arrisca dizer que o movimento de mulheres em El Salvador é o primeiro do país a reivindicar-se como parte da sociedade civil, um espaço político que vai além dos monopólios de poder partidário. Desta forma, Falquet defende que o movimento feminista é um dos principais atores na construção da democracia salvadorenha no contexto pós-conflito armado.

3.5 As primeiras organizações LGBT

Faremos aqui uma breve descrição histórica de alguns fatos relevantes da história das dissidências sexuais e de gênero em El Salvador. Neste tópico, tomaremos como base principal de nossas reflexões os textos do professor salvadorenho, Amaral Arévalo, expoente estudioso das questões de gênero e sexualidade em El Salvador.

Segundo o autor (ARÉVALO, 2016), um dos eventos marcantes para o entendimento do contexto salvadorenho é o massacre indígena ocorrido em 1932 conhecido como “La Matanza”. Este evento marca o genocídio de um dos principais núcleos do povo *pipil*, população nativa que habitava o oeste do país. Foram cerca de 30 mil mortos entre nativos e camponeses que se organizavam contra as restritivas leis sobre a produção do café no país. O massacre também inicia o período de governos militares que, através de sucessivos golpes de estado, governaria o país até a resolução do conflito armado em 1992.

No contexto das ditaduras militares a partir de 1932, as dissidências sexuais e de gênero não tinham nenhum espaço para expressão no âmbito político (ROLNIK, 2018), somente passando a atuar de forma mais latente neste campo após o marco dos Acordos de Paz, em 1992.

Outra característica era a baixa presença de jovens, aqueles que estavam mais escondidos e devido ao contexto social de repressão, por isso as festas privadas em casas particulares eram os espaços de socialização que eles tinham. Nessas festas, encontros sexuais clandestinos ou a formalização de algum tipo de relação sentimental podiam ser combinados entre os participantes. Em relação às mulheres lésbicas, não há referência a espaços de socialização conhecidos até o momento. Nesse contexto de polarização social entre os projetos políticos antagônicos da direita militar e da esquerda revolucionária, o movimento LGBT não tinha chance alguma de existência e visibilidade no cenário político e social. É possível observar a luta contra o comunismo do lado militar e a sobrevivência e tentativa de modificação do Estado do lado esquerdo. Essas ações monopolizaram os discursos. Assim, a luta pelo poder político torna-se uma metanarrativa hegemônica em todos os estratos da vida nacional. A sexualidade em seu sentido mais amplo e a homossexualidade em um sentido específico foram remetidas ao silêncio político, o que contribuiu para a perpetuação do heterossexismo. (AREVALO, 2016. p. 96. Tradução Nossa²⁹)

²⁹ Citação Original: Otro rasgo característico era la poca presencia de personas jóvenes, los que estaban más ocultos y debido al contexto social de represión, por ello las fiestas privadas en casas particulares eran los espacios de socialización que estos tenían. En dichas fiestas se podía acordar entre los participantes encuentros clandestinos sexuales o la formalización de algún tipo de relación sentimental. Respecto de las mujeres lesbianas no existe ninguna referencia a espacios de socialización conocidos hasta el momento. En este contexto de polarización social entre los proyectos políticos antagónicos de la derecha militar y la izquierda revolucionaria, el movimiento LGBT no tenía ninguna posibilidad de existencia y visibilidad en la escena política y social. Por el lado militar se observa

Durante este período, a invisibilidade dos corpos dissidentes sexuais e de gênero é inclusive epistêmica; são poucas as fontes que permitem que se entenda como esses corpos se organizavam – ou não – neste período. Com base em uma metodologia exploratória alternativa, Arévalo (2016) recorre a literatura salvadorenha e aos registros antropológicos produzidos por Rafael Lara-Martinez (2012) para conseguir traçar uma historiografia mais ou menos estabelecida das sexualidades e identidades de gênero dissidentes em El Salvador.

A exemplo disso, Arévalo discute a noção de travestismo político no contexto de El Salvador em tensão com a noção de travestismo cultural no país. O travestismo cultural, trazido por Arévalo (2016), se refere a uma representação cultural de alguns personagens da história salvadorenha durante as chamadas *fiestas patronales* – festas religiosas tradicionais ocorridas entre 1 e 6 de agosto em San Salvador. Durante essa festividade, uma das figuras que aparecem nos desfiles de rua é a *Siguanaba*.

A Siguanaba (Figura 1) é uma personagem mitológica que narra sobre uma mulher indígena que, através de um feitiço, consegue se casar com o filho do deus Tlaloc, entretanto – de acordo com a lenda – a Siguanaba traía seu esposo e negligenciava seu filho. Ao tentar matar seu marido, a Siguanaba é descoberta por Tlaloc que lhe lança a maldição da feiura, seus seios chegariam até os joelhos, suas unhas não poderiam ser cortadas e seu cabelo seria bagunçado (ARÉVALO, 2016).

la lucha contra el comunismo y por la parte de la izquierda se observa la supervivencia e intento de modificar el Estado. Dichas acciones monopolizaban los discursos. Así, la lucha por el poder político se convierte en un metarrelato hegemónico en todos los estratos de la vida nacional. La sexualidad en su más amplio sentido y la homosexualidad en un sentido específico fueron remitidas al silencio político, que colaboró en la perpetuación del heterosexismo. (ARÉVALO, 2016. p. 96)

Figura 1: Representação da Siguanaba (autor desconhecido)



Fonte: <<https://br.pinterest.com/pin/73253931419803820/>>.

Figura 2: Homem vestido de Siguanaba durante as festividades do mês de agosto em San Salvador.



Fonte: <<https://www.elmetropolitano.digital.com>>.

A Siguanaba é comumente representada nos desfiles que marcam anualmente as *fiestas patronales* em El Salvador. As festas ocorridas em agosto celebram o padroeiro de San Salvador, o Divino Salvador do Mundo, figura religiosa católica que representa o Jesus Transfigurado. Dentre as diversas narrativas, a principal é a bíblica que conta sobre o momento em que Jesus, junto com mais três apóstolos, sobe um morro e seu corpo começa a brilhar no alto, sendo chamado de filho pela voz divina de Deus, sendo esse um dos principais milagres de Jesus reconhecidos nos textos bíblicos.

A figura do Divino Salvador do mundo, além de ser o padroeiro católico de San Salvador, também possui o Monumento ao Divino Salvador do Mundo no centro da principal praça da cidade, a Praça El Salvador del Mundo. Portanto nas chamadas festas de agosto é celebrado não apenas a figura religiosa, mas também está associada a alguns mitos fundadores da vila de San Salvador, no período da invasão espanhola.

Figuras 3 e 4: Monumento ao Divino Salvador no centro de San Salvador



Fonte: <<https://www.flickr.com/photos/camaro27/>>.

Nos desfiles de agosto, como demonstrado na figura 2 e de acordo com Arévalo (2016), a Siguanaba é mais comumente representada por homens. Para Arévalo, esta representação estereotipada da Siguanaba serve como um dispositivo de manutenção do inconsciente heterossexual (*apud* WITTIG, 2010) na cultura salvadorenha, pois além de representar um corpo-mito de uma mulher, que ousou exercer uma sexualidade não-monogâmica, também enquadra o corpo travestido como um corpo abjeto.

Nestas representações, a exageração dos atributos físicos que os homens realizavam destes personagens, as piadas que estes fazem e as roupas que vestem, carregam uma agenda cultural e política de reprodução da masculinidade hegemônica. Desta maneira, se cria uma vigilância da sexualidade onde, quem queira ser efetivamente um homem, nunca deve ser representado como um personagem travestido, já que se isto acontece será simbolicamente levado para o campo do fraco, não valorizado, do castigado, reprimido, contido, preso e em outras palavras, do feminino (AMARAL, 2016. p. 124)

Nota-se, com isso, que a partir da figura da Siguanaba, dentro de um evento como as *fiestas patronales* que ajuda a manter a memória social e a constituir e reiterar elementos que compõem a identidade nacional atravessada pelo elemento religioso, também circulam códigos de manutenção das práticas hegemônicas sobre o sexo/gênero.

Ao descrever a trajetória histórica dos movimentos LGBTI em El Salvador Amaral Arévalo (2016) identifica quatro *ondas (olas)*: na primeira onda, anterior aos Acordos de Paz de 1992, a organização política de grupos LGBTI ainda não havia aparecido na esfera pública; na segunda onda, entre os anos de 1992 e 1999, isto é, logo após os Acordos de Paz, houve o surgimento de alguns primeiros coletivos e grupos de incidência política formado majoritariamente por homens gays, mas que já incluíam mulheres trans que discutiam, neste momento, principalmente temáticas em torno das políticas sobre HIV/AIDS. Na segunda onda, segundo o autor, surgiram também alguns embriões de coletivos lésbicos, estes mais próximos, principalmente, dos movimentos feministas e de mulheres.

Já a terceira onda, se daria, na passagem para o novo século até 2008, quando as organizações políticas que incidiam sobre temáticas de gênero e sexualidade, começaram a se multiplicar, apresentando reivindicações identitárias ainda mais complexas e diversas. É nesta terceira onda que se consolidam os primeiros coletivos de mulheres trans que vinham a se tornar mais independentes das grandes associações LGBTI, estas lideradas majoritariamente por homens gays, assim como houve também a consolidação de coletivos de mulheres lésbicas, que começaram a atuar também de forma mais autônoma diante do movimento de mulheres e feminista em El Salvador.

A quarta onda, se daria então a partir de 2009, tendo como marco da eleição de Mauricio Funes e da FMLN para o cargo executivo. Neste momento, as alianças entre as organizações LGBTI e o Estado começam a se fortalecer, buscando incidir principalmente no âmbito das políticas públicas e da reivindicação dos direitos LGBTI enquanto direitos humanos.

3.5.1 Primeira Onda

A assinatura dos Acordos de Paz transformou-se em uma oportunidade política importante para o fortalecimento das articulações de grupos que discutissem os direitos LGBTI em El Salvador. No período anterior a 1992, a forte polarização entre a direita militar e a esquerda revolucionária dificultava a fomentação de grupos em torno das questões de gênero e sexualidade, temas que terminavam sendo obscurecidos pelo silêncio político diante dessas questões (AMARAL, 2016).

A partir de 1970, justamente um dos períodos mais tensos que levariam ao estopim do conflito armado ao final da década, observa-se a implementação pelo Estado militar salvadorenho de políticas acirradas, ditas de “segurança interna”, que marcava como principal inimigo interno os movimentos organizados camponeses, de estudantes, profissionais da educação e sindicalistas.

As doutrinas de segurança interna e a organização dos movimentos sociais como era de se esperar se confrontam e este choque tem como resultados mortes e desaparecimentos políticos, estas se convertem no dia a dia da população. Este tipo de ações tentou erroneamente evitar o aumento da resistência política e das organizações de esquerda. No entanto, o resultado foi contrário, já que estas se fortaleceram a nível de simpatia popular e a nível interno se desenvolveram estratégias para evadir os corpos de segurança e os esquadrões da morte. (AMARAL, 2016. p. 97)

Mesmo diante desse contexto de intensa repressão política, em 1976 surge a discoteca Oráculos, na capital do país. Nesta época a discoteca se destacou de outros pontos de encontro, principalmente por sua localização, mais acessível para “pessoas profissionais que desejavam evitar, provavelmente, os riscos sociais de visitar os pontos de encontro marginais do centro de San Salvador” (AMARAL, 2016. p. 9).

De acordo com Amaral (2016), o surgimento da Discoteca Oráculos neste contexto manifestava um gérmen de proliferação de grupos antes do começo da guerra. Era no espaço dessa discoteca que se criou um espaço de socialização, principalmente de travestis e homens gays. Através dos shows das chamadas *divas*, a Oráculos terminava funcionando como um espaço de escape da repressão política que ocorria na década de 1970 no país, assim como de ressonância intensiva entre as pessoas que frequentavam a discoteca, resistindo às normas heteronormativas da cultura salvadorenha.

A partir da década de 1980, com o advento do conflito armado, os registros sobre articulação de pessoas dissidentes do sexo/gênero são ainda mais escassos diante do acirrado contexto de enfrentamento entre as tropas da FMLN e o exército salvadorenho. De acordo com Stemple (2011), 76% dos homens prisioneiros políticos, durante o conflito armado na década de 1980, reportaram pelo menos uma forma de tortura sexual, de acordo com relatório da Comissão da Verdade (ONU, 19993 *apud* ARÉVALO, 2016). Na maioria das vezes a violência sexual antecedia a morte dos prisioneiros, “já que sem a submissão dos corpos pela sexualidade, a soberania

política não se faria por completo” (LARA-MARTÍNEZ, 2012. p. 232 apud ARÉVALO, 2016. p. 129).

No período do conflito armado, poucos foram os registros históricos que tivessem uma preocupação com a situação de pessoas LGBTI. Arévalo (2016) recorre então à literatura de testemunho, gênero literário que, no contexto latino-americano, se manifesta para narrar a realidade durante os governos militares. Esta literatura, produzida entre meados da década de 1960 e fim da década de 1980, retratavam os diversos casos de violência sexual por parte das Forças Armadas do estado salvadorenho.

Por outro lado, no que se refere à organização política-militar da FMLN, a Comissão da Verdade (ONU, 1993 *apud* ARÉVALO, 2016) destaca o fato da FMLN não ter registros de violência sexual. Entretanto, registros literários produzidos durante este período e de rádios clandestinas do exército popular, nas zonas do conflito, demonstram uma prática comum entre o exército revolucionário salvadorenho, que era o de representar militares, líderes políticos e personalidades burguesas como homossexuais ou travestis – muitas vezes associando-os de forma pejorativa a termos hispanos como *culero*, *maricón*, *cuilios*, *cuiloni* (ARÉVALO, 2016).

Esta estratégia é uma herança que a FMLN terminou carregando, mas que já era antiga no contexto da esquerda salvadorenha, desde os desfiles de estudantes da Universidade de El Salvador, que já na década de 1950 se utilizavam do que Lara-Martínez (2012) chama de *sodomização do inimigo*. Nestes desfiles, homens cisgênero, geralmente representando o militar inimigo, mas vestidos com roupas entendidas como femininas, encarnando prostitutas, eram assediados pelo circuito de estudantes presentes nestes desfiles-performances.

O inimigo é degradado ao penetrável. Assim, a inferioridade social do oponente está associada a uma posição de gênero subordinada à convenção social vigente. Se, à direita do espectro político, a tortura implica a efeminação do oponente após seu violento defloramento, à esquerda o imaginário político se deleita em sonhar o oposto vestido de mulher e, como travesti, rebaixá-lo a uma posição inferior na hierarquia social. O mesmo imaginário sexual - a humilhação do outro por sua efeminação - rege o anseio literário da esquerda e da direita salvadorenha (LARA-MARTÍNEZ, 2012. p. 12).

Nesse sentido, Arévalo (2016) ressalta que, no contexto do conflito armado, existia uma homofobia explícita por parte da FMLN. Considerando que seu posicionamento político estava fortemente baseado em uma vertente ortodoxa do

marxismo, onde tudo aquilo que fugisse do debate sobre “luta de classes”, como as questões da sexualidade, por exemplo, eram consideradas questões burguesas que teriam fim quando fosse instaurada a revolução proletária. Dessa forma, as discussões sobre gênero e sexualidade se faziam impossíveis dentro dos dois principais espectros políticos vigentes, sendo na esquerda, as questões de dissidentes sexuais e de gênero, preferencialmente, omitidas.

3.5.2 Segunda Onda

A finalização do conflito armado foi preponderante para que começasse a aparecer com mais força, na esfera pública salvadorenha, os grupos articulados em torno das questões de gênero, sexualidade e identidades dissidentes. Um dos primeiros embriões destas articulações surge ainda ao final de 1991, quando já estavam ocorrendo as negociações finais que levariam aos Acordos de Paz em El Salvador. Trata-se de um primeiro coletivo que reunia cerca de cinco a dez homens gays e mulheres travestis, no Parque Cuscatlán, em San Salvador que, naquele momento – se articulavam principalmente em torno da questão da resposta do Estado em relação as políticas públicas sobre HIV/AIDS (ARÉVALO, 2016).

Em agosto de 1992, pouco após a assinatura oficial dos Acordos de Paz, este grupo se formaliza e é criada a Fundação Nacional para a Prevenção, Educação e Acompanhamento da Pessoa com HIV/AIDS (Fundasida). Dentre as várias ações de incidência política praticadas pela Fundasida, existiam também alguns grupos de apoio a pessoas que conviviam com o vírus HIV ou quem desejasse se reunir para discutir o tema e se envolver politicamente com a causa. Dentro de um desses grupos de apoio surge o germen do que futuramente seria um dos principais expoentes de organizações LGBTI em El Salvador, a Associação Entre Amigos (ARÉVALO, 2016).

Se reunindo desde 1993, sob a direção do militante Wilfredo Palácios, em 1994, se juntam ao grupo os também militantes Willian Hernández e Joaquín Cáceres, fortalecendo dentro do grupo um sentimento de politização das identidades sexuais dissidentes, o que leva a criação, naquele ano, do Grupo Entre Amigos que mais tarde, em 1998 já seriam reconhecidos como a Associação Entre Amigos (ARÉVALO, 2016).

Neste contexto também se fortalecem as primeiras articulações coletivas de mulheres lésbicas, inicialmente através de reuniões privadas em casas e

apartamentos das integrantes. Estes encontros eram impulsionados principalmente por mulheres estrangeiras, como a francesa Jules Falquet, que ao viver em El Salvador, se interessou pelo contexto do país e pela imagem das mulheres guerrilheiras no país. Diante do cenário posterior aos Acordos de Paz, a presença de várias dessas mulheres feministas estrangeiras teve importância nas primeiras articulações feministas posteriores ao conflito armado (ARÉVALO, 2017).

Recebendo o nome de Coletiva Lésbica Feminista Salvadorenha da Media Luna, o grupo teve dificuldades em se organizar e ocupar o espaço público, numa época em que poucas mulheres estavam dispostas a expressar publicamente suas identidades. Por exemplo, o coletivo foi responsável pela publicação do boletim Luna de Miel, publicado entre 1994 e 1995 e que trazia uma série de textos que tanto questionavam a naturalidade da heterossexualidade em El Salvador como também discutia as demandas sobre educação sexual entre outros direitos.

Havia algumas tensões entre o movimento de mulheres feminista e as mulheres lésbicas, já que os interesses das mulheres lésbicas não eram prioritários para uma considerável parte dos coletivos feministas que atuavam neste contexto histórico em El Salvador. Entretanto, mesmo diante de tais tensões, as mulheres lésbicas conseguiram articular a plataforma Mujeres 94, no qual se destaca a reivindicação 53 que versava sobre a ampliação do princípio da igualdade a outros grupos sociais que não são mencionados na constituição, como pessoas com deficiência, pessoas com opção sexual (sic) diferente e grupos étnicos (ARÉVALO, 2017).

Diante de várias questões, dentre elas, as tensões com o movimento feminista, a volta das feministas estrangeiras para seus países de origem e o fato de que aos poucos as integrantes da Coletiva passaram a se dedicar mais aos trabalhos e projetos financiados por organizações feministas das quais participavam, levaram a dissolução da Media Luna, o que ocorreu entre 1997 e 1998 (ARÉVALO, 2017).

Em 1997 ocorre também a primeira Marcha do Orgulho Gay de El Salvador, reunindo cerca de 250 pessoas no centro de San Salvador, capital do país. Em sua primeira edição, a marcha teve tom de protesto e buscou recordar a memória de 12 mulheres trans que foram assassinadas pelo exército salvadorenho em uma abordagem policial nas proximidades do Monumento do Salvador do Mundo durante os anos do conflito armado (ARÉVALO, 2016).

3.5.3 Terceira Onda

Na virada para o novo século algumas mudanças em nível internacional são preponderantes para que seja possível exercer pressão interna e externa pelo reconhecimento dos direitos das populações LGBTI. Documentos internacionais como, por exemplo, os Princípios de Yogyakarta. Eles são um conjunto de princípios de direitos humanos voltados para as especificidades da população LGBTI, tendo sido elaborados por um conjunto de profissionais e grupos de defesa de direitos humanos. Publicados em 2006, os princípios visam desenvolver uma plataforma internacional para garantia e combate a violação de direitos com base na identidade de gênero e orientação sexual (CORNEJO, 2018). É também nesta década, mais precisamente em 2008, que a Organização dos Estados Americanos (OEA), em sua Assembleia Geral sobre Direitos Humanos, emite a resolução 2435 sobre Orientação Sexual e Identidade de gênero.

Para além do cenário internacional, internamente em El Salvador a década se inicia com a aprovação da Lei de HIV. De acordo com Cruz Cornejo (2018), a aprovação dessa lei é uma oportunidade política importante, pois ela termina abrindo um caminho de visibilidade para as organizações LGBTI que em alguma medida estivessem envolvidas com o trabalho de resposta ao HIV. Essa lei torna-se a primeira instância normativa a citar os termos orientação sexual e identidade de gênero como elementos que deveriam ser considerados no combate à discriminação associada ao vírus.

É também nessa década que um ponto de virada importante acontece para os movimentos LGBTI em El Salvador. No ano de 2005, por iniciativa do deputado conservador Rodolfo Parker, na época membro do Partido Democrata Cristão, é apresentada uma proposta de reforma constitucional, especificamente visando alterar os artigos 32, 33 e 34 da Constituição de El Salvador. Tais reformas, caso aprovadas estabeleceriam a restrição do conceito de matrimônio, que só seria reconhecido caso fosse consagrado entre um homem e uma mulher assim nascidos (sic.). A restrição também vetaria o reconhecimento de matrimônios entre pessoas do mesmo sexo realizados em outros países assim, como proibiria a adoção de crianças por casais do mesmo sexo (ALIANZA por la Diversidad Sexual, 2009).

De acordo com a legislação salvadorenha, para que uma reforma constitucional seja devidamente ratificada, ela deverá ser aprovada em plenária da Assembleia

Legislativa em dois mandatos legislativos diferentes. Ou seja, a reforma é votada pela primeira vez em 2006 e chega a ser aprovada, entretanto para que pudesse ser oficializada deveria ser aprovada no próximo mandato a partir de 2007. Essa iniciativa conservadora obtém como resposta uma articulação de urgência entre as diversas organizações LGBTI já existentes e emergentes de El Salvador, que resultaria na formação da Aliança pela Diversidade Sexual LGBT de El Salvador, que ganhará força como a principal rede de organizações LGBT do país até o final da década.

Cornejo (2018) se utiliza da teoria do processo político de Tarrow para pensar a ação coletiva dos movimentos LGBTI em El Salvador, utilizando-se de dois conceitos, capacidades organizativas e estrutura de oportunidades políticas, a fim de analisar por meio das dimensões interna e externa, respectivamente, como estes atores se utilizam de contextos favoráveis e conseguem elaborar novos repertórios de ação coletiva. De acordo com Tarrow (1997 *apud* CORNEJO, 2018) os coletivos sociais podem criar oportunidades políticas para si, entretanto também correm o risco de criar oportunidades para seus oponentes. Cornejo (2018) defende que o setor conservador ao agir e panfletar midiaticamente em favor das reformas constitucionais, termina estimulando a organização reativa por parte das organizações LGBT. Estas organizações, que até então agiam de forma descentralizada, terminam tomando essa oportunidade para articularem-se em uma rede reivindicativa pelos direitos das pessoas LGBT.

Contribuindo também para a formação dessa rede outras oportunidades políticas também devem ser citadas. Ao ser eleita em 2006 a primeira prefeita mulher da capital San Salvador, Violeta Menjívar, até então uma importante deputada aliada pela aprovação da Lei de HIV anteriormente citada, aprovou logo no início de seu mandato a Declaração sobre Direitos Humanos e Diversidade Sexual citando diretamente o reconhecimento do direito ao desenvolvimento econômico, político e social das pessoas lésbicas, gays, transgênero e bissexuais no município. Através do governo de Menjívar é aprovada também, em 2007, o dia 17 de maio como o Dia Municipal Contra a Discriminação por Orientação Sexual e Identidade de Gênero (CORNEJO, 2018)

Diante desta importante abertura promovida pela prefeitura de San Salvador, é elaborado um diagnóstico municipal para a construção de políticas públicas voltadas para as pessoas de orientação sexual e identidade de gênero dissidentes. As organizações políticas LGBT, muitas delas localizadas em San Salvador, se envolvem

diretamente com esse processo de diagnóstico junto ao governo municipal, produzindo informações e conhecimento sobre a situação dos direitos LGBTI na cidade e é a partir dessa iniciativa que surge um primeiro embrião de uma rede articulada de organizações LGBT em El Salvador, essa primeira tentativa de articulação política é denominada de Coordenadoria LGBT (ARÉVALO, 2016).

Cornejo (2018) destaca que essa primeira década do novo milênio é marcada pelo amadurecimento das parcerias internacionais e das capacidades organizativas dos grupos LGBTI no país. Arévalo (2016) acompanha o mesmo pensamento e reflete também sobre como este período é preponderante para o fortalecimento da articulação de novas identidades no circuito de organizações que tratam dos temas de identidade de gênero e sexualidade no país. É durante estes anos que muitas novas organizações vão tomar corpo em El Salvador, com destaque para novos coletivos de mulheres lésbicas e novas organizações, principalmente, de mulheres trans.

A Associação Entre Amigos teve um papel importante nesse contexto, pois termina abrigando os primeiros embriões, assim como formando as primeiras lideranças que viriam a constituir várias das novas organizações de mulheres lésbicas e pessoas transgênero.

Um exemplo disso foi a organização “Comunicando y Capacitando Mujeres Trans” (COMCAVIS Trans), que surge inicialmente como um grupo de apoio exclusivo para mulheres trans vivendo com HIV. O grupo contou com o apoio e recepção da Associação Entre Amigos para que pudesse abrigar as primeiras reuniões do grupo. Logo o grupo cresce, pois nota que seria necessário articular uma organização que não apenas prestasse apoio para pessoas trans convivendo com HIV, mas também incidisse sobre a conquista de direitos humanos para a população trans, iniciando assim seus trabalhos oficialmente no ano de 2008.

Muitas organizações também buscaram o reconhecimento jurídico, enquanto organizações políticas de interesse público ~~em El Salvador~~, sendo a primeira década dos anos 2000 em que esse debate gera algumas tensões e debates importantes. O caso da *Asociación para la Libertad Sexual el Nombre de la Rosa* talvez seja o mais emblemático nesse sentido. Tendo se originado em meados de 1997, dentro de um programa educativo da Fundasida, recebia o nome de Rosa em memória de uma jovem travesti assassinada em um ato de transfobia (ARÉVALO, 2016).

A Asociación el Nombre de La Rosa dá entrada, em 1999, ao processo de obtenção de uma pessoa jurídica porém, em 2001, esse pedido é oficialmente negado pela Dirección Geral de Registro de Associações e Fundações Sem Fins de Lucro, que baseou a negativa na Lei de Associações Sem Fim de Lucro a qual especificamente em seu artigo 3º estabelecia que as associações ou fundações em El Salvador não deveriam contrariar a ordem e os bons costumes (ARÉVALO, 2016).

Essa negativa é recebida com resistência pelo coletivo que, em 2004, aciona a Corte Suprema de Justiça (CSJ) em um processo argumentando que ao não reconhecer a pessoa jurídica da associação El Nombre de la Rosa, a Dirección Geral feria os direitos constitucionais de igualdade e livre associação. Este processo circula na CSJ até 2009, em um momento mais oportuno, no qual há uma mudança no quadro de oportunidades políticas – o novo governo de esquerda da FMLN, o surgimento da Dirección de Diversidade Sexual e, nesse contexto específico de reconhecimento jurídico os movimentos LGBT, também puderam contar com um aliado estratégico importante, Humberto Centeno Najarro, então Ministro da Governadoria e Desenvolvimento Territorial.

A essa altura, o coletivo que formava a associação El Nombre de la Rosa já havia mudado a estratégia diante da Dirección Geral de Registros, optando por se inscrever com o nome de *Asociación Salvadoreña para Impulsar el Desarrollo Humano (ASPIDH)*. Mesmo assim, o processo com o qual haviam entrado diante da CSJ causa a abertura de uma importante oportunidade política de reconhecimento jurídico das organizações que incidissem sobre questões de gênero e sexualidade em El Salvador e, a partir daí, obtendo sua resolução, emitida em 2009 por meio da sentença que ficou conhecida como *Sentencia del Nombre de la Rosa*. Esta reconheceu a inconstitucionalidade do ato de restringir o direito de reconhecimento jurídico a estas organizações por limitações morais relacionadas aos temas de orientação sexual e identidade de gênero (CORNEJO, 2018).

3.6 Aliança LGBT e Reforma Constitucional

Como citado anteriormente, durante o mandato legislativo 2003-2006 foi introduzida uma proposta de reforma constitucional especialmente voltada para os artigos 32, 33 e 34 da Constituição de El Salvador. A Constituição então vigente no

país, desde 1983, trata nesses respectivos artigos sobre os temas da família como base social e alvo de proteção pelo Estado, que deve garantir os meios para seu pleno desenvolvimento social, cultural e econômico; sobre a regulação das relações pessoais e patrimoniais entre os casais e filhos, estabelecendo instituições que apliquem seus direitos e, por último, regula os direitos de todas as pessoas menores de idade de viverem em ambientes familiares que permitam seu desenvolvimento, criando instituições que protejam a maternidade e a infância.

De acordo com o documento produzido pela Aliança pela Diversidade Sexual (2009), na redação destes artigos constitucionais não é definido o entendimento sobre matrimônio, entretanto existe a legislação secundária do Código da Família que já estabelecia o matrimônio como a união legal entre um homem e uma mulher. A tentativa de reforma teria como alvo limitar constitucionalmente o conceito de matrimônio assim como restringir a possibilidade de adoção por casais homossexuais.

Assim sendo, no artigo 32 a reforma propunha restringir a noção de matrimônio para homens e mulheres assim nascidos (sic.), apontando ainda que os casamentos entre pessoas do mesmo sexo realizados e reconhecidos pela lei de outros países não surtiriam efeito em El Salvador. No artigo 33 reitera a noção de que a lei regulará apenas as relações resultantes de uma relação de um homem e mulher ditos “assim nascidos”. Importante ressaltar que a noção de *assim nascidos* aponta um posicionamento explicitamente transfóbico, pois restringe o reconhecimento do gênero apenas pela demarcação da genitália e do sexo generificado no ato do nascimento.

Por último, no artigo 34, a reforma se contrapõe à noção já presente no texto de que toda criança tem o direito de viver em um ambiente que permitam seu pleno desenvolvimento pessoal e de criação de instituições de proteção da infância, entretanto adiciona uma cláusula que expressamente proíbe a adoção por casais do mesmo sexo (Alianza por la Diversidad Sexual, 2009).

Em sua primeira votação até 2006, em um momento em que, de acordo com Cornejo (2018), as capacidades organizativas das organizações LGBTI em El Salvador se encontravam descentralizadas, não havendo nenhuma articulação em rede de incidência política, mas sim um conjunto de organizações ascendentes que atuavam sobre suas agendas de trabalho específicas e separadamente. Com isso, a primeira votação e aprovação da reforma ocorre sem uma maior resistência e fora das vistas das organizações LGBTI do país.

O que ocorre, de acordo com Cornejo (2018) e sua análise baseada em Tarrow, é que um conjunto de fatores, oportunidades políticas e da própria conjuntura nacional e internacional contribuem para a complexidade desses eventos. Para o autor, os setores conservadores estavam amedrontados com os avanços internacionais no campo dos direitos políticos da população LGBTI. Documentos internacionais estavam sendo produzidos, uma onda de reconhecimento e avanço no debate sobre o matrimônio igualitário ocorria, principalmente nos países da Europa Ocidental. Uma reação do setor conservador se intensificou, em 2003, quando a advogada Mary Bonauto vence, diante do Tribunal Supremo de Massachusetts nos Estados Unidos, um processo em favor de um casal de gays, Lésbicas, e do reconhecimento do casamento de pessoas do mesmo sexo.

A ação conservadora não se deu apenas pela estratégia legislativa, mas também midiática, ocupando espaços nos canais de televisão e rádio e plataformas na internet com financiamento das principais lideranças do setor conservador do país (CORNEJO, 2018). Em 2006, a Igreja católica de El Salvador e a organização conservadora Red Família iniciam uma campanha de colheita de assinaturas a favor da reforma proposta por Rodolfo Parker (Alianza por la Diversidad Sexual, 2009).

Nesse sentido, Cornejo (2018) se utiliza da teoria das oportunidades políticas de Tarrow para analisar o quanto a radicalização de um setor cria oportunidades para que seu oponente também se mobilize. Em um contexto internacional em que as discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero obtém uma resposta reativa por parte dos setores fundamentalistas de El Salvador. Estes agem diretamente sobre a casa legislativa além de ampliarem uma campanha midiática a favor de seus interesses. Entretanto essa resposta radical do setor conservador aos avanços internacionais também gera, como reação, uma maior articulação e diálogo entre as organizações LGBTI de El Salvador, que rapidamente se aproveitam desta geração de oportunidades políticas e transformam a embrionária Coordenadoria LGBT, surgida no governo municipal de Violeta Menjívar, a Aliança pela Diversidade Sexual LGBT de El Salvador, até então a maior rede de articulações de organizações e líderes ativistas LGBT vista no país.

Em um dos diversos documentos da Aliança, que incluem posicionamentos políticos, propostas de intervenção nas políticas públicas, estratégias de ação política e incidência sobre instituições do Estado, afirma surgir justamente como uma resposta dos representantes de organizações de reivindicação dos direitos das pessoas LGBT

e ativistas independentes contra a reforma pretendida por Rodolfo Parker e o PDC. (ALIANÇA, 2009),

A Aliança se integra formalmente em abril de 2009, justamente quando está para ser aberto novamente o debate para votação da reforma em novo mandato legislativo. Nesse contexto, o debate se mostrava ainda mais acirrado, pois existia uma grande pressão por parte de diversos setores a essa altura: os partidos de direita como a ARENA, que tinha ainda muitos votos válidos na Assembleia Legislativa, sendo nesse contexto o segundo maior partido, estando atrás apenas da FMLN na quantidade de cadeiras ocupadas; o PDC e o Partido de Conciliação Nacional (PCN) se posicionaram a favor da reforma, a pressão externa também se dava pelos setores fundamentalistas. O Monsenhor Jose Luis Escobar, arcebispo de San Salvador, dando continuidade à campanha de recolhimento de assinaturas afirmou ter conseguido a assinatura de 200 mil pessoas, mesmo que não tenha alcançado um milhão de assinaturas pretendidas no início da petição. O Monsenhor afirmou representar a vontade de proteger os valores morais de pureza da família e do matrimônio (Aliança pela Diversidade Sexual, 2009). A Igreja Cristã Evangélica mobilizou grupos de pessoas para se agruparem em frente ao palácio legislativo para exercerem pressão sobre os deputados, líderes conservadores como, por exemplo, a ativista Regina de Cardenal, conhecida por liderar organizações antiaborto, se aliam as igrejas e exercem forte pressão também pela aprovação da reforma, afirmando representar a postura da maioria da população salvadorenha em sua visão cristã e conservadora. Por parte da imprensa, um grande jornal salvadorenho, El Diario de Hoy deu abertura para a colunista Kalena de Velado que escrevia sobre os casamentos de pessoas do mesmo sexo como algo imoral e não-natural.

Por outro lado, as capacidades organizativas das organizações LGBTI estavam amadurecidas e a Aliança LGBT passa a fazer pressão sobre o partido progressista FMLN, identificando dentro da lista de deputados eleitos pelo partido, alguns potenciais aliados. Na primeira votação em 2006, a reforma foi aprovada podendo contar ainda com alguns votos do partido de esquerda, mesmo que não tenha contado com os votos dos principais líderes “efelemenistas” e então deputados como Hugo Martínez, Shafick Handal, Salvador Sánchez e Salvador Arias.

Já na segunda votação, em abril de 2009, com a Aliança pela Diversidade Sexual já articulada, esta elabora uma outra proposta de redação para a reforma constitucional, buscando apoio na FMLN como articuladora desta nova redação dos

artigos 32, 33 e 34 pretendidos dentro da Assembleia Legislativa (CORNEJO, 2018). Nesta nova proposta a Aliança propõe uma ampliação do conceito de família e seu respectivo direito a proteção pelo Estado, abarcando casais do mesmo sexo, assim como adicionando o conceito de proteção à *paternidade* e infância, antes citado apenas como maternidade e infância (Aliança pela Diversidade Sexual, 2009).

Na reforma pretendida pela Aliança, os matrimônios entre pessoas do mesmo sexo, orientação sexual e identidade de gênero celebrados e reconhecidos em outros países gozariam dos mesmos direitos que os casamentos realizados em território nacional. Além disso, a proposta também delibera pela garantia da união civil conformada por pessoas do mesmo sexo, orientação sexual e identidade de gênero, desde que cumpram as condições estabelecidas em lei (Aliança pela Diversidade Sexual, 2009).

Diante dessa pressão exercida pela Aliança sobre a FMLN, neste novo período legislativo, o partido abandona a postura ambígua em relação à reforma conservadora proposta por Parker e passa a ter uma postura mais clara. Esta nova postura seria a de que quaisquer reformas constitucionais deveriam ser profundamente estudadas a fim de não gerarem discriminação e homofobia. Sem o apoio da FMLN, neste momento o partido ocupava mais cadeiras na casa, a reforma proposta pelo Deputado conservador Rodolfo Parker não é aprovada em sua segunda votação (Aliança pela Diversidade Sexual, 2009).

Após receber a proposta progressista de redação sugerida pela Aliança, a FMLN se inspira na mesma para criar sua própria redação e propô-la a Assembleia Legislativa. Com o início do novo período legislativo em maio de 2009, a proposta efemelenista é congelada por tempo indeterminado e na realidade não volta a ser posta para votação novamente (Aliança pela Diversidade Sexual, 2009). De acordo com o site oficial da Assembleia Legislativa de El Salvador (s.d.), outras duas tentativas de aprovar a reforma conservadora de Parker são feitas posteriormente nos anos de 2012 e 2015, entretanto estas também não são ratificadas.

4 GOVERNOS FMLN: UMA MUDANÇA FAVORÁVEL NO QUADRO DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS

Como já discutido anteriormente, uma importante mudança no quadro de oportunidades políticas ocorre a partir de junho de 2009 quando se inicia oficialmente o primeiro governo da FMLN em El Salvador, por meio da eleição de Mauricio Funes. Para além disso, as capacidades organizativas das organizativas dos coletivos LGBTI haviam alcançado, já nessa época, um novo grau de amadurecimento com organizações consolidadas e até mesmo uma articulação nacional representada pela Aliança pela Diversidade Sexual LGBT.

Em vários níveis, este era um momento bastante favorável às organizações LGBTI que passariam a articular ações coletivas, ainda mais organizadas e sofisticadas, acessando e pressionando o sistema político no intuito de ampliar a noção de direitos e cidadania e sua respectiva proteção pelo Estado, imputando as discussões sobre gênero e sexualidade em um sistema político que, até então, havia se mostrado bastante restrito a essas discussões.

A partir da teoria de Melucci da ação coletiva, particularmente seus conceitos de sistema político e demandas políticas podemos analisar criticamente ou pelo menos mensurar a capacidade e abertura do sistema político salvadorenho de lidar com as demandas trazidas pelos movimentos LGBTI nesse contexto. Como discutido anteriormente, para Melucci toda demanda política termina sendo transformada pelo sistema político de forma que a mesma possa ser absorvida por ele dentro de suas capacidades de amplitude/restrrição.

Nesse sentido, a teoria de Melucci, em conjunto com a teoria de Tarrow, nos ajuda a pensar que essas demandas políticas não são sempre as mesmas, mas também são construídas de acordo com a própria capacidade dos coletivos sociais de observarem a capacidade de absorção de suas demandas pelo sistema político. Nesse contexto, a conjuntura política e a presença de aliados influentes são importantíssimas; entretanto, a aptidão dos coletivos sociais de construir e fortalecer identidades coletivas que fortaleçam demandas capazes de pressionar o sistema político são fundamentais para potencializar as articulações com aliados influentes. É nesse ponto que a teoria das oportunidades políticas de Tarrow e a teoria

da ação/identidade coletiva de Melucci podem nos ajudar a discutir os movimentos LGBTI de El Salvador no contexto do governo da FMLN.

Naquele momento político do primeiro governo efemelenista no país, fortalece-se também a Aliança pela Diversidade Sexual. Em vários dos documentos publicados pela Aliança é citado que o coletivo surge não apenas como uma resposta à tentativa conservadora de restringir o conceito de matrimônio em El Salvador e proibir a adoção por casais do mesmo sexo, mas também surge como uma reivindicação pela urgência de ações reparadoras ao aumento dos crimes de ódio que a própria discussão legislativa e midiática havia causado sobre a população LGBTI no país, tornando-a ainda mais vulnerável.

A ação político-social da Aliança dedica-se sobretudo a responder de forma coerente, coesa e responsável, às agressões verbais e físicas e em geral à onda de homo/lesbo/transfobia, que tem sido provocada pela reforma pretendida; bem como informar nossa população (comunidade LGBT) sobre seus direitos e conscientizá-los. As vítimas dessa onda de ódio se veem afetadas pelas condições de vida da população LGBT, pois sofrem discriminação no acesso a serviços e, fundamentalmente, a negação de direitos estabelecidos para a sociedade como um todo – sejam eles de saúde, sociais ou jurídicos; e isso se reflete quando o maior número de vítimas fatais este ano foram parceiras trans que praticam trabalho sexual devido à falta de oportunidades de trabalho a que possam optar, bem como a rejeição que experimentam por parte de sua família nuclear, o que as coloca em uma posição indefesa e em um ambiente propício para sofrer agressões das pessoas que compõem grupos fundamentalistas e radicais (Aliança pela Diversidade Sexual, 2009. p. 03. Tradução Nossa³⁰).

Nota-se então que a Aliança pela Diversidade Sexual se manifesta como uma grande articulação nacional que consegue estabelecer um repertório de ação coletiva bastante contundente diante de um contexto favorável ao mesmo tempo que crítico. Nesse repertório a questão do combate à violência direta e institucional, sofrida pelas pessoas LGBTI, termina condensando um dos principais motivos pelos quais os

³⁰ Citação Original: El accionar político-social de La Alianza está dedicado en su mayoría a responder de forma coherente, cohesionada y responsable, a los ataques verbales, físicos y en general a la ola de homo/lesbo/trans fobia, que se ha sido provocada por la pretendida reforma; así como, informar a nuestra población (comunidad LGBT) de sus derechos y crear conocimiento de los mismos. Las víctimas de esa ola de odio se ven afectadas por las condiciones de vida de la población LGBT pues sufren la discriminación en el ámbito al acceso de servicios y fundamentalmente a la negación de derechos establecidos para la sociedad en su conjunto – sean estos de salud, sociales o legales-; y esto se refleja cuando el mayor número de víctimas mortales durante el presente año han sido compañeras Trans que ejercen el trabajo sexual por falta de oportunidades laborales a las que puedan optar, así como el rechazo que viven por parte de su familia nuclear, lo que las coloca en una indefensión propicia para sufrir los ataques de las personas que conforman grupos fundamentalistas y radicales (Alianza por la Diversidad Sexual, 2009. p. 03).

movimentos se articulam e se organizam. Vários dos primeiros documentos produzidos pela Aliança de Diversidade Sexual são estudos sobre os casos de extrema violência física, moral e institucional sofridas pelas pessoas dissidentes do sexo/gênero em El Salvador.

No primeiro estudo, identifica-se ainda um aumento significativo do número de vítimas fatais por violência por motivos de ódio a pessoas LGBTI no país sempre nos momentos em que as discussões midiáticas, sobre a reforma legislativa, estavam em alta. O documento identifica uma onda de violência como consequência direta da ação conservadora na Assembleia Legislativa e nos meios midiáticos e de imprensa (Aliança pela Diversidade Sexual, 2009).

Além disso, os documentos apontam uma evidente ineficácia das instituições pós-conflito armado, como a Polícia Nacional Civil (PCN) e a Procuradoria para Defesa dos Direitos Humanos (PDDH), em resolver, prevenir ou mesmo investigar os casos de violência perpetrados sobre a população LGBTI. É interessante trazer para a discussão que estas instituições, surgidas no contexto de promulgação dos Acordos de Paz, são instituições que nascem sob o bojo de uma gramática de direitos humanos, referenciando-se diretamente aos acordos internacionais de direitos humanos e ao compromisso destas instituições civis de cumprir com parâmetros que resguardecem e contemplem esses direitos.

Podemos acionar, aqui, o pensamento de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), no sentido de apontar como os movimentos LGBTI não apenas buscam o acesso a direitos já definidos, mas também uma ampliação necessária do significado de direito e do que conta como direitos, incluindo a criação de novos direitos e a afirmação de valores ou ideais como direitos.

Costurando estas ideias, sustentamos a visão de que os movimentos LGBTI em El Salvador conseguem, em um contexto favorável de oportunidades políticas e de amadurecimento das capacidades organizativas, mobilizar e criar um repertório de ação coletiva (TARROW, 1997) e transformar estes repertórios em demandas políticas, que pressionem o sistema político através, também, do fortalecimento de sua identidade coletiva (MELUCCI, 1996) a fim de ampliar as noções estabelecidas de direito, cidadania e participação política, reverberando em ações que provoquem

mudanças tanto nas políticas culturais como também na cultura política (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000).

Para Tarrow (1997), os repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais são construídos pelos movimentos sociais, tendo as lideranças destes movimentos um papel preponderante nesse processo, mas não apenas as lideranças como também a análise que os coletivos sociais fazem de uma determinada conjuntura de oportunidades políticas. Estes repertórios surgem através das demandas urgentes dos coletivos sociais, mas também podem ser baseados em outros repertórios já condensados em outros empreendimentos coletivos que já se manifestaram na história das lutas políticas.

No caso de um país como El Salvador, as estratégias políticas e conquistas de movimentos LGBTI em outros países servem como modelo de atuação e incidência política destes movimentos no sistema político de El Salvador. Estes repertórios não são tradicionais ou fixos, mas modulares e se adaptam à percepção do movimento da estrutura de oportunidades políticas.

As normativas internacionais de direitos humanos terminam sendo uma base importante para as reivindicações levantadas pela Aliança LGBT (2009) em El Salvador. Citando diretamente documentos como as plataformas de ação surgidas nas conferências internacionais sobre direitos humanos em Viena, 1993, sobre população em 1994 no Cairo, mulheres em 1995 em Pequim, assim como a Declaração sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero da ONU de 2008, a Declaração da Organização dos Estados Americanos (OEA) na Assembleia nº 37 sobre orientação sexual e identidade de gênero do Comitê Jurídico Interamericano, a resolução da 38ª Assembleia Geral da OEA sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero e por fim também os Princípios de Yogyakarta.

A Aliança pela Diversidade Sexual afirma ainda que nenhuma das declarações citadas, seja da ONU ou da OEA são assinadas e ratificadas por El Salvador, o que dificulta a ação dos movimentos que advogam pelos direitos da população LGBTI no país. As normativas internacionais são, em termos da teoria de Tarrow (1997), em alguma medida, uma condensação dos repertórios de ação coletiva e dos planos de incidência política dos diversos movimentos globais que enquadram as questões de gênero e sexualidade também como questões de deliberação política.

Para além disso, se pensamos junto com Melucci (1996), estes documentos produzidos em escala internacional também versam sobre algumas das principais demandas políticas dos coletivos LGBTI em El Salvador, como forma de pressionar o sistema político de tomada de decisões no país assim como apontar e denunciar a inabilidade desse sistema de lidar com as demandas dos movimentos que trazem os temas de gênero e sexualidade para a mesa de tomada de decisões. Quando a Aliança questiona o fato de El Salvador não ser signatário destas normativas internacionais, ela não indaga apenas as pessoas que ocupam esse sistema de tomada de decisões, mas reivindica uma ampliação dos próprios conceitos de direitos humanos, cidadania a própria cultura política salvadorenha.

Cabe fazermos, aqui, um adendo sobre como a gramática de direitos humanos e cidadania em El Salvador ganha, pelo menos, um novo status ou uma atenção diferenciada pelas instituições criadas a partir dos Acordos de Paz. Os movimentos e organizações políticas LGBTI no país estão atentas a isso e atuarão diretamente na cobrança por posicionamentos das instituições democráticas pós-conflito armado como a Procuradoria de Defesa dos Direitos Humanos, entre outras.

Assim, arriscamos dizer, de acordo com os documentos produzidos pela Aliança pela Diversidade Sexual (2009, 2010) que uma das principais demandas dos coletivos LGBTI em El Salvador é a de ampliar a gramática ascendente de direitos humanos no país pós-conflito armado para questões de gênero e sexualidade, reconhecendo as especificidades que estes temas trazem para a discussão no que se refere a transformar estas demandas em políticas públicas de combate à violência por discriminação de identidade de gênero e orientação sexual, pleno acesso a serviços de saúde, educação e trabalho digno sem restrições excludentes e que violentem a subjetividades destas populações, direito de imagem, honra e intimidade pessoal e a ampla proteção pelo Estado e suas respectivas instituições civis.

O governo do presidente Mauricio Funes se destacou pela criação de duas instâncias importantes para a pauta dos direitos LGBTI: a) a Direção de Diversidade Sexual, instância que funcionava dentro da também recém criada Secretaria de Inclusão Social e b) a Mesa Permanente sobre Direitos Humanos da População LGBTI, que curiosamente funcionava dentro de uma das instituições pós-conflito armado, a Procuradoria de Direitos Humanos.

Uma das primeiras ações do governo Funes, no dia 1º de junho de 2009 foi sancionar o Decreto Executivo nº 1 que lançou a Secretaria de Inclusão Social (SIS), comandada pela então primeira-dama de El Salvador a brasileira Vanda Pignato. A secretaria ficaria responsável por articular e dirigir ações e políticas governamentais no sentido de combater diversas formas de discriminação. Sendo Pignato uma influente aliada dos movimentos feministas e atenta para as questões de gênero e sexualidade, se reúne com os representantes dos movimentos LGBTI, incluindo representantes da Aliança pela Diversidade Sexual e, cerca de um ano depois do lançamento da SIS, seria sancionado no dia 12 de maio de 2010 o Decreto Executivo nº 56 (CORNEJO, 2018).

Tal decreto estipula medidas que proíbem todo e qualquer tipo de discriminação por razões de identidade de gênero e orientação sexual no âmbito da Administração Pública, para isso o decreto faculta justamente à SIS a função de assessorar, formar e orientar os demais órgãos do executivo no sentido de implementar essa política e evitar casos de discriminação. É a partir disso que é criada pela SIS a Direção de Diversidade Sexual que cumpre justamente a função de formar técnicos que orientem e monitorem os diversos setores da administração pública e seus respectivos funcionários na implementação do Decreto nº 56 (CORNEJO, 2018).

Outra iniciativa importante que destacaremos nesta análise será a criação da Mesa Permanente sobre Direitos Humanos da população LGBTI na Procuradoria de Direitos Humanos. Criada oficialmente no dia 17 de maio de 2012, de acordo com seu documento constituinte, tem como objetivos da mesa são analisar, discutir e diagnosticar a situação da população LGBTI, revisar os marcos legais e políticos, principalmente sobre temas como violência de gênero, violência sexual, HIV e qualquer tema de interesse da população LGBTI; implementar processos de sensibilização para funcionários do sistema de justiça para as questões específicas da população LGBTI, estabelecer as bases para a criação de uma lei de erradicação da discriminação da população LGBTI e promover a inclusão de propostas discutidas na mesa na formulação de políticas públicas. Todos estes objetivos devem sempre atender ao objetivo geral da mesa que é o de incidir para que a população LGBTI tenha pleno acesso ao gozo de seus direitos humanos (PDDH El Salvador, 2012).

Além da análise documental foram realizadas para esta pesquisa, foram entrevistados cinco ativistas que atuaram durante o período dos governos da FMLN.

As entrevistas oferecem um quadro crítico importante diante de uma disponibilidade rarefeita de dados sobre movimentos LGBTI em El Salvador. Foram entrevistados os ativistas Teodoro Espinoza³¹, homem cisgênero, homossexual e mestiço³²; Cristina Argueta, mulher cisgênera, lésbica e se identifica racialmente como latino-americana; Fausto Lopez; homem cisgênero e homossexual, preferiu não declarar identidade racial; Rodolfo Ramirez, homem cisgênero, pansexual e mestiço e também Henry Zelaya, homem cisgênero, homossexual e também se identificou racialmente como latino-americano.

As perguntas presentes no roteiro de entrevistas giraram em torno de suas trajetórias de militância política no ativismo LGBTI e do papel da Aliança pela Diversidade Sexual, enquanto coletivo da sociedade civil, e das duas principais instâncias estatais que durante o governo da FMLN em El Salvador protagonizaram o cenário de discussão, monitoramento e geração das políticas pública de gênero e sexualidade durante esta gestão a Direção de Diversidade Sexual da SIS e a Mesa Permanente LGBTI da Procuradoria de Direitos Humanos. Faremos uma análise destas três instituições a partir do conteúdo das entrevistas.

4.1 Da Aliança pela Diversidade Sexual até a Federação LGBTI de El Salvador.

Apesar de ter sido um esforço importante de articulação entre as organizações e ativistas LGBTI de El Salvador no início do governo FMLN e início do novo período legislativo 2009-2012, a Aliança pela Diversidade Sexual teve curta duração. De acordo com algumas das entrevistas, os esforços de manutenção da Aliança encerraram-se por volta do ano de 2012, não tendo durado muito além da pressão pela não aprovação da reforma constitucional conservadora.

³¹ Serão utilizados pseudônimos afim de manter o sigilo das informações pessoais dos entrevistados e entrevistadas. Os nomes escolhidos para os pseudônimos foram escolhidos aleatoriamente através de um banco de nomes online. Buscou-se por nomes e sobrenomes populares/comuns em El Salvador.

³² Aqui utilizamos a palavra *mestiço* como tradução do espanhol utilizado pelos entrevistados *mestizo*. É preciso considerar aqui que essa palavra nesse contexto diz respeito a como se dão as relações étnico-raciais e de auto identificação no contexto de El Salvador, que são diferentes de como estas se dão no Brasil.

De acordo com Cristina Argueta³³, diversas organizações compunham a Aliança, dentre elas ASPIDH, Associação Entre Amigos, Espacio Mujeres Lesbianas Salvadoreñas por la Diversidad (ESMULES), COMCAVIS Trans, Gay Sin Fronteras, ElSalvadorG Portal LGBTI, entre outras organizações e ativistas independentes. A Aliança representava a primeira tentativa de articulação de diversas organizações políticas e de seus interesses.

Se a partir daqui acionarmos Melucci (1996) e seu pensamento sobre identidade coletiva podemos aferir que um dos principais desafios ao se articular uma Aliança desse tipo seria o de formular uma identidade coletiva que desse sentido a ação articulada destas organizações. Sabendo que para Melucci, o desafio da identidade coletiva não se dá somente em uma percepção racional do ambiente restrições e oportunidades, mas sim deve-se sempre considerar o grau de investimento emocional dos indivíduos. No caso de El Salvador, mesmo diante de uma percepção favorável da eleição de um governo progressista e do objetivo compartilhado de combater o avanço conservador no setor legislativo, esta percepção do ambiente político não foi suficiente para a manutenção de um sentimento de identidade coletiva que impedisse a dissolução da Aliança LGBTI. O grau de investimento emocional foi atravessado por sentimentos de desconfiança e disputa de interesses neste primeiro momento, fator que se comprova em algumas das entrevistas.

É necessário ressaltar, que ao analisarmos estas questões desta forma, não estamos querendo apontar culpados pela dissolução da Aliança, mas sugerir algumas fragilidades no sentido coletivo que permeia as ações de determinado grupo. Esta fragilidade ocorre não apenas em El Salvador, mas arriscamos aferir que talvez seja um dos principais desafios dos movimentos LGBTI em diversos outros países, já que este é um movimento que se propõe aliar questões de diferentes coletividades, lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e travestis, intersexuais além de diversas outras identidades de gênero e expressões de sexualidade, sendo constantemente atravessados por discussões sobre raça, classe, orientação política, nacionalidade, território, entre outras diversas questões, que disputam significados políticos e marcos

³³ Entrevista com Cristina Argueta, 31/01/2022.

referenciais de ação coletiva, incidência política, reivindicação de direitos, prioridade discursiva e espaço e protagonismo político, social, econômico e financeiro.

Para Melucci, não basta para consolidação de uma identidade coletiva que se compartilhem interesse em comum, no caso da Aliança LGBTI de El Salvador ao frear o avanço conservador no âmbito legislativo e o de diminuir a incidência de violência direta para pessoas LGBTI, mas que os indivíduos consigam dar sentido a suas ações coletivas. De acordo com a entrevistada Cristina Argueta, houve o que arriscaremos chamar de tentativas de acordo coletivo para tomadas de decisões na Aliança.

“Tínhamos pactos, um pacto era que as decisões não são tomadas se as quatro identidades não estiverem presentes, se houver uma população lésbica gay trans e ativistas independentes, as decisões podem ser tomadas independentemente de quem sejam, mas foi mais do que tudo, o pedido de quórum era para identidades, não organizações. Por exemplo, na Procuradoria Geral da República, se todas as identidades estivessem na mesa, as reuniões começavam, senão, a gente esperava alguém chegar se houvesse necessidade de uma população trans, por exemplo, e só havia lésbicas e gays na mesa, aí a gente tinha que esperar até chegar uma pessoa trans para podermos começar a falar sobre o que quer que fosse que íamos conversar em uma reunião de trabalho” (Entrevista: Cristina Argueta, 31 jan. 2022)³⁴.

É interessante pensar a noção de *quórum de identidades* trazida pela entrevistada, já que nenhuma decisão oficial da Aliança poderia ser tomada sem a presença de uma das identidades reconhecidas. De fato, consta no relatório da primeira reunião da Mesa LGBTI da PDDH, instância que em alguma medida, de acordo com o entrevistado Teodoro Espinoza³⁵, assimila a Aliança LGBTI, tendo tido preferência pelo movimento justamente por ser uma instância autônoma em relação ao Executivo, realizada em 31 de maio de 2012 que o quórum necessário para tomada de decisões na mesa levava em conta a equidade e representação obrigatória de pessoas trans, lésbicas e gays.

Esses fatores demonstram como a questão das identidades dos diferentes segmentos do movimento geram tensões em um contexto como o da Aliança LGBTI,

³⁴ Transcrição Original: “Teníamos pactos, un pacto era no se toman decisiones si las cuatro identidades no están presentes, si hay población trans gay lesbiana y activistas independientes se pueden tomar decisiones independientemente quienes sean, pero era más que todo, la convocatoria el quórum era de identidades, no de organizaciones. Por ejemplo, en la Procuraduría, si estábamos todas las identidades en la mesa se iniciaban las reuniones, si no, pues esperábamos a que alguien llegará si hacía falta población trans, por ejemplo, y sólo habíamos lesbianas y gays en la mesa, pues nos teníamos que esperar hasta que llegara una persona trans para poder comenzar a hablar de lo que fuera que íbamos a hablar en una reunión de trabajo” (Entrevista: Cristina Argueta, 31 jan. 2022).

³⁵ Entrevista com Teodoro Espinoza, 06/01/2022.

que toma para si o desafio de amalgamar diversas outras identidades que também estão em disputa. Se pensarmos os efeitos disso, novamente junto com Melucci (1996), aferimos que esses processos de disputa são tensos justamente porque, mesmo que o processo emule uma negociação, estas identidades não são inteiramente negociáveis pois são atravessadas por sentimentos como dúvida, desconfiança, medo, presença ou ausência de sensação de pertencimento, de representatividade ou a falta deste etc.

Um dos sentimentos citados, em algumas das entrevistas, foi o de desconfiança por parte dos membros da Aliança em relação ao nível de aproximação e coalizão das organizações políticas com o governo e demais instâncias do executivo. Nesse sentido, Teodoro Espinoza cita:

“No ano de 2009 se cria o que se chama Aliança pela Diversidade Sexual. Mas isso não permanece, em 2012 a aliança se dissolveu como tal e é assimilado pela Mesa Permanente de Direitos LGBT na Procuradoria de Defesa dos Direitos Humanos e isso acontece porque a Diretoria de Diversidade Sexual e o então diretor queriam criar um Conselho Consultivo LGBT que reunisse organizações e representantes de instituições públicas para a tomada de decisões e o desenho de estratégias em relação aos direitos LGBT. Mas as organizações, mais uma vez, por desconfiança, afirmaram categoricamente que não queriam ser instrumento de nenhum governo, validar nenhum governo e que seu trabalho era de controladoria e que a única instituição que os representava nessa função de controladoria era a Procuradoria Geral de Defesa dos Direitos Humanos e a então Procuradora Luna criaram a mesa e criaram toda a área de diversidade sexual na Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos” (Entrevista: Teodoro Espinoza, 06 jan. , 2022).³⁶

O entrevistado cita esse sentimento de desconfiança por parte dos coletivos e grupos LGBTI e da própria Aliança pela Diversidade Sexual em relação ao governo, tendo sido reiterado por algumas organizações ativistas que o papel dos coletivos sociais era de fiscalização das políticas do Estado e não de validação.

³⁶ Transcrição Original: En el año 2009 si crean esta que se denomina la Alianza por la Diversidad Sexual. Pero que no trasciende, el año 2012 la alianza se disuelve como tal. Y es asimilada por la Mesa permanente de Derechos LGBT en la Procuraduría para la Defensa de Derechos Humanos y esto sucede porque desde la Dirección de Diversidad Sexual y la directora en ese momento se quería crear un Consejo Consultivo LGBT que aglutinará a las organizaciones y a representantes de instituciones públicas para la toma de decisiones y el diseño de estrategias en materia de derechos LGBT. Pero las organizaciones, una vez más, desde la desconfianza, plantearon categóricamente que no querían ser instrumento de ningún gobierno, para validar a ningún gobierno y que su labor era contralora y que la única institución que les representaba en esa función de contraloría era la Procuraduría para la Defensa de Derechos Humanos y el entonces Procurador Luna crea la mesa y crear todo el área de diversidad sexual en la Procuraduría para la defensa de Derechos Humanos (Entrevista: Teodoro Espinoza, 06 jan. 2022).

O ativista Henry Zelaya, ao ser perguntado sobre quais eram os objetivos da Aliança pela Diversidade Sexual, também sinaliza esse posicionamento de fiscalização das ações do executivo pelo coletivo, aferindo também sobre como estas discussões, sobre a como se dariam as relações da Aliança com o governo da FMLN, levaram a alguns rompimentos internos do grupo.

[La Alianza] nasceu com o objetivo principal de deter a reforma constitucional e depois disso, só neste ano a esquerda venceu pela primeira vez em El Salvador e em 2010, ou no ano seguinte... Uma pessoa muito específica da esquerda em El Salvador, a esposa do presidente, da primeira presidente da esquerda, a senhora Vanda Pignato, tem a decisão política e pessoal de defender as demandas da população LGBT e foi quando criou a Diretoria de Diversidade Sexual no Casa presidencial, criou o Decreto Executivo Presidencial 56 que buscava tentar evitar a homolesbotransfobia no trabalho do Estado. Então a Aliança procura começar a assessorar a presidência nessas questões, obviamente, como é uma coisa que vem de um partido, ocorreu um cisma e começaram as divisões na Aliança. Porque, obviamente, como sempre disse no movimento social LGBT, existem todas as arestas políticas e, dado que o Estado da Diversidade Sexual é o que viria para formar a Diretoria da Diversidade Sexual, alguns companheiros e companheiras não defendem a causa porque sentem que já foram traídos no passado, não pelo movimento, mas pelo Estado como tal e também sentem que o roteiro que se propõe a apresentar à futura Direção da Diversidade Sexual parecia à primeira vista. Em primeiro lugar, as demandas ou a agenda das companheiras trans e acho que são as primeiras a deixar a Aliança pela Diversidade. Lembro que tinha uma reunião, uma oficina em que íamos ordenar e categorizar quais seriam os passos que a Diretoria de Diversidade Sexual tinha que dar, que eles iam fazer. Ia ser um instrumento que a gente ia apresentar ao Estado, todos aqueles que estão na Aliança pela Diversidade e naquela primeira reunião um certo grupo de movimentos trans se autodenominaram que pegaram o microfone e disseram que estavam se retirando do esforço chamado Alliance for Sexual Diversity. Acho que isso acontece ao mesmo tempo em que o movimento trans na América Latina começa a se fortalecer e então eles sentem que precisam fazer seu próprio roteiro (Entrevista: Henry Zelaya, 18 de janeiro de 2022)³⁷.

³⁷ Transcrição Original: [La Alianza] nació con el principal objetivo de detener la reforma constitucional y luego de ello justo en este año gana por primera vez la izquierda en El Salvador y en 2010 o sea el año siguiente... Una persona bien específica de la izquierda en El Salvador, la esposa del presidente, del primer presidente de izquierda, la señora Vanda Pignato tiene la decisión política y personal de abanderar las exigencias de la población LGBT y es cuando crea la Dirección de Diversidad Sexual en la casa presidencial, crea el decreto Ejecutivo Presidencial 56 que buscaba procurar evitar la homolesbotransfobia en el quehacer del Estado. Entonces la Alianza busca pues comenzar a asesorar a la presidencia en estos temas, obviamente, al ser algo que viene de un partido ocurrió un cisma y comienzan las divisiones en la Alianza. Porque obviamente, como siempre he dicho en el movimiento social LGBT hay todas las aristas políticas y al estar siendo qué estado está la Dirección de Diversidad Sexual la que iba a venir a hacer la Dirección de Diversidad Sexual, algunos compañeros y compañeras no abanderan la causa porque sienten que ya se les ha traicionado en el pasado, no el movimiento, sino del Estado como tal y también sienten que la hoja de ruta que se está planteando para presentar a la futura Dirección de Diversidad Sexual en un principio parecía que no iba en primer lugar las exigencias o la agenda de las compañeras trans y ellas creo que son las primeras que se salen de la Alianza por la Diversidad. Recuerdo hubo una reunión, un taller en la que íbamos a ordenar y categorizar cuáles iban a ser los pasos que tenía que dar la Dirección de Diversidad Sexual, la que iban a hacer. Iba a ser un instrumento que íbamos a presentar al Estado todos los están en Alianza por la Diversidad y en esa primera reunión un grupo determinado de movimientos trans auto dicen se toman el micrófono y dice que se retiran del esfuerzo llamado Alianza por la Diversidad Sexual. Esto creo que

Diante desses rompimentos internos, arriscamos aferir que existia uma disputa, nos termos de Tarrow, pelo repertório de ação coletiva e seus respectivos significados políticos. Os diversos coletivos que outrora compunham a Aliança pela Diversidade Sexual tiveram dificuldade em entrar em um consenso sobre qual seria seu repertório de ação diante de um novo quadro de oportunidades políticas, mais ou menos, favorável a seus interesses. Esta instância coletiva é citada, ainda, diretamente no Documento Constituinte da Mesa LGBTI da PDDH e Teodoro Espinoza reitera, em sua entrevista, sobre como vence a disputa interna o lado favorável ao papel de fiscalização do executivo e sobre como a Aliança não apenas se dissolve, mas na verdade é assimilada pela Mesa LGBTI da PDDH.

Nesse contexto, é importante sinalizar justamente como a PDDH é uma instituição pós-conflito armado, ou seja, fundada pelos Acordos de Paz de Chapultepec, que, de acordo com seu site oficial (s.d.), possui caráter permanente e independente, pessoa jurídica própria e autonomia administrativa, funcionando como uma instância de poder alternativa ao executivo e cumprindo o papel de fiscalizar a promoção e manutenção dos direitos humanos em El Salvador.

Se aqui acionarmos a tese de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), de que os movimentos sociais buscam não apenas implementar políticas públicas ou garantir direitos, mas sim ampliar os significados políticos das próprias noções de direitos, cidadania e democracia, podemos entender perfeitamente o interesse da Aliança por uma instância como a PDDH, uma instância que, apesar de fazer parte da estrutura governamental, ascende no cenário salvadorenho como uma instituição responsável pela aplicabilidade da gramática dos direitos humanos na cultura política de El Salvador a partir da resolução do conflito armado.

Além disso, quando uma instância como a Aliança se funde com uma instituição como a Mesa LGBTI da PDDH, ela faz com que essa instância adote uma cultura política diferente. O quórum de identidades que permaneceu devendo ser alcançado para que as reuniões da Mesa pudessem começar, fato que consta em todas as atas de reunião da entidade, sendo sempre o primeiro parágrafo das atas aquele que fala

sucede al mismo tiempo que el movimiento trans en Latinoamérica comienza a fortalecerse con y entonces ella sienten que tienen que hacer ellos, ellas y ellas su propia hoja de ruta (Entrevista: Henry Zelaya, 18 jan. 2022).

sobre a verificação da presença de representação garantida de identidades trans, lésbicas e gays.

O quórum de identidades representa, nesse contexto, a adoção de uma política cultural, reivindicada pelo movimento sobre uma dinâmica de deliberação que considere elementos como a representatividade e representação política, o lugar social do sujeito que reivindica uma demanda e da própria identidade coletiva deste sujeito. Essa é uma política cultural que já se fazia no coletivo social, como uma prática da Aliança LGBTI que termina tendo efeito na cultura política de uma instituição governamental como a PDDH.

De fato, a Aliança LGBTI de El Salvador tem uma vida curta, entretanto pode-se dizer que na verdade ela se transforma. A Aliança de 2009 que passa a ser assimilada pela Mesa LGBTI em meados de 2011 mais tarde tornar-se a *Federación Salvadoreña LGBTI* (FESLGBTI), que é criada na passagem de 2016 para 2017. Esse processo não é linear e na verdade representa um conjunto de rompimentos internos, custando a saída de algumas das organizações membro da antiga aliança e a entrada de outros grupos.

Essa questão é citada em várias das entrevistas realizadas, denotando diferentes perspectivas. Um dos entrevistados compartilha sobre o sentimento que havia entre 2016 e 2017 de que haveria mudanças no cenário macropolítico salvadorenho, algo que de fato ocorreria dois anos depois com a eleição Nayib Bukele do Nuevas Ideas, um partido político de direita fundado em 2017 e que já consegue eleger o presidente na primeira eleição que participa em 2019.

Nesse mesmo contexto, de acordo com Cornejo (2018) surgiu uma oportunidade política importante. Uma agência de advogados estadunidense lança um fundo de financiamento para projetos voltados ao desenvolvimento de atividades de incidência política para diversos setores no continente americano. O projeto visava criar uma articulação entre organizações LGBTI para que estas pudessem criar um plano estratégico de ação política unificada. Esse projeto foi estratégico para o surgimento da *Federación Salvadoreña LGBTI* (FESLGBTI).

Na época, o principal interesse das organizações, que iriam compor a Federação, se mantinha sob a crença de que uma entidade unificada não apenas

obteria uma maior incidência política como também se projetaria melhor para o cenário da cooperação internacional (CORNEJO, 2018).

O projeto consistiu na construção de um plano estratégico para a incidência política do setor LGBTIQ, foi realizado em um processo de dois dias, onde foram convocadas organizações e onde se juntaram novas organizações com líderes universitários de diferentes ideologias políticas: entre eles LGBTI+ UES (Iniciativa de estudantes da Universidade de El Salvador), AMATE (formada por profissionais formados pela Universidade de El Salvador), ambos com forte ideologia de esquerda, e o Coletivo Normal (formado por profissionais e universitários alunos de instituições como UCA, ESEN, Universidade Matías Delgado e Colégio Mónica Herrera), alguns de seus membros haviam pertencido ao setor juvenil do partido ARENA (CORNEJO, 2018. p. 112. Tradução Nossa³⁸).

O projeto alcança sucesso, obtendo como resultado justamente o surgimento da Federação LGBTI. Uma das entrevistas também cita o papel importante da DDS-SI no surgimento da FESLGBTI. O apoio da iniciativa se deu de várias formas, desde a criação de coordenações da Federação, com apoio técnico e abertura da Direção. Coordenações estas que funcionaram como espaços de diálogo sobre diversos temas, como direitos eleitorais, saúde, consultas e criação de ferramentas de medição de instituições públicas. A partir destas coordenações é criado o Índice de Inclusão Institucional LGBTI, que é focado na avaliação da implementação do Decreto Nº 56.

É também por meio da DDS-SI que se consegue realizar um intercâmbio entre a FESLGBTI e a Federação Argentina LGBTI. Este intercâmbio foi realizado por meio da comunicação do diretor de diversidade sexual de El Salvador, Edgardo Cruz Torres, com Diego Borisonik que ocupava o cargo similar da Direção de Diversidade Sexual do governo argentino (CORNEJO, 2018).

O processo de constituição da Federação gera, no entanto, algumas tensões que mais uma vez revelam uma questão que gira em torno dos diferentes repertórios de ação política como assim analisamos em termos da teoria de Tarrow (1997). Ocorre

³⁸ Citação Original: El proyecto consistió en construir un plan estratégico para la incidencia política del sector LGBTIQ, se realizó en un proceso de dos días, donde se convocó a las organizaciones y donde se sumaron organizaciones nuevas con liderazgos universitarios de diferentes ideologías políticas: “entre ellas LGBTI+ UES (Iniciativa de estudiantes de la Universidad de El Salvador), AMATE (conformada por profesionales graduados de la Universidad de El Salvador), ambas de estas con una marcada ideología de izquierda, y el Colectivo Normal (Conformado por profesionales y estudiantes universitarios de instituciones como la UCA, ESEN, Universidad Matías Delgado y la Escuela Mónica Herrera), algunos de sus miembros habían pertenecido al sector de la juventud del partido ARENA” (CORNEJO, 2018. p. 112).

que muitas organizações optam por ficar de fora da iniciativa da Federação, revelando um conjunto de disputas internas que tornam esse debate complexo.

Após a conturbada dissolução da Aliança LGBT e o surgimento do projeto financiado pela organização de advogados americanos é feita a convocação, anteriormente citada, na qual diversas organizações, incluindo coletivos de estudantes das universidades salvadorenhas e outras organizações de diferentes orientações macropolíticas, que juntas discutem sobre quais instrumentos políticos deveriam ser desenvolvidos para uma maior incidência política dos coletivos LGBTI em El Salvador. Nesse contexto, uma das questões que se fez mais forte foi a ideia da consolidação de uma entidade, que viria a ser mais tarde a FESLGBTI. Para alguns dos principais líderes dos coletivos, como Bessy Ríos, diretora da organização De la Mano Contigo e irmã do então diretor de diversidade sexual Edgardo Torres, uma entidade se fazia necessário não apenas pela questão da incidência política, mas também para que se alcançasse uma melhor projeção diante da cooperação internacional (CORNEJO, 2018).

Esse processo, no entanto, não foi homogêneo e algumas contradições terminam por gerar um afastamento político de alguns coletivos que optam por não se articular com a FESLGBTI. Alguns interesses e repertórios de ação política terminam entrando em conflito diante do fato de que para que a Federação pudesse alcançar a projeção para cooperação financeira internacional almejada pelos principais líderes que cunhavam essa estratégia, era necessário instituir algumas regras que se tornaram polêmicas e pontos de tensão interessantes. Uma das primeiras regras estabelecidas era que a Federação não aceitaria mais a afiliação de ativistas independentes, estabelecendo que somente organização não-governamentais (ONGs), assim estabelecidas, poderiam se afiliar ao projeto. *“Uno de sus estatutos. Que me parece un Instituto un poco caprichoso, pero dice que no puede formar parte de la Federación una entidad que no sea una ONG en mi caso que no soy ONG pues me dejan fuera”*, diz Henry Zelaya, ativista independente entrevistado.

Diante destes conflitos sobre em volta do repertório de ação coletiva da FESLGBTI podemos debater através de Melucci (2000) quais tipos de movimentos LGBTI existem em El Salvador. Como já citado anteriormente, para este autor existem os movimentos reivindicatórios, os movimentos políticos e os movimentos antagonistas. O momento do surgimento da Federação LGBTI de El Salvador é

fundamental para entender essa disputa de protagonismo entre diferentes repertórios de ação coletiva e como diferentes tipos de organismos políticos disputam os significados e os mecanismos políticos mais eficazes diante das questões de gênero, sexualidade, cidadania e direitos humanos no país.

No relato de Rodolfo Ramirez, membro de uma organização formada principalmente por estudantes e acadêmicos estudiosos da memória histórica da incidência LGBTI em El Salvador. Por exemplo, ocorre uma reflexão sobre os diferentes interesses e repertórios de ação dos diferentes coletivos e organizações políticas LGBTI no país.

“É muito importante mencionar também o movimento e o movimento LGBT, ao contrário de outros movimentos sociais que surgiram na era neoliberal e que este foi marcado em grande parte pelo neoliberalismo ideológico, mas também materialmente pela cooperação internacional. Então, em grande parte a cooperação internacional às vezes delimita o nosso campo de atuação porque muitas pessoas em organizações que são praticamente ONGs veem que só podem se movimentar quando tem orçamento envolvido e se não tem orçamento, então não tem ação coletiva, alguma coisa que pessoalmente na minha organização a grande maioria de nós vem de organizações estudantis e bem, não sei se você estava em uma universidade pública, mas se não acho que você entenderá perfeitamente o que é fazer parte de uma organização estudantil. E é porque tem “orçamento zero” e tem muita ação coletiva. Tão pouco, essa foi a nossa concepção. Quando minha organização começou a se consolidar, era assim, sim, tem um orçamento ótimo, mas se não tiver, a gente também pode fazer ações de advocacy. E além disso, a nossa perspectiva sempre foi mais de esquerda, sem que isso implicasse que éramos um, um braço, um apêndice da FMLN, hein, mas com uma perspectiva de classe, uma consciência de classe e uma consciência de que existe um sistema chamado capitalismo heteropatriarcal, que é aquele que condiciona nossas realidades nos protestos e que enquanto não apostarmos em mudá-lo completamente, então não vamos sair de tudo que temos feito, de tudo que temos sofrido, sobrevivendo”. (Entrevista: Rodolfo Ramirez, 23 de janeiro de 2022)³⁹.

³⁹ Transcrição Original: “Eso es muy importante mencionarlo también el movimiento LGBT y en movimiento, a diferencia de otros movimientos sociales que surgió en la época neoliberal y que ésta ha sido marcada en buena medida por ideológicamente el neoliberalismo, pero también materialmente por la cooperación internacional. Entonces, en buena medida de la cooperación internacional a veces delimita nuestro campo de acción porque mucha gente en las organizaciones que son prácticamente ONGs ven que sólo se pueden mover cuando hay presupuesto de por medio y si no hay presupuesto, pues no hay acción colectiva, algo que personalmente en mi organización la gran mayoría venimos de organizaciones estudiantiles y bueno, no sé si estuvieras en una Universidad pública, pero si no creo que entenderás a la perfección qué es ser parte de una organización estudiantil. Y es porque hay “cero presupuesto” y hay mucha acción colectiva. Entonces un poco, esa era nuestra concepción. Cuando mi organización se empezó a consolidar, era como bueno, sí hay presupuesto genial, pero si no lo hay, también podemos hacer acciones de incidencia. Y además, nuestra perspectiva siempre fue más, desde la izquierda, sin que eso implicará que nosotros fuéramos una, un brazo un apéndice del FMLN, eh, pero sí con una perspectiva de clase, una conciencia de clase y una conciencia de que existe un sistema llamado capitalismo heteropatriarcal, que es el que condiciona nuestras realidades en las protestas y que en tanto que nosotros no le apostemos a cambiarlo a por completo entonces no vamos a salir de todo lo que hemos venido haciendo todo lo que hemos venido sufriendo, sobreviviendo.” (Entrevista: Rodolfo Ramirez, 23 jan. 2022).

Analizando a fala de Rodolfo conseguimos identificar que o *modus operandi* das diferentes organizações políticas que foram convocadas para participar das reuniões que resultariam na FESLGBTI revelaram que alguns repertórios e marcos de ação coletiva se contradiriam nesse processo. Questões como a radicalidade do posicionamento das diversas organizações em relação ao capitalismo global, orientação política entre direita e esquerda, interesse por cooperação financeira para execução de projetos sociais ou ações de incidência voluntárias e protagonismo das diferentes agendas políticas são questões que influenciam diretamente sobre o desejo de participação ou não dos coletivos sociais no esforço da Federação LGBTI.

A organização, da qual Rodolfo faz parte, traz um contraponto interessante nesse contexto. Em primeira instância conseguimos sondar através, do relato do ativista, que esta é uma organização que se posiciona criticamente em relação ao capitalismo neoliberal, alinhando-se com ideais de esquerda, ainda que não estando associadas ao partido da FMLN, principal partido de esquerda salvadoreño, a organização que tem um claro posicionamento anticapitalista em seu repertório político de ação coletiva. Além disso, por ser uma organização fortemente influenciada pelo caráter estudantil e acadêmico, o relato de Rodolfo reflete essa influência do movimento estudantil, reconhecido por seu amplo repertório de ação coletiva e incidência política sem necessariamente estar associado a cooperação financeira internacional.

A crítica de Rodolfo pode ser discutida através do processo que ocorre principalmente a partir da década de 1990, quando muitos dos ativismos locais, principalmente em territórios como o da América Latina, passam a se reconhecer como ONGs, constituindo organizações políticas fortemente interessadas pelos sistemas de cooperação internacional e financiamento para o desenvolvimento. Este processo é historicamente influenciado pelo fim da Guerra Fria, pela ascensão de políticas econômicas globais como o Consenso de Washington e o surgimento de plataformas internacionais para o desenvolvimento sociais, que vão surgindo através das grandes conferências das Nações Unidas da década de 1990, reconhecida como a década das conferências (DONATO, 2012). Em El Salvador, esse processo global ocorre justamente quando do fim de seu conflito armado, sendo nessa década que surgem as primeiras organizações LGBTI do país como já anteriormente discutido.

Essa discussão trazida por Rodolfo sobre o processo de primazia das ONGs também é analisada criticamente por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000):

Em particular, a crescente predominância das ONGs nos movimentos latino-americanos e sua relação complexa com movimentos de base local, de um lado, e de outro com agências bilaterais, multilaterais e privadas, fundações e ONGs transnacionais com base na América do Norte, são também assinaladas como questões políticas e teóricas especialmente complicadas para os movimentos da região atualmente. Lins Ribeiro destaca que 'as ONGs podem ser de fato um sujeito político efetivo fragmentado, descentrado em um mundo pós-moderno, mas o custo da flexibilidade, do pragmatismo e da fragmentação pode ser muito bem o reformismo – sua capacidade de promover mudanças radicais pode enfraquecer' (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000. p. 39).

Ao problematizar este tipo de repertório político que enxerga na cooperação financeira internacional o seu principal pressuposto de ação coletiva, arriscamos aferir que Rodolfo se posiciona de forma a questionar os limites impostos por esse tipo de ativismo, principalmente ao que se refere às questões como orientação política em relação ao sistema global capitalista e alianças com outros movimentos sociais.

Outra questão forte em seu relato refere-se ao próprio tipo de movimento social que existe em El Salvador. Para Rodolfo, essa estratégia limitada pela questão das ONGs e da cooperação internacional termina tornando o movimento muito mais um movimento reivindicatório, que em seus termos não seria um movimento social.

Para que isso (a FESLGBTI) sirva de instrumento político, é preciso que ela se envolva com o restante do movimento social, porque isso foi algo que sempre reivindicamos, não podemos realizar nossas lutas apenas como população LGBT e não podemos... Precisamos ter o resto do movimento social e popular do nosso lado e na medida em que tivermos, então vamos fazer a correlação porque a correlação não é dentro da assembleia, a correlação para nós está socialmente nas ruas, nas comunidades, nas consciências das pessoas e quando isso é conseguido então vem a assembleia. Mas infelizmente isso não foi compartilhado da mesma forma por outras organizações do movimento LGBTI, por isso às vezes diferenciamos o movimento de protesto LGBTI do movimento social, porque ainda não existe, talvez o mínimo de coesão que deveria ter. ser considerado um movimento social. Às vezes o que há é mais uma questão de pactos, mas muito específico, assim como: vamos sair de um ponto comum para a marcha, vamos fazer uma conferência conjunta, mas não há um programa político como um movimento. Bom, esse plano estratégico que eu falei pra vocês que na época a gente criou pra fazer aquele final de período e nunca foi seguido, as pessoas não sabiam disso, etc., então ou não respeitavam se soubessem isso... Porque cada organização sempre pensou, bom, se eu dissesse que sou federado, que na realidade se eu não concordar com uma coisa que eu posso fazer, está feito, eu posso fazer o que eu quiser, é uma coisa que a gente não entendia assim, porque isso não é uma Federação, é assim que a gente senta pra conversar, tipo uma mesa de diálogo no máximo,

mas uma Federação não... Isso é uma coisa que a gente sempre insiste, olha, federar significa abrir mão de uma parte de nossa autonomia em nome de algo maior. O nome de algo pelo qual se acredita. Mas, como eu já ia dizendo, acho que em parte talvez por essa falta de formação política que as outras organizações não tiveram, os dirigentes que estavam nas outras organizações, também por interesses econômicos, interesses pessoais, liderança, etc. de outras lideranças, a Federação também não poderia ser consolidada do nosso ponto de vista. (Entrevista: Rodolfo Ramirez, 23 de janeiro de 2022)⁴⁰.

Ousamos indicar que a definição de movimento social de Rodolfo Ramirez se aproxima do que Melucci (2001), quando nomeia de movimentos antagonistas, que são aqueles movimentos que buscam subverter o modo de produção e reprodução social, em sua própria fala diferenciando estes movimentos dos movimentos reivindicatórios que são aqueles que tem como objetivo apenas de reformar as normas e os recursos políticos públicos. Para o entrevistado, por focar apenas na incidência em ambientes do sistema de decisões políticas, como por exemplo, a Assembleia Legislativa, o movimento perde sua capacidade de criar alianças mais consolidadas e capazes de modificar a cultura política da sociedade salvadorenha em relação aos temas de gênero e sexualidade.

O argumento de Rodolfo centra-se em torno da questão da aliança dos coletivos LGBTI com outros movimentos sociais, além de apontar uma falta de

⁴⁰ Transcrição Original: Para que esto (la FESLGBTI) sirva como instrumento político, es necesario que se involucre con el resto del movimiento social, porque eso era algo que nosotros siempre hemos reivindicado no podemos lograr nuestras luchas sólo como población LGBT y no podemos... Necesitamos tener al resto del movimiento social y popular de nuestro lado y en la medida que lo tengamos, entonces vamos a crear la correlación porque la correlación no es dentro de la asamblea, la correlación para nosotros sea socialmente en las calles, en las comunidades, en las conciencias de la gente y cuando se logra eso luego entonces la asamblea viene por añadidura. Pero lastimosamente esto no era compartido de la misma manera por otras organizaciones del movimiento LGBTI por eso es por lo que a veces nosotros hacemos la diferenciación entre movimiento reivindicativo LGBTI y movimiento social, porque todavía no existe, tal vez la cohesión mínima que debería de tener para ser considerado del todo un movimiento social. A veces lo que hay es como una cuestión más como de pactos, pero bien puntuales, así como: Vamos a salir de un punto en común para la marcha, vamos a hacer una conferencia conjunta, pero no existe un programa político como movimiento. Bueno, este plan estratégico que te comenté que en su momento creamos hacer ese término del periodo y nunca se dio seguimiento, la gente no lo conocía, etcétera, entonces o no lo respetaba si lo conocía... Porque cada organización siempre pensó, bueno, si yo dije que estoy federado, que en realidad si no estoy de acuerdo con algo puedo hacer, se hace, puedo hacer lo que yo quiera, es algo que nosotros no entendíamos de esa manera, porque eso no es una Federación, eso es como sentémonos a hablar, como en una mesa de dialogo a lo mucho, pero no una Federación... Esto es algo que siempre insistimos, miren federarse significa ceder una parte de nuestra autonomía el nombre de algo más grande. El nombre de algo que por lo que uno cree. Pero, como ya decía, creo que tal vez en parte por tema de esta falta de formación política que no habían tenido las otras organizaciones, los liderazgos que estaban en las otras organizaciones, también por intereses económicos, por intereses personales, de protagonismo, etcétera de otros liderazgos tampoco se pudo consolidar la Federación desde nuestro punto de vista. (Entrevista: Rodolfo Ramirez, 23 jan. 2022).

coerência no repertório de ação coletiva destes coletivos, que surgem por uma dificuldade de coesão de marcos referenciais e redes de articulação política, problema que dificultou a ação coletiva conjunta destes movimentos tanto na experiência da Aliança pela Diversidade Sexual LGBTI quanto na tentativa posterior da Federação Salvadorenha LGBTI. Rodolfo sinaliza que existem situações pontuais como a Marcha LGBTI e algumas conferências em que os diversos coletivos consigam acertar alguns pactos políticos, mas que não existiria um programa político consolidado de um movimento.

Concordaremos em parte com este posicionamento no sentido de que não entendemos movimento social apenas a partir do estabelecimento de um marco de ação coletiva coerente e consolidado, especialmente no que se refere aos coletivos LGBTI, que supostamente integram um conjunto de identidades diferentes, com interesses, lugares políticos e repertórios de ação coletiva diversos e que precisam superar diversas questões, entre disputas internas de poder e protagonismo político e distribuição desigual de oportunidades políticas para diferentes grupos sociais para o estabelecimento de alianças consolidadas.

No sentido dado por Tarrow (*apud* GOHN, 2014) as oportunidades políticas, os repertórios de ação coletiva, as redes e os marcos referenciais são preponderantes para a definição de um movimento social pois ajudam a entender a vulnerabilidade política dos opositores e a receptividade das demandas de um determinado sistema político. Nesse sentido, podemos aferir que existe sim um esforço coletivo em El Salvador, no que se refere a um movimento social LGBTI que conseguiu em momentos em que oportunidades ou restrições políticas surgiram, como foi o caso da reforma constitucional proposta pelo setor conservador que a Aliança LGBTI conseguiu barrar.

Se acionarmos também a definição proposta por Melucci (1996), este mesmo esforço coletivo, mesmo que frágil, ainda consegue invocar a solidariedade enquanto um sentimento de partilha social e objetivos políticos comuns, um conflito também é manifestado já que a questão do preconceito social, conservadorismo político, violência por questões de gênero e sexualidade, restrição ao acesso de direitos como educação, saúde, imagem e dignidade humana é um conflito social que se manifesta através das ações de reivindicação e incidência política dos diversos coletivos LGBTI de El Salvador. Estes movimentos, como preferiremos nos referir no plural a partir de

agora, também vinculam uma quebra nos limites de compatibilidade do sistema onde a ação tem lugar, pois necessariamente tensionam os limites deste sistema de tomadas de decisões políticas e sua capacidade de absorver as demandas políticas destes movimentos.

Ainda dentro da definição de Melucci (1996) dos movimentos sociais, de fato, arriscaremos aferir que os movimentos sociais em El Salvador, assim como o movimento LGBTI, têm caráter outrora reivindicatório ou político, ou pelo menos estes movimentos/coletivos exercem uma maior influência no jogo político do país do que qualquer outro que se coloque de forma antagonista.

Os diversos coletivos políticos que discutem gênero e sexualidade no país, estão dedicando esforços voltados para a mudança das normas, leis e políticas públicas, reivindicando uma ampliação na gramática de direitos que atendam às especificidades das populações de dissidentes sexuais e de gênero. Estes grupos organizados também buscam ampliar o status da representação política, criando espaços de participação, diálogo e incidência por políticas públicas voltadas para diferentes temas, sendo o combate à violência LGBTI, acesso a serviços de saúde, educação, trabalho, imagem e dignidade. Estas são as questões que mais aparecem em seus discursos, documentos e posicionamentos políticos.

Mesmo que alianças políticas sejam difíceis e, talvez como discutido por Butler (2019), nos desafiem a compreender a insuficiência das ontologias identitárias para pensar o problema das alianças, ou seja, a identidade compartilhada entre os grupos termina sendo um indicativo que não dá conta de compreender a problemática das alianças. Esse mesmo problema é também indicado por Melucci (1996) ao abordar a insuficiência do conceito de identidade para dar conta da análise das ações coletivas. Mesmo que estejamos lidando com um movimento como o LGBTI, em que a identidade parece ser uma das questões mais caras de seu repertório de ação coletiva, é importante problematizar ainda a insuficiência desse conceito ao pensar alianças tão complexas em que questões como classe, território, raça, orientação e radicalidade política, desejo, protagonismo, poder, lugar social e uma infinidade de questões se colocam como pesos importantes na hora de formar alianças que não se consolidam em torno apenas da identidade ou de objetivos compartilhados.

No caso de El Salvador, oportunidades em que surgiram aliados influentes, como Vanda Pignato, e oportunidades em que opositores, como os setores conservadores em um governo e assembleia legislativa progressista dominante também foram importantes para o fortalecimento do que arriscaremos chamar da construção de um primeiro repertório modular de ação coletiva dos movimentos LGBTI em El Salvador. Esse repertório é modular, como cunhado por Tarrow, alterando-se diante do ambiente de oportunidades políticas, mas que mesmo assim já consegue construir alguns marcos referenciais comuns como a erradicação da violência fatal por razões de gênero e sexualidade em uma sociedade profundamente violenta como El Salvador; a questão do amplo acesso a saúde como direito, algo que tem sido discutida com mais ênfase pelo menos desde o Acordo Ministerial 202 do Ministério da Saúde de El Salvador (2009) que estabelece a erradicação da discriminação sexual e de gênero nos serviços de saúde no país, o combate a influência política por parte de instituições religiosas e a reivindicação constitucional de El Salvador como um Estado laico; o combate à cobertura midiática pejorativa que prejudicam o direito a imagem e dignidade humana das pessoas LGBTI; a ampliação da participação a representação política LGBTI nos espaços de deliberação e tomada de decisões e fiscalização e garantia da amplitude dos direitos humanos destas populações.

Estes temas aparecem diversas vezes nos discursos, documentos oficiais, posicionamentos políticos, atas de reunião da Mesa LGBTI da PDDH, parecendo questões urgentes que constituem, diante deste quadro de oportunidades e restrições políticas, um conjunto de marcos referenciais de ação coletiva que, mesmo diante das dificuldades de manutenção de alianças políticas entre os movimentos/coletivos no país, já constituem um repertório modular de incidência política, não apenas pelos temas, mas principalmente também pelo *modus operandi* destes movimentos: a participação na Mesa LGBTI, o quórum de identidades e a busca por tomadas de decisões representativas, a Marcha Anual LGBTI no centro de San Salvador, a incidência política em espaços como Assembleia Legislativa, o posicionamento de que os movimento sociais devem fiscalizar as ações governamentais, a busca por parcerias de cooperação internacional, a reivindicação pelo reconhecimento jurídico das organizações, os oponentes em comum encontrados nos setores religiosos, fundamentalistas e conservadores, a formação política, a construção de textos coletivos, propostas de redação de leis e políticas públicas são todos marcos políticos

que constituem um conjunto de referenciais importantes dos movimentos/coletivos LGBTI em El Salvador.

4.2 Direção de Diversidade Sexual

Como já discutido anteriormente, a Direção de Diversidade Sexual surge em 2010 através do Decreto Executivo Nº 56 (EL SALVADOR, 2010) fazendo parte da Secretaria de Inclusão Social, presidida pela então primeira-dama Vanda Pignato. Vanda se tornaria uma das principais aliadas estratégicas dos movimentos LGBTI em El Salvador durante o primeiro governo da FMLN. Forte aliada também do movimento feminista, a gestão de Vanda na SIS é marcada, principalmente, pelo surgimento do programa *Ciudad Mujer*, focado no oferecimento de serviços de atenção integral às mulheres, principalmente nos temas de saúde reprodutiva, empoderamento econômico e combate à violência de gênero (CORNEJO, 2018).

A abertura de Vanda Pignato, enquanto ativista feminista, para os temas relacionados a gênero e sexualidade, foi de grande importância para que por meio da pressão dos movimentos sociais e coletivos organizados, fosse criado um órgão que prestasse atenção especial as populações LGBTI no país. Assim, surge a DDS. Uma das primeiras questões levantadas a partir do surgimento dessa instituição foi, quem deveria ocupar o cargo de Diretor ou Diretora de Diversidade Sexual. A SIS exigia que fosse escolhida uma pessoa com formação acadêmica e experiência em políticas públicas, não necessariamente pensando questões como identidade e representatividade. Ao mesmo tempo, a principal exigência dos movimentos sociais era justamente que fosse escolhida uma pessoa que se identificasse como LGBTI para o cargo. Após deliberação, foi escolhida Barbara Romero, uma ativista e psicóloga lésbica recém pós-graduada em Gênero e Políticas Públicas (CORNEJO, 2018).

O contexto de surgimento da DDS é *per se* também um momento no qual grandes expectativas são geradas nos movimentos e coletivos LGBTI em El Salvador, considerando que um governo progressista havia sido recentemente eleito. A criação dessa primeira instância governamental relacionada aos temas de gênero e sexualidade desperta expectativas de mudanças em relação a políticas públicas

voltadas para estas populações. A Direção, no entanto, era uma instância com algumas limitações em seus afazeres políticos.

É preciso destacar que, em primeiro lugar, a DDS era fruto de um Decreto Executivo, não sendo fundamentada em uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa. Em essência, um Decreto Executivo pode ser aprovado e legitimado apenas com a aprovação do executivo, mas também pode ser facilmente revogado por outro governo, justamente por não ter o *status* de lei. A Direção existiu em El Salvador por nove anos e foi extinguida em 2019, quando da eleição de Nayib Bukele, atual presidente conservador de El Salvador. A extinção do órgão ocorre junto com a extinção da Secretaria de Inclusão Social, que ao ter seu decreto constituinte também revogado pelo governo Bukele tem as atividades oficialmente encerradas, extinguido também todos os seus órgãos internos, como a DDS.

A característica da Direção de ser um órgão do executivo também diz muito sobre as possibilidades, mas também sobre suas limitações enquanto primeira instância em El Salvador voltada para a temática da diversidade sexual. As expectativas eram altas e era atravessada também por uma incompreensão de quais eram as reais possibilidades de assimilação de demandas políticas desse órgão membro do sistema político. Os relatos demonstram que se esperava que a Direção pudesse influenciar mais diretamente na criação de leis e políticas públicas voltadas para a população LGBTI e mesmo que de fato este organismo pudesse criar espaços de diálogo e intercessão entre as demandas políticas dos movimentos sociais e o sistema político, suas capacidades eram restritas ao alcance do poder executivo.

A função principal da Direção era a de garantia da execução do Decreto Nº 56, enquanto uma política pública de proibição da discriminação por gênero e sexualidade nos órgãos públicos salvadorenhos. Sua função era então a de assessorar e orientar as instituições públicas na implementação deste decreto. A direção tinha um papel de acompanhamento e formação das instituições e funcionários públicos no sentido de evitar situações de discriminação no acesso da população a serviços como saúde, proteção policial, justiça, educação pública etc.

A passagem de Barbara Romero pela Direção de Diversidade Sexual tempo é curta; devido a sua formação política feminista, a ativista é convidada para trabalhar no projeto Ciudad Mujer, sendo assim substituída por Edgardo Cruz Torres que

assume a DDS em outubro de 2012, permanecendo no cargo até a dissolução da Direção em 2019. Em entrevista, o ativista Teodoro Espinoza relata como as relações entre a Direção e as organizações políticas LGBTI eram atravessadas pelas expectativas geradas pelos movimentos sociais em relação aos afazeres da DDS, que ao serem confrontadas pelos limites da ordem executiva da DDS e da SIS, terminavam gerando um sentimento de desconfiança e descrença nesta instância pública.

A motivação para a existência da gestão encontra-se enquadrada no Decreto Executivo n.º 56 de Maio de 2010, é editado o Decreto Executivo, que dispõe sobre as disposições para evitar todas as formas de discriminação na administração pública por razões de identidade de género e orientação sexual, estabelecendo a partir do artigo 1º que é proibida qualquer forma de discriminação baseada na orientação sexual ou identidade de género dos usuários dos serviços públicos em todas as atividades da administração pública. E atribui às instituições públicas a responsabilidade de revisar suas políticas, revisar seus programas, revisar o que fazer, treinar funcionários, estabelecer mecanismos de sanção, etc. e apoio a instituições públicas. Então eis o que fazer: orientar e aconselhar as instituições públicas é a execução do decreto. Assim, a função fundamental da Diretoria era dar suporte às instituições para a criação, formulação, implementação e avaliação de ações voltadas para a garantia dos direitos LGBT nos serviços públicos, pois era do órgão executivo, não havia incidência do legislativo órgão, nem ao judiciário, nem à sociedade civil, nem a empresas privadas, nem a qualquer outra área fora do órgão executivo, ou seja, a presidência e seus ministérios. [...] Referente ao relacionamento com as organizações, isso sempre fez parte da estratégia, porém, por parte das organizações sempre houve um tom de desconfiança em trabalhar com a instituição pública. Muito a ponto de às vezes não entender direito do que se tratava o trabalho da Diretoria pelos poderes que eles têm e aí ficava essa tensão muito forte entre o que as organizações e o setor LGBT esperam e o que a gente realmente tem poder para fazer. fazer. Então, por exemplo, os municípios não estavam contemplados no Decreto 56, portanto, nada poderia ser feito com o Ministério Público, nada poderia ser feito com a Procuradoria Geral da República, com a Assembleia Legislativa, com os juízes, com o Ministério Público, com os municípios ou prefeitos, isso é. Teve muita coisa que escapou porque eles não foram capacitados para trabalhar nisso. Então isso gera desconfiança por parte das organizações, como se fosse uma Diretoria bastante cosmética e não é que eu discorde totalmente. mas acho que deveria ter se empenhado em criar mecanismos iguais a partir do trabalho das organizações com outros órgãos do Estado. (Entrevista: Teodoro Espinoza, 06 de janeiro de 2022)⁴¹.

⁴¹ Transcripción Original: La motivación de la existencia de la dirección está enmarcada en el Decreto Ejecutivo número 56 de mayo de 2010 se emiten decreto ejecutivo que son las disposiciones para evitar toda forma de discriminación en la administración pública por razones de identidad de género y orientación sexual, estableciendo desde el artículo 1 que está prohibido en todo el quehacer de la administración pública cualquier forma de discriminación que se base en la orientación sexual o la identidad de género de los usuarios de los servicios públicos. Y atribuye la responsabilidad a las instituciones públicas de revisar sus políticas, revisar sus programas, revisar sus qué hacer, capacitar a funcionarios, establecer mecanismos de sanción, etcétera para la implementación de este decreto se faculta en el artículo 5 de la Secretaría de Inclusión Social para que brinde la asesoría y el acompañamiento a las instituciones públicas. Entonces aquí está el el qué hacer: orientar y asesorar a las instituciones públicas es la implementación del decreto. Entonces, la función fundamental de la Dirección era dar acompañamiento a las instituciones para la creación, formulación e implementación y evaluación de acciones dirigidas a la garantía de derechos LGBT en los servicios públicos, porque

De fato, houveram articulações importantes entre a DDS e os movimentos/coletivos LGBTI, principalmente no que se refere a diálogos sobre questões pontuais e que eram consideradas urgentes naquele contexto, como: política carcerária não discriminatória, acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva para pessoas LGBTI e, principalmente, parcerias com organizações e coletivos que trabalhavam com o repertório da formação política, já que o papel da DDS era justamente também o de oferecer sessões de formação e sensibilização para funcionários e funcionárias públicas dos diversos setores da administração pública sobre os temas de identidade de gênero e sexualidade.

Essas articulações foram importantes, mesmo que a comunicação entre os movimentos e a DDS ainda fosse difícil, seu papel, enquanto uma instância do sistema político, conseguiu abrir portas de diálogo e articulação entre coletivos é reconhecido em diversos dos relatos coletados.

Acho que talvez uma das principais conquistas da Diretoria de Diversidade Sexual da Secretaria de Inclusão Social tenha sido justamente abrir espaços de diálogo nas instituições, começar a fazer transformações institucionais. Principalmente para o atendimento da população LGBTI. Naquela época havia mesas de trabalho, havia a possibilidade de falar com os funcionários do governo. Então a secretária tinha um papel de, acho que em inglês chamam de gatekeeper, é como alguém que tem a capacidade de abrir ou fechar uma porta e acho que eles faziam isso muito bem. A equipe de trabalho se saiu muito bem, abrindo portas em instituições-chave dentro do Executivo. Acho que isso foi a base para depois poder trabalhar políticas e protocolos de atendimento, que era uma das principais reivindicações do movimento LGBTI+. A deficiência dos serviços prestados pelo Estado à população foi uma das questões que teve que ser abordado, promover a partir dessa Secretaria, então eu acho que o progresso está sendo feito, muito progresso foi feito. Com certeza muitas coisas ficaram pendentes, né... Mas acho que essa é uma das conquistas que eu mais destacaria que naquele momento propiciou esses avanços concretos como esse que citei para vocês, da Política de Atenção dos a População LGBTI no Ministério da Justiça, que incluía até a gestão dos presídios do país, então com essa ação também estávamos tentando atender esse segmento ainda mais vulnerável da

estaba dentro del órgano ejecutivo, no había incidencia del órgano legislativo, ni al judicial, ni a sociedad civil, ni empresa privada, ni a ningún otro ámbito fuera del órgano ejecutivo, es decir, la presidencia y sus ministerios. [...] Refiriéndose a la relación con las organizaciones esta siempre fue parte de la estrategia, sin embargo, desde las organizaciones siempre hubo un tono de desconfianza para trabajar con la institución pública. Muy al punto de a veces no comprender en realidad de qué se trataba el quehacer de la Dirección por las facultades que se tienen y entonces estaba esta tensión muy fuerte entre lo que las organizaciones y el sector LGBT esperan y lo que de verdad estamos facultados para hacer. Entonces, por ejemplo, las municipalidades no estaban cubiertas bajo el Decreto 56, por lo tanto, no se podía hacer nada con Fiscalía, no se podía hacer nada con Procuraduría General de la República, con Asamblea Legislativa, con jueces, con Fiscalía, con municipalidades o alcaldías, es decir. Había un montón de cosas que se escapaban porque no estaban facultados para trabajarlo. Entonces esto crea desconfianza de parte de las organizaciones, como si se tratara de una Dirección que fuese más bien cosmética y no es que esté totalmente en desacuerdo. pero creo que sí debió haberse apostado a crear mecanismos iguales desde el quehacer de las organizaciones con otros órganos del Estado. (Entrevista: Teodoro Espinoza, 06 jan. 2022).

população LGBTI que estava privada de liberdade (Entrevista: Fausto Lopez, janeiro de 2022)⁴².

A Direção de Diversidade Sexual surge como um ente governamental que consegue construir alguns espaços de diálogo entre as organizações políticas LGBTI e alguns dos setores da administração pública. A partir das pontes criadas pela DDS, foram executados processos de formação e sensibilização em diversos setores de serviços oferecidos pelo Estado. Entretanto, as expectativas dos movimentos sociais em relação a esta instância governamental pareceu ser bem maior do que realmente lhe foi facultado.

Que talvez desde o início tenhamos entendido mal que era a Diretoria de Diversidade Sexual. Em outras palavras, é bastante claro que a Diretoria de Diversidade Sexual era uma entidade que iria assessorar a presidência em questões LGBT. Isso é o que estava escrito no papel, **mas o que a população LGBT entendeu foi que era como a versão LGBT da lâmpada do Aladim, onde o que a gente pedisse para a direção, aquilo se tornaria realidade. Acho que esse desentendimento que tivemos entre o Estado e a sociedade civil de algum entendimento de que era uma carta para o Papai Noel em que tínhamos que dizer e era assim que tinha que ser e os outros que queriam ajudar onde podiam, mas tinha medo de fazê-lo.** [grifos nossos] Foi isso que ele fez, que aos poucos ele viu o desencanto da população LGBT em relação à autoridade LGBT dentro do Estado e isso foi minando as comunicações (Entrevista: Henry Zelaya, 18 jan. 2022)⁴³.

⁴² Transcrição Original: Creo que él quizás de los principales logros de la Dirección de Diversidad Sexual de la Secretaría de Inclusión Social fue precisamente a abrir espacios de dialogo en las instituciones, para comenzar a hacer transformaciones institucionales. De cara principalmente a la atención de población LGBTI. Para esa época había mesas de trabajo, existía la posibilidad de interlocutar con los funcionarios y funcionarias del Gobierno. Entonces la secretaria tuvo un rol muy de, creo que en inglés llaman gatekeeper, es como alguien que tiene la posibilidad de abrir o cerrar una puerta y creo que eso lo hicieron muy bien. El equipo de trabajo lo hizo muy bien, abriendo la puerta en instituciones clave dentro del órgano Ejecutivo. Eso creo que fue la base para poder luego trabajar políticas y protocolos de atención que era una de las principales demandas de los movimientos del movimiento LGBTI+ este la deficiencia de los servicios que presta el estado a la población era uno de los temas que se tenían que impulsar desde la de esa Secretaría, entonces creo que en eso avanza, se avanzó mucho. Seguramente quedaron pendientes muchas cosas, verdad... Pero creo que ese es uno de los de los logros que yo más resaltaría que en aquel momento propicio estos avances concretos como éste que te mencioné, de la Política para la Atención de Población LGBTI en el Ministerio de Justicia que abarcaba incluso la dirección de centros penitenciarios en el país, entonces con esta con esta acción estábamos tratando de abordar también a este segmento todavía más vulnerabilizado de la población LGBTI que estaba privada de libertad (Entrevista: Fausto Lopez, 23 jan. 2022).

⁴³ Transcrição Original: Que quizás desde un principio mal entendimos que era la Dirección de Diversidad Sexual. O sea, está bien claro que la Dirección de Diversidad Sexual era un ente que iba a aconsejar a la presidencia sobre los temas LGBT. Eso es lo que estaba escrito en papel, **pero en la población LGBT es lo que entendió fue que era como la lámpara de Aladino versión LGBT, donde lo que le pidiéramos a la dirección, eso se iba a volver realidad. Creo que ese misunderstanding que tuvimos entre Estado y sociedad civil de entender unos que era carta a Santa Claus en la que la teníamos que decir y así tenía que ser y los otros que querían ayudar en los que podían, pero tenían miedo de hacerlo.** [grifos nossos] Eso fue lo que hizo, que se fue poco a poco viendo desencanto de la población LGBT hacia la autoridad LGBT dentro del Estado y eso fue minando las comunicaciones (Entrevista: Henry Zelaya, 18 ja. 2022).

No relato de Henry Zelaya acima, identifica-se que o papel da DDS e as suas reais possibilidades de incidência foram pautas de debates e tensões significativos entre as organizações políticas e a instância governamental. As expectativas supridas ou não, a estratégia de articulação entre os diversos movimentos/coletivos com a DDS, a relação destes coletivos com o governo eleito, as disposições e orientações políticas, eram coletivos diferentes que se relacionavam e se posicionavam diferentemente diante da DDS.

Alguns coletivos pareciam se relacionar melhor com a DDS e eram diversos os fatores que influenciavam essas relações. O tempo de existência dos coletivos, a capacidade de oferta de trabalho e conhecimento voltada para as ações de formação e sensibilização política que era o foco principal da direção, o nível de compatibilidade das organizações políticas com o ideal de unificação dos movimentos LGBTI, ideal que contava com a simpatia da DDS que, como citado anteriormente, mais tarde investiria esforços na criação da Federação LGBTI

O trabalho da Diretoria de Diversidade Sexual não foi totalmente compreendido pelas organizações até 2014, quando decidiram deixar de se reunir com o grupo e passaram a se reunir sobre assuntos específicos, com organizações específicas da área da saúde, essas organizações em termos de prisões, essas organizações em termos de Segurança Pública e a partir daí começam a tecer uma relação para poder dialogar e tentar apoiar um ator político, tentar criar um ator coletivo. E foi aí que em 2016 começou a surgir a ideia de criar uma Federação e depois começaram a comunicar com alguns atores de organizações da sociedade civil e dizer-lhes que a Direção da Diversidade Sexual estava muito interessada em apoiar a criação de um ator político (Entrevista: Teodoro Espinoza, 06 de janeiro de 2022)⁴⁴.

Diante desses relatos, observa-se que o papel da Direção de Diversidade Sexual não era a criação de um espaço de deliberação política, mas muito mais, uma entidade de fiscalização de aplicação das políticas afirmativas para a administração pública decretadas a partir do Decreto Nº 56. No que se refere a articulação da DDS com as organizações políticas LGBTI, nota-se que a relação se deu tanto no sentido de apoio a iniciativas de articulação dos atores políticos LGBTI, articulando parcerias de formação e cooperação política, principalmente em nível das instituições

⁴⁴ Transcrição Original: El quehacer de la Dirección de Diversidad Sexual no llega a comprenderse del todo de parte de las organizaciones hasta el año 2014, cuando deciden dejar de reunirse con el colectivo y comienzan a reunirse con temas puntuales, con organizaciones específicas en materia de salud, estas organizaciones en materia de centros penales, estas organizaciones en materia de Seguridad Pública y desde ahí comenzar a tejer una relación para poder interlocutar y tratar de apoyar un actor político, tratar de crear un actor colectivo. Y ahí es donde empieza a surgir ya por el año 2016, la idea de crear una Federación y entonces comienzan a comunicarme con algunos actores de las organizaciones de sociedad civil y a decirles que a la Dirección de Diversidad Sexual se interesaba muchísimo apoyar la creación de un actor político (Entrevista: Teodoro Espinoza, 06 jan. 2022).

do executivo, da administração pública e alguns vislumbres de cooperação internacional, como no contexto de criação da FESLGBTI.

Da parte dos movimentos/coletivos LGBTI, nota-se que se tomou como responsabilidade o trabalho de fiscalização das ações da DDS, pressionando que esta instituição sempre prestasse contas de suas ações políticas para com os movimentos e organizações LGBTI. Nos primeiros anos, uma das exigências, da ainda existente Aliança pela Diversidade Sexual, era a de que fosse criado um Conselho Consultivo.

Exigimos desde sempre um Conselho Consultivo que nos permitisse chegar a uma mesa comum onde a Bárbara estava onde estavam outras pessoas do Estado e poder avançar numa política que fosse estratégica, de incidência. Mas, mas nunca aconteceu, o Conselho Consultivo não existia... Como é que a Diretoria de Diversidade Sexual ia fazer gestão pública sem a gente? Sem diálogo com as organizações que demos vida? É totalmente ilógico. Mas foi adiado e adiado... (Entrevista: Cristina Argueta, 31 jan. 2022)⁴⁵.

Por um lado, Cristina Argueta afirma o desejo das organizações da sociedade civil de que fosse criado um Conselho Consultivo entre a DDS e os coletivos organizados, ainda na gestão de Barbara Romero. A realização dessas reuniões, porém, nunca teriam acontecido e, logo depois, a gestão de Barbara é encerrada.

Nesse contexto acreditamos ser válido acionar a distinção que Melucci (1996) faz entre sistema político, sistema de dominação e Estado. Como já havíamos discutido, para o autor o sistema político é o conjunto de elementos que constituem uma contiguidade na qual são tomadas decisões. Nesse sentido, Melucci oferece primeiro uma distinção. que não deve ser vista como uma separação, do sistema de dominação. Se opondo a uma visão pluralista de que os sistemas políticos são um encontro livre entre atores e estratégias competitivas, Melucci opta por não ignorar as relações de poder e restrição de interações que constituem os sistemas de dominação.

As relações de dominação delimitam quais questões são legitimamente sujeitadas ao processo de tomada de decisões e que podem ser barganhadas e delimita aquelas que são inegociáveis. Nem tudo pode ser decidido. O sistema

⁴⁵ Transcrição Original: Exigimos por siempre un Consejo Consultivo que nos permitiera llegar a una mesa en común donde estuviera Bárbara donde estuvieran otras gentes del Estado y poder ir avanzando en una política que fuera estratégica, de incidencia. Pero, pero nunca se dio, el Consejo Consultivo no existió... ¿Cómo es que la Dirección de Diversidad Sexual iba a hacer gestión pública sin nosotros? ¿Sin diálogo con las organizaciones que habíamos dado vida? Es totalmente ilógico. Pero se postergó y se postergó... (Entrevista: Cristina Argueta, 31 jan. 2022).

consegue produzir um determinado nível de coesão que cristaliza as relações de dominação e asseguram sua permanência. As interações, dentro desses sistemas, não são livres, mas atravessadas por relações de poder que delimitam o campo de estratégias políticas, além de tornar o jogo institucional desigual. A competição entre as forças sociais ocorre em um mercado político em que alguns grupos estão em desvantagem enquanto outros são privilegiados, de forma que as oportunidades políticas de influenciar o sistema político não são igualmente distribuídas. Compreender a influência desse jogo de dominação, não significa, no entanto, o completo fechamento do sistema político para a mudança (MELUCCI, 1996).

O sistema político, tal como defini aqui, é, portanto, um sistema limitado externa e internamente pelo controle exercido pela dominação, de modo que a quantidade e a qualidade são determinadas especificamente por este mecanismo de controle. O sistema político, portanto, nunca é totalmente aberto: é sempre condicionado no duplo sentido que elaborei acima. No entanto, também não é totalmente fechado, no sentido de que nunca transcreve a dominação social diretamente. Tendo assim definido o alcance de nosso campo conceitual, podemos passar a focar em certos aspectos do problema do Estado (MELUCCI, 1996. p. 245. Tradução Nossa⁴⁶).

O questionamento de Melucci (1996) gira em torno do nível de autonomia que determinados agentes políticos conseguem obter na ação histórica. É necessário, sim, levar em consideração a existência e peso do sistema de dominação; entretanto não se deve ignorar a autonomia e complexidade dos sistemas políticos, enquanto um conjunto de relacionamentos entre elementos que constituem organogramas, composições, disposições, desenhos e arranjos políticos. Nesse sentido, outra distinção importante para Melucci é entre sistema político e Estado.

O sistema político como um sistema de tomada de decisão deve ser tratado antes como um conceito analítico: assim caracterizado, constitui um nível de análise, não um “lugar social”. É distinto do Estado, que é uma realidade complexa em que um sistema institucional de elaboração de regras se une a um aparato de gestão organizacional e a um papel de agente dotado de autonomia específica na ação histórica (MELUCCI, 1996. p. 244. Tradução Nossa⁴⁷).

⁴⁶ Citação Original: “The political system, as I have defined it here, is therefore an input-output system limited both externally and internally through the control exercised by the system of domination, in such manner that the quantity and quality of input and output are specifically determined through this control mechanism. The political system, therefore, is never wholly open: it is always conditioned in the twofold sense I elaborated above. Nor, though, is it ever wholly closed, in the sense that it never transcribes social domination directly on a point-by-point basis. Having thus defined the range of our conceptual field, we may proceed to focus on certain aspects of the problem of the state” (MELUCCI, 1996. p. 245).

⁴⁷ Citação Original: “The political system as a decision-making system should be treated rather as an analytical concept: thus characterized it constitutes a level of analysis, not a ‘social place’. It is distinct from the state, which is instead a complex reality in which an institutional system of rule elaboration

O sistema político, assim, não é um lugar social mas, como de costume na teoria de Melucci, um *conceito analítico* que tenta capturar os organogramas políticos nos quais ocorrem as relações entre diferentes agentes, com diferentes papéis, diferentes níveis de poder e ação política, atravessados em alguma medida pelas regras mais ou menos estabelecidas dos sistemas de dominação. Um exemplo dessa captura conceitual poderia ser a relação entre o Estado e os movimentos sociais. O Estado chama a atenção de Melucci (1996), pois ser uma formação social que consegue performar um grau muito específico de unidade, coesão, institucionalidade e autoridade políticas.

Para Melucci (1996), o Estado é um complexo histórico e unidade territorial, uma formação social unificada historicamente, uma agência política que constitui um sistema institucional de tomada de decisões e um agente funcional que organiza aparatos burocráticos. Essas características distinguem o Estado dos demais sistemas políticos por conseguirem comprimir um nível de gerência organizacional e aparatos funcionais, além do Estado ser dotado de um nível específico de unidade e ação autônoma.

No caso de El Salvador, ao problematizarmos os limites da Direção de Diversidade Sexual da Secretaria de Inclusão Social enquanto um órgão que faz parte do âmbito do poder executivo do Estado salvadoreño, estamos problematizando os limites do campo político de tomada de decisões ou mesmo da implementação de decisões políticas. Melucci (1996) atenta de como o processo de implementação de decisões não é um problema externo ao sistema político, mas na verdade continua sendo influenciado pelo jogo de pressões e influências.

A decisão de que seria instituída uma Direção de Diversidade Sexual, influenciada pela oportunidade política de ter uma aliada influente (TARROW, 1997), como Vanda Pignato ocupando o lugar de primeira-dama e Secretária de Inclusão Social, não se encerra no lançamento do Decreto Nº 56 e na contratação de funcionários públicos como técnicos formadores e Diretores de Diversidade Sexual. A implementação de tal decisão pode ocorrer apenas parcialmente, não acontecer ou mesmo acontecer de forma distorcida. De acordo com Melucci (1996) as decisões do sistema político afetam constantemente o resto da estrutura social pois a fase de

unites with an apparatus of organizational management and an agent role endowed with specific autonomy in historical action" (MELUCCI, 1996. p. 244).

implementação das decisões é diretamente influenciada pelo efeito das forças que intervêm no processo.

Assim o processo político continua sendo um processo de pressões, de negociações, de relações de poder, mesmo na fase de implementação das decisões. A influência ou a eficácia normativa de uma decisão não pode ser apreciada em abstrato, com base em critérios legais formais ou na relação concreta entre forças e interesses. A adaptação da norma sempre se dá de acordo com as relações de poder vigentes e com a capacidade dos diversos interesses de influenciar o processo de implementação (MELUCCI, 1996. p. 241. Tradução Nossa⁴⁸).

Melucci (1996) afirma que questões como resistência passiva, inércia burocrática e pressão direta de corpos administrativos podem ser usados para distorcer o processo ou transformar uma decisão em uma decisão com pouca ou nenhuma efetividade. A implementação de uma decisão não ocorre sem a mobilização do aparato administrativo do Estado e de uma cota suficiente de consenso político. O autor defende que é a relação entre esses dois componentes – aparato estatal e consenso político – que determinam o grau de legitimidade de uma decisão. Para Melucci, o papel dos partidos políticos e grupos de interesse nesse processo são importantes no sentido de que estes são agentes capazes de mobilizar o consenso ou mesmo a resistência a aplicação das decisões em processo de implementação.

No contexto de El Salvador e da Direção de Diversidade Sexual, diversas questões podem ser pensadas. Mesmo em um contexto em que as oportunidades políticas indicavam, ou pelo menos geravam grandes expectativas de um grande avanço nas políticas LGBTI no país, os elementos restritivos que constituem o Estado, enquanto um agente histórico imbricado e que se relaciona com sistemas políticos e sistemas de dominação, terminam freando as expectativas e o grau de implementação de determinadas políticas públicas.

O fato de a DDS fazer parte de um órgão do poder executivo, por exemplo, limita seu alcance político no que se refere a influenciar leis e ações governamentais com maior orçamento público. Como destacado na entrevista com o ativista Fausto Lopez.

⁴⁸ Citação Original: "Thus the political process continues to be a process of pressures, of negotiations, of power relationships, even during the phase of the implementation of decisions. The influence or the regulatory efficacy of a decision cannot be assessed in abstract, on the basis of formal legal criteria or of the concrete relationship between forces and interests. Adaptation of the rule always takes place according to the actual power relationships and to the capacity of the various interests to influence the implementation process" (MELUCCI, 1996. p. 241).

Eu acho que o bom, como eu te falei, o positivo, eu acho que foi a possibilidade que eles tiveram de abrir canais específicos de comunicação com as áreas de trabalho dentro do órgão de atenção do Executivo. **Porém, acho que mais no nível político estadual, a principal fragilidade dele foi que ficou reduzido a um trabalho burocrático e que acho que impediu, por exemplo, de ter uma proposta de reforma de lei ou uma lei. Por ser ainda uma área legislativa, então quando o trabalho dessa instituição ficou muito restrito à burocracia do Executivo, perdeu de vista as mudanças que poderiam ter sido mais sustentáveis ao longo do tempo.** Neste caso, um Decreto Legislativo não requer a aprovação de mais do que o Presidente da República, portanto, cabe a ele aprová-lo ou revogá-lo, como questioná-lo para removê-lo, eliminá-lo. **Então eu acho que essa foi a principal limitação dela, né, o escopo era muito limitado e não permeava a estrutura partidária da FMLN para que esse Instituto Político pudesse promover essas mudanças no nível legislativo ou ser coerente com as diretrizes que foram construídas em o corpo Executivo** [grifos nossos] (Entrevista: Fausto Lopez, 23 jan. 2022. Tradução Nossa⁴⁹)

De fato, se pensarmos os limites do plano executivo do poder estatal, utilizando a teoria de Melucci, podemos pensar em como este teórico aponta que o Estado, enquanto um agente que produz uma coesão histórica, constantemente intervém no sentido de proteger determinados limites estruturais do processo de tomada e implementação de decisões. Para Melucci, (1996) a função coesiva do Estado é consolidada principalmente através de suas estruturas jurídico-legais, as quais conseguem delimitar quais demandas políticas conseguem ou não acessar o jogo de tomada de decisões normativas.

O autor também aborda o quanto, de várias formas, o Estado favorece a ação política de grupos que confirmam, reforçam e endossam os limites do sistema de dominação ao mesmo tempo que tende reprimir ou pelo menos obstruir a participação de grupos ou organizações que questionam estes limites (MELUCCI, 1996). Por exemplo, grupos menos radicais e que em alguma medida se aliam a burocracia

⁴⁹ Transcrição Original: “Creo que el que bueno como te digo, lo positivo, creo que era la posibilidad que tenían de abrir canales de comunicación en específico con las áreas de trabajo desde dentro del órgano Ejecutivo de atención. **Sin embargo, creo que más a nivel político estatal, su principal debilidad era que se reducía mucho en un trabajo burocrático y eso creo que le impidió, por ejemplo, que hubiese una propuesta de reforma de ley o una ley. Para que soy aún un área legislativa, entonces cuando el trabajo de esta institución se limitó demasiado a la burocracia del órgano Ejecutivo, perdió de vista los cambios que pudieron haber sido más sostenibles en el tiempo.** Para el caso un Decreto Legislativo no requiere de la aprobación de más que del presidente de la República, entonces está dentro de su facultad aprobarlo o derogarlo, el cómo se interrogarlo de quitarlo, eliminarlo. **Entonces eso creo que era su principal limitante, verdad, el alcance era muy reducido y tampoco permeó en la estructura partidaria del FMLN como para que este Instituto Político pudiera impulsar a nivel legislativo esos cambios o ser consistente con los lineamientos que se construían en el órgano Ejecutivo** [grifos nossos] (Entrevista: Fausto Lopez, 23 jan. 2022).

estatal obtém mais oportunidades que grupos de tendência antagonista ou que questionem mais firmemente os limites de negociação política impostos pelo Estado.

Havia diálogo [entre a Direção de Diversidade Sexual e as organizações LGBTI], mas nem sempre era tão participativo. Lembro que costumávamos dizer que ela [a Direção] tinha seus bons meninos e suas boas meninas. O diretor de Diversidade Sexual, sempre que acontecia alguma coisa, tinha duas ou 3 pessoas para quem ele ligava e o resto parecia nos desprezar um pouco, sobretudo, as organizações menores. Ele sempre ia de acordo com as organizações estabelecidas. E digamos que os objetivos [da Direção] estavam postos, que foram a questão da sensibilização do Executivo para as suas diferentes dependências, e acho que foi aí que mais se avançou [Entrevista: Rodolfo Ramirez, 23 jan. 2022. Tradução Nossa⁵⁰]

O relato de Rodolfo Ramirez confirma a discussão que desenvolvemos acima, de que certas organizações pareciam ter uma relação mais frutífera e de maior influência com a DDS, mesmo considerando os limites desta instância política dentro do aparato burocrático do Estado. Organizações mais consolidadas e nas quais prevaleciam repertórios de ação coletiva baseados na formação política e em processos educacionais pedagógicos de sensibilização para as questões de gênero e sexualidade foram privilegiadas nesse contexto, considerando principalmente o próprio papel delegado à DDS de sensibilização política dentro dos diversos quadros administrativos do Estado.

Diversos relatos confirmam o importante, mesmo que limitado, papel da Direção de Diversidade Sexual no sentido de que este órgão cumpriu seu papel de receber denúncias de discriminação de gênero e sexualidade nos órgãos da administração pública e pressionar os líderes destes órgãos a abrir as portas para a discussão sobre diversidade sexual, além de pressioná-los a prestar contas de quais esforços estavam sendo tomados para que o Decreto Nº 56 fosse implementado. O órgão também abria as portas da Administração Pública para processos de sensibilização política, executados e produzidos pelos técnicos formadores da DDS junto com ativistas de organizações LGBTI, com funcionários públicos dos diversos setores.

⁵⁰ Transcrição Original: Había una interlocución [entre a Direção de Diversidade Sexual e as organizações LGBTI], pero ni siempre era tan participativa. Que digamos, me acuerdo de que decíamos que tenía como sus niños buenos y sus niñas buenas. El director de Diversidad Sexual, es decir, siempre que pasaba algo, había dos o 3 personas que eran las que llamaba y al resto como que no nos miraba un poco de menos, sobre todo, como a las organizaciones más pequeñas. Siempre se iba como por las establecidas. Y digamos que los objetivos de sí estaban planteados, que era como el tema de la sensibilización al órgano Ejecutivo para sus diferentes dependencias, y creo que fue donde más se avanzó [Entrevista: Rodolfo Ramirez, 23 jan. 2022]

Chega a ser criada, pela DDS-SIS, em maio de 2013, um *call center* que funcionava em horário comercial e que através da chamada Linha 131 atendia chamadas de denúncias em caso de violação de direitos LGBTI, funcionando principalmente com o intuito de cumprir as medidas do Decreto Nº 56. Estes são algumas das ações vistas com bons olhos de acordo com os relatos dos ativistas entrevistados.

Uma das principais conquistas da Direção foi que o Estado se permitiu educar-se... Educar-se na questão da diversidade e entender porque o que pedimos não são caprichos. E essa devolutiva e essa educação a partir dos termos adequados, da nomenclatura adequada, das posições, das justificativas adequadas, para que eles, como interlocutores governamentais e estatais, se comuniquem com outros estatais e governamentais [grifos nossos]. De todo este contributo social que a sociedade civil deu, de nós que o dissemos de forma acadêmica para os que o fizemos empiricamente. Tudo isso contribui para que os interlocutores a nosso favor dentro do Estado possam ter elementos de julgamento, ou pelo menos elementos de discussão razoável com aqueles que não entendem porque a necessidade dos direitos LGBT serem direitos respeitados [Entrevista: Henry Zelaya, jan. 2022. Tradução Nossa⁵¹].

A partir de Melucci (1996), conseguimos compreender este fenômeno. Mesmo que consigamos nos dedicar a entender os limites estabelecidos pelo sistema de dominação política, é importante sempre voltarmos ao argumento de Melucci para entender que esse sistema, que de fato nunca é sempre aberto, também nunca é sempre fechado. Melucci alerta para como o aparato estatal nunca é um instrumento dócil nas mãos dos grupos dominantes, mas que sua operação sempre é atravessada pelo grau de autonomia do sistema político, o que sempre gerará uma tensão entre diferentes forças e interesses que pressionam os organismos internos do Estado. Nesse sentido conseguimos compreender como ocorrem essas pequenas rupturas e brechas em que a ação alguns dos grupos LGBTI organizados conseguem operar e se aproveitar das oportunidades políticas (TARROW, 1997) para gerar ação política

⁵¹ Transcrição Original: **Uno de los principales logros sobre la Dirección fue que el Estado se permitió educarse... Educarse en el tema de diversidad y entender por qué no son caprichos lo que pedimos. Y esta retroalimentación y esta educación desde los términos adecuados, la nomenclatura adecuada, los posicionamientos de las justificaciones adecuadas para que ellos, como interlocutores gubernamentales y estatales, se comuniquen con otros estatales y gubernamentales [grifos nossos].** Vino de todo este aporte social que dimos la sociedad civil, quienes lo dijimos desde manera académica hasta quienes lo hicieron de manera empírica. Todo esto abono a que los interlocutores a favor de nosotros dentro del Estado pudieran tener elementos de juicio, o al menos elementos de discusión razonable con quienes no entienden por qué la necesidad de que los derechos LGBT sean derechos respetados [Entrevista: Henry Zelaya, 18 jan. 2022].

consolidada mesmo relacionando-se com um órgão político com diversas limitações legais.

4.3 Mesa Permanente de Diversidade Sexual na Procuradoria de Direitos Humanos

Referente à última e importante instância da qual trataremos aqui, é necessário compreender que ao que se refere ao nível de autonomia da Mesa Permanente de Diversidade Sexual na Procuradoria de Direitos Humanos (Mesa LGBTI – PDDH). Como já havíamos discutido, anteriormente através dos conceitos de Melucci (1996), o nível de autonomia de um determinado ator do sistema político é um ponto chave para a compreensão da extensão de seu potencial de ação política e de recepção de demandas dos movimentos sociais.

A PDDH é justamente uma das instituições fundadas em El Salvador a partir dos Acordos de Chapultepec, que lançou os preâmbulos que dariam forma a instância. No mesmo ano de 1992, foi lançada também a Lei da PDDH que estabelece, por fim, os detalhes burocráticos do funcionamento desta instituição e como é feito o processo de eleição para o cargo de Procurador de Defesa de Direitos Humanos. O cargo é ocupado por um mandato de três anos, sempre eleito pela Assembleia Legislativa de El Salvador, com possibilidade de reeleição.

Ao nos questionarmos justamente sobre como o movimento LGBTI salvadorenho age em um contexto posterior a um conflito armado, enxerga-se na PDDH uma instância importante, pois é a partir dela que o sistema político salvadorenho impulsiona a gramática dos direitos humanos dentro de sua cultura política. É a partir dos governos da FMLN que se observa uma maior incidência estratégica dos movimentos LGBTI, junto a PDDH, com a criação da Mesa Permanente de Diversidade Sexual.

Surgida em maio de 2012, podemos aferir que o contexto de oportunidades políticas também se mostrava favorável para os movimentos LGBTI diante da PDDH, pois neste momento o Procurador eleito era sensível aos temas de gênero e sexualidade e sua implicação com os direitos humanos. Tendo ocupado o cargo por dois mandatos consecutivos – entre 2007 e 2013 – o Procurador Oscar Humberto

Luna teve papel preponderante como *aliado influente* (TARROW, 1997) dos coletivos LGBTI, quando foi constituída a Mesa LGBTI.

Tal característica aberta ao diálogo com os coletivos LGBTI se manteve no mandato posterior a Oscar Luna, ocupado pelo licenciado David Ernesto Morales entre 2013 e 2016. Entretanto, a partir de 2016 o *quadro de oportunidades políticas* (TARROW, 1997) torna-se desfavorável com a eleição de Raquel Caballero de Guevara para o cargo de Procuradora de Direitos Humanos para o mandato de 2016 a 2019. Raquel era pastora evangélica e sua persona política era conhecida pelo perfil fundamentalista e por ter participado ativamente de campanhas contra o aborto.

A eleição de Raquel, para esse cargo, durante o governo da FMLN gerou uma considerável tensão entre o partido e os movimentos e coletivos LGBTI de El Salvador, levando em conta que a Procuradora contou com os votos de alguns dos parlamentares do partido na Assembleia Legislativa.

Aliás, esta foi mais uma das reclamações que o movimento social tinha em relação à FMLN, porque a FMLN votou a favor dessa Pastora, e a Pastora já se opusera abertamente ao aborto, por exemplo. Acho que diziam que ela não era contra a população LGBT, que desconhecia o assunto ou algo assim (Entrevista: Rodolfo Ramirez, 23 jan. 2022. Tradução Nossa⁵²).

Essa é uma questão interessante a ser discutida, pois como havíamos sinalizado a partir do pensamento de Melucci (1996), os partidos políticos adquirem um grau de importância considerável no que se refere ao processo de legitimação ou não da aplicabilidade de novos regulamentos políticos, considerando que estes têm a capacidade de mobilizar consenso ou resistência a esse processo.

De acordo com os relatos captados, relativos à passagem do primeiro para o segundo governo da FMLN, com a eleição de Salvador Sánchez Céren em 2014, o discurso do partido em relação aos avanços de políticas LGBTI começou a ser atravessado por uma preocupação interna da reeleição do partido. Acreditava-se que caso o partido demonstrasse um apoio explícito às políticas afirmativas LGBTI poderia ter sua reeleição prejudicada, quando concorresse posteriormente em 2019.

Quando venceu o segundo governo de esquerda, o secretário de Comunicações de Sánchez Cerén reuniu todos nós, todas as pessoas LGBT que estavam no movimento, quero dizer ativistas, e ele, acendendo um

⁵² Transcrição Original: De hecho, fue otra de las peleas o reclamos que tenía el movimiento social hacia la FMLN, porque la FMLN votó a favor de esa Pastora entonces, y la Pastora ya se había mostrado abiertamente en contra del aborto, por ejemplo. Creo que decían que ella no es que estuviera en contra de la población LGBT, y sino que desconocía mucho del tema o algo así (Entrevista: Rodolfo Ramirez, 23 jan. 2022).

cigarro e iniciando a primeira escalada, disse: "Quero que entendam uma coisa boa, bom ver todos... Neste Governo...", referindo-se ao segundo governo de esquerda, o de Sánchez Cerén. "Não haverá nenhum progresso em sua questão, além do que já foi feito no anterior." Foi quando houve o início do divórcio total entre o estado e o movimento LGBT, ou seja, eles deixaram claro para nós que, por medo de perder as eleições de terceiro mandato, que perderam de qualquer maneira, eles não iam mais fazer progressos na questão LGBT. Então tudo o que havia sido feito no nível estatal foi perdendo força (Entrevista: Henry Zelaya, 18 de janeiro de 2022. Tradução Nossa⁵³).

A situação relatada por Henry Zelaya mostra uma mudança nas prioridades do partido da FMLN em relação às políticas públicas relacionadas aos temas de gênero e sexualidade. Diante de uma sociedade ainda profundamente conservadora com base em princípios fundamentalistas judaico cristãos, o partido passou a ver o avanço aparente nas políticas afirmativas LGBTI como um risco a seu capital eleitoral. Isso constitui um paradoxo na relação dos movimentos sociais com a cultura política do principal partido de esquerda de El Salvador, já que fica claro que os interesses eleitorais-partidários ficam acima do compromisso deste com as ações políticas relacionadas aos temas de gênero e sexualidade.

Tal ocorrido para além de demonstrar uma mudança eminente na estrutura de oportunidades políticas (TARROW, 1997), também gerou uma tensão entre a cultura política do partido e os interesses políticos culturais dos coletivos/movimentos sociais LGBTI.

A Mesa LGBTI da PDDH é uma instância que demonstra também uma tensão prévia entre o governo salvadorenho e os coletivos LGBTI. Como já havíamos sinalizado antes, através dos relatos dos ativistas entrevistados, os movimentos LGBTI optaram por se articular com a PDDH com o intuito de criar uma contrapartida de fiscalização das ações do governo. O argumento sempre gira em torno do que um dos relatos chama de desconfiança por parte das organizações e de seu desejo de não serem instrumento político de nenhum governo.

⁵³ Transcrição Original: Cuando ganó el segundo gobierno de izquierda, el secretario de Comunicaciones de Sánchez Cerén nos reunió a todos, a todos los días, a todas las personas LGBT que estaban en el movimiento, me refiero a activistas, y él, encendiendo un cigarro y echándose a la primera escalada, dijo: "Quiero que entiendan algo bueno, bonito de ver a todos... En este Gobierno..." sea, refiriéndose al segundo Gobierno de izquierda, el de Sánchez Cerén. "No va a haber ningún avance en el tema de ustedes, más allá de lo que ya se hizo en el anterior." Ahí fue cuando hubo en ese inicio del divorcio total entre estado y el movimiento LGBT, o sea, nos dejaron claro que, por temor a perder las elecciones del tercer periodo, que de todos modos perdieron, no se iba a avanzar en el tema LGBT. Entonces fue perdiendo fuerza todo lo que se había hecho a nivel estatal (Entrevista: Henry Zelaya, 18 jan. 2022).

Nesse sentido, a PDDH, por ser uma instância que dentro do sistema político salvadorenho possui um nível maior de autonomia política, estando diretamente descolada dos setores executivos, legislativos e judiciários, pareceria interessante se articular com essa instância se assim o desejo era de fiscalizar as ações do governo. Compreendemos essa linha de pensamento, no entanto é também importante que possamos entender a PDDH como um importante órgão de denúncia de violações de direitos humanos que ocorrem em El Salvador, sendo uma das principais instituições constituídas pelos Acordos de Paz que fazem pressão política pela aplicação de políticas de direitos humanos no país.

Enquanto Teodoro Espinoza fala sobre a desconfiança das organizações em relação a DDS-SIS, enquanto um órgão do executivo e que essa desconfiança teria dificultado a articulação da Direção com os coletivos LGBTI, impedindo a criação de um Conselho Consultivo, Cristina Argueta, quando menciona o mesmo Conselho Consultivo, levanta algumas contradições:

Exigimos desde sempre um Conselho Consultivo que nos permitisse chegar a uma mesa comum onde a Bárbara estava, onde estavam outras pessoas do Estado para poder avançar numa política que fosse estratégica, de incidência. Mas nunca aconteceu, o Conselho Consultivo não existiu. Quando a coordenação com a Secretaria de Inclusão Social não funcionou em 2009, nós denunciámos ao PDDH e a Vanda não nos deu uma resposta sobre nossas demandas para ter um trabalho sobre esse assunto. Então começamos a nos aproximar da Procuradoria de Direitos Humanos para que nos permitissem falar com Vanda, por que até uma reunião com a primeira dama nos era negado. Então tivemos que entrar com uma ação na Procuradoria de Direitos Humanos e foi por meio dessa ação que o advogado teve que nos dar uma resposta e foi instalado a Mesa de Diversidade Sexual da Procuradoria de Direitos Humanos, que é mantido até hoje. Ao longo do caminho, essa Mesa foi se fortalecendo com a militância independente, com novas organizações que vão surgindo e se mantendo (Entrevista: Cristina Argueta, 31 jan. 2022. Tradução Nossa⁵⁴)

Nesse sentido, não nos cabe, nesta análise, indicar qual o relato verdadeiro, mas sim discutir as contradições e pressões inerentes a qualquer processo de

⁵⁴ Transcrição Original: Exigimos por siempre un Consejo Consultivo que nos permitiera llegar a una mesa en común donde estuviera Bárbara, donde estuvieran otras gentes del Estado, y poder ir avanzando en una política que fuera estratégica, de incidencia. Pero, pero nunca se dio, el Consejo Consultivo no existió. Cuando la coordinación con la Secretaría de Inclusión Social no funcionaba en el 2009, la denunciámos a la PDDH y no nos daba respuesta Vanda sobre nuestras demandas de tener un trabajo en este tema. Entonces, nos empezamos a acercar a la Procuraduría de Derechos Humanos para que nos permitieran hablar con Vanda, porque nos negaban hasta una reunión con la primera dama. No pasaba pues y eso que iba a estar en el Consejo Económico Social y la demandaba desde ahí también, pero no funcionó. Entonces la tuvimos que poner una demanda en la Procuraduría de Derechos Humanos y fue a través de esa demanda que tuvo que darnos una respuesta el procurador y se instaló la Mesa de Diversidad sexual de la Procuraduría de Derechos Humanos, que se mantiene hasta la fecha. En el camino esa Mesa se ha ido fortaleciendo con militancia independiente, con nuevas organizaciones que van surgiendo se mantiene (Entrevista: Cristina Argueta, 31 jan. 2022)

implementação de decisões políticas. Como já havia sinalizado Melucci (1996), estes processos são sempre atravessados pelas relações entre forças e interesses. As relações de poder entre os grupos de interesse, partidos, organizações políticas e o próprio Estado sempre influenciam as tomadas de decisões políticas, assim como também seus efeitos posteriores. No caso da relação das organizações LGBTI com o Estado salvadorenho, o governo de esquerda, suas respectivas instituições e o partido político da FMLN, tal questão é evidente, principalmente, quando se atenta para os processos políticos anteriormente discutidos da Aliança LGBTI, DDS-SIS e agora também da Mesa LGBTI na PDDH ao que se refere à mobilização de consenso ou resistência à aplicação as novas regulações políticas.

Se continuarmos, acionando aqui o pensamento de Melucci (1996), podemos aferir que estes são conflitos culturais que ocorrem devido à baixa negociabilidade das questões pautadas pelos movimentos LGBTI. Muito mais que uma luta por direitos como trabalho, moradia, educação, saúde e diminuição da violência, são movimentos que também articulam demandas de re-apropriação no sentido dado por Melucci de que se trata de uma reivindicação de poder ser/tornar-se a si mesmo. Nesse sentido autodeterminação, intimidade, liberdade, autonomia individual e uma vida digna livre de violência, coerção e discriminação por gênero e sexualidade são algumas destas demandas dos movimentos LGBTI, que podemos citar. Nos aprofundaremos ainda sobre as principais demandas específicas dos movimentos em El Salvador.

Essas questões tornam-se conflitos culturais de baixa negociabilidade o que quer dizer que dificilmente estão aptas a ceder ao jogo da negociação política, forçando ou constantemente pressionando o sistema político a abrir-se para as demandas do coletivo. Como já havíamos discutido, esse processo não é linear, nem todos os grupos têm as mesmas oportunidades políticas de relacionar-se com o sistema político, os níveis de autonomia são diferentes, a racionalidade não é o princípio guia, mas sim é um processo constantemente atravessado pelas emoções, sempre atravessado por pressões, interesses, relações de poder desiguais e capacidade de mobilização política (MELUCCI, 1996).

Esse baixo nível de negociabilidade das demandas de re-apropriação políticas do movimento LGBTI geram, conseqüentemente, uma relação tensa entre este movimento e um sistema político de dominação (MELUCCI, 1996) do Estado salvadorenho ainda atravessado por um nível considerável de conservadorismo

político, no qual grupos fundamentalistas e/ou religiosos cristãos, elites tradicionalistas e grupos políticos reacionários exercem grande presença e pressão.

Arriscamos aferir que essa característica conservadora não se manifesta apenas em El Salvador, mas na América Latina como um todo, faz parte de uma *cultura política* (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000). Nesse contexto, e ao nos questionarmos como tem se dado a atuação de um movimento LGBTI em um país, não apenas marcado por uma cultura política fundamentalista, mas que também possui a especificidade de ser uma sociedade onde princípios como democracia, cidadania e direitos humanos passaram por um processo recente de atualização através de Acordos de Paz que encerraram um violento conflito armado e anos de sucessivos golpes políticos militares. Nos parece ser compreensível que se tenha um olhar estratégico por parte dos movimentos LGBTI para uma das principais instituições responsáveis pela elevação da gramática de direitos humanos no país pós conflito armado, a PDDH.

Nesse sentido, observamos que a PDDH ganha a atenção das ações coletivas das organizações LGBTI não apenas por *eleva*r uma gramática de direitos humanos, cidadania e democracia, mas também por seu potencial de *renovar* e constantemente *reformular* e/ou *atualizar* essa gramática em El Salvador pós-conflito armado. Contempla-se que o lugar político desta instituição como mais ou menos independente do governo como estratégico para a ação política dos coletivos LGBTI que, como mencionado antes, utilizaram desta instância, tanto como contrapartida de fiscalização política das ações do governo, quanto uma instância de denúncia, relacionamento que assim constituiu a Mesa LGBTI.

No entanto, defenderemos que a articulação dos coletivos LGBTI com a PDDH e sua respectiva Mesa de Diversidade Sexual não representam apenas uma relação de fiscalização e denúncia, mas também uma *política cultural* (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000), estratégica que visa diretamente disputar o significado do que está sendo construído enquanto *cultura política* de cidadania, democracia e direitos humanos na El Salvador pós-conflito armado.

Como havíamos discutido acima, para Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), o que está em disputa são justamente os parâmetros da democracia e as fronteiras daquilo que é definido como político. Nesse sentido, a democracia e as políticas de

cidadania e direitos humanos em El Salvador consideram as especificidades e a vulnerabilidade de suas populações LGBTI? Arriscamos aferir que esse é um dos questionamentos base que constituem os quadros de ação coletiva dos movimentos LGBTI em El Salvador, o que consegue explicar o fortalecimento da relação destes coletivos com a PDDH como uma estratégia de disputar estes significados políticos.

Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) sugerem que a ênfase na transformação cultural, enquanto uma estratégia dos movimentos sociais, não necessariamente privilegia apenas a sociedade civil como lugar de disputa política, através de ações como aparecimento na arena pública, formação de assembleias, marchas, campanhas políticas ou mesmo formação e sensibilização políticas, estendendo-se também ao Estado e/ou às instituições/institucionalidades políticas.

A Mesa LGBTI da PDDH, como discutido através dos relatos de ativistas entrevistados, acolheu e em alguma medida assimilou a Aliança LGBTI de El Salvador, se apropriou de algumas de suas políticas culturais como o *quórum* de identidades de gênero e sexualidade diversos, assim como também acompanhou sua transformação em Federação LGBTI. Observamos que essa articulação gera o que chamaremos, a partir de Dagnino (2000), de um campo ético-político que constituem *teias* de movimentos sociais, teias estas que são formadas na relação destes movimentos com as instituições e os diversos setores do sistema político e da sociedade civil.

A noção de um campo ético dos movimentos sociais foi desenvolvida para dar conta da produção e circulação de 'um campo comum de referências e diferenças' para a ação coletiva dos movimentos sociais, essa noção foi relacionada ao surgimento de 'teias' ou redes de movimentos sociais, para indicar a construção coletiva que resulta dessa articulação de movimentos sociais de vários tipos com outros setores e organizações, como partidos políticos e organizações de esquerda, a Igreja católica, a universidade, ONGs. Por meio do intercâmbio de discursos e práticas, 'um processo ativo de elaboração que reflete as dinâmicas de múltiplas práticas emergentes concretas de luta e seus conflitos internos' acontece no interior dessas teias, configurando um campo ético-político distintivo'. (DAGNINO, 2000. p. 80).

De acordo com o argumento de Dagnino (2000), ao constituírem esse campo ético-político, relacionando-se com os sistemas de dominação e com outras instituições da sociedade civil, e preocupando-se em agir sobre suas culturas políticas, os movimentos sociais desenvolvem necessariamente uma concepção alternativa de democracia. Tal concepção é alternativa porque transcende os limites das instituições e do sistema político tradicionalmente concebidos. Nas sociedades latino-americanas,

como no caso de El Salvador, as concepções de democracia, cidadania e direitos humanos, tradicionalmente concebidas no contexto das gramáticas ocidentais, ou seja, europeias, brancas, universalistas, são tensionadas a considerar urgências de sociedades em que questões étnico-raciais, de território, povos tradicionais, de classe e, no caso que estamos estudando, de gênero e sexualidade constantemente questionam os limites destas gramáticas.

Dagnino (2000) argumenta que ao operacionalizar esta concepção alternativa de democracia, aprofundada, estendida, é necessariamente levada adiante por uma redefinição da noção de cidadania e de seu referente central, a noção de direitos. Ainda assim, retornamos o argumento da autora que essa ênfase na sociedade não implica em uma recusa da institucionalidade política, mas sim, a reivindicação por uma transformação radical de suas concepções e gramáticas políticas. Tal argumento não busca, no entanto, enfatizar uma tendência essencialistas de mistificação de uma determinada virtude política pelos movimentos sociais, não se procura colocar essa pressão sobre os movimentos porém, busca-se sim evidenciar as chamadas *mudanças moleculares* que resultam das práticas destes movimentos.

Enfatizar as implicações culturais significa reconhecer a capacidade dos movimentos sociais de produzir novas visões de uma sociedade democrática, na medida em que eles identificam a ordem social existente como limitadora e excludente com relação a seus valores e interesses. Embora possam ser fragmentárias, plurais e contraditórias, essas contestações culturais não devem ser vistas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado e os limites da própria política (DAGNINO, 2000. p. 81).

Nesse sentido, Dagnino (2000) discute como essa redefinição das noções de cidadania e direitos passam pela percepção não apenas da conquista de direitos sociais, mas pelo que a autora chama de direito a ter direitos. Assim, faz-se necessário a invenção/criação de novos direitos, baseados na afirmação dos valores e ideais dos movimentos sociais e de suas lutas específicas, o direito a diferença em complementação ao direito à igualdade é um exemplo contundente, principalmente quando nos referimos às lutas no entorno das questões de gênero e sexualidade.

Ao analisar a incidência dos movimentos LGBTI de El Salvador a partir das atas de reunião da Mesa LGBTI da PDDH, podemos observar um conjunto de ações coletivas, nas quais os movimentos sociais incidiam sobre a discussão sobre direitos e suas respectivas práticas concretas nos diversos âmbitos. No próprio Documento Constitutivo da Mesa LGBTI, é destacada a chamada *natureza da mesa*, que se trata

da base legal resgatada pela articulação movimentos sociais-PDDH, na qual é citada a Lei da PDDH que, em seu artigo 12º, lhe faculta a criação, fomentação e desenvolvimento da comunicação e cooperação da Procuradoria com organismos de defesa dos direitos humanos governamentais, intergovernamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais.

Diante disso nota-se um esforço por parte dos movimentos sociais pelo resgate e ressignificação da incidência sobre o tema dos direitos humanos das populações LGBTI ao articular-se com a PDDH.

A Mesa Permanente é um espaço democrático e permanente facilitado pelo PDDH para a realização de ações de coordenação, análise e incidência política em favor da população LGBTI, convocada pela Procuradoria de Defesa dos Direitos Humanos, com o objetivo de advogar para que a referida população tenha pleno gozo de seus direitos humanos e lute pela construção de uma sociedade respeitosa e inclusiva⁵⁵ (PDDH, 2012. s.n).

Este mesmo documento constitutivo mostra que, no período próximo ao lançamento oficial da Mesa LGBTI, foram realizadas pela organização ASPIDH-ARCOIRIS, sete atividades de sensibilização dirigidas a todos os funcionários da PDDH, aos quais foi apresentado uma pesquisa sobre a situação das pessoas trans em El Salvador e na América Latina e sobre o papel dessa instituição na proteção dos direitos das populações LGBTI.

A Mesa LGBTI foi palco de diversas discussões e articulações potentes, discussões sobre direito ao pleno gozo ao acesso à saúde, discutindo e promovendo ações de incidência sobre diversas leis e políticas públicas e colocando em xeque as legislações estabelecidas em El Salvador como a Lei de Proteção à Infância e Adolescência, o Código Penal e o Código da Família aos quais foram escolhidas pela mesa com o objetivo de revisar estes corpos legais e identificar os vazios legislativos ao que se refere a proteção da população LGBTI e seu acesso aos respectivos serviços de saúde considerando suas especificidades de saúde mental, sexual, reprodutiva e de bem estar social (PDDH, 2013).

Em junho de 2015, foi apresentada pela Mesa LGBTI uma opinião técnica favorável à incorporação dos conceitos de delito e crime de ódio ao Código Penal. Foi

⁵⁵ Citação original: La Mesa Permanente es un espacio democrático y permanente facilitado por la PDDH con el objeto de realizar acciones de coordinación, análisis e incidencia política en favor de la población LGBTI, convocada por la Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos, con el propósito de abogar por que la población antes citada, tenga un pleno goce de sus derechos humanos y luchar por la construcción de una sociedad respetuosa e inclusiva (PDDH, 2012. s.n).

solicitada então, uma audiência à Comissão de Legislação e Pontos Constitucionais da Assembleia Legislativa para apresentar o documento.

Outro projeto que a articulação da Mesa LGBTI buscou incidir fortemente, foi o projeto da Lei de Identidade de Gênero, uma proposta de reforma a já existente Lei do Nome da Pessoa Natural, que já havia sido proposta pela população trans desde meados de 2010, quando milhares de pessoas se concentraram em frente à Assembleia Legislativa com o objetivo de reivindicar a aprovação da reforma legislativa. A reforma proposta seria a de que fosse reconhecida a identidade trans – nome social – e que fossem criadas políticas de tratamento digno e erradicação da discriminação pela identidade e expressão de gênero (PDDH, 2012). A Mesa, em 2012, assumiria a questão da identidade de gênero como um dos principais eixos de seu plano de trabalho anual, elegendo algumas organizações como COMCAVIS Trans e ASPIDH Arco-íris, como as organizações membro da Mesa que administrariam um projeto de diversas atividades estratégicas de incidência sobre o tema.

Em uma primeira instância foram propostas mesas de debate para discutir o direito a identidade de pessoas trans e travestis em El Salvador. Em outubro de 2012, foi realizado o *Primer Diálogo Nacional para la Ley de Identidad*, organizado pelas organizações trans, COMCAVIS, ASPIDH e Coletivo Alejandría, em parceria com o Programa da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional como o objetivo de fortalecer a resposta Centro-Americana ao HIV (USAID-PASCA). Neste evento, foram convidados todas as organizações membro da Mesa LGBTI com o objetivo de informar, discutir e convocar apoio para a Lei de Identidade de Gênero (AVELAR, 2014).

A partir desse evento, diversos outros encontros são realizados e vai sendo construído a fim de levar a frente a redação de um projeto de lei, porém a PDDH, mesmo oferecendo apoio técnico neste processo, reitera a importância de que os coletivos pudessem se articular com algum deputado que pudesse levar o projeto a frente na Assembleia Legislativa.

Em relação à Lei de Identidade de Gênero, o PDDH se ofereceu para dar assessoria técnica quando a lei fosse aprovada na Comissão de Legislação e Pontos Constitucionais, bem como para dar um posicionamento e apoio no dia em que as organizações decidirem apresentá-la à Assembleia Legislativa, lembrando as organizações que elas devem coordenar com um deputado ou deputada que lhes dê uma iniciativa de lei, já que o PDDH não tem iniciativa de lei e eles não poderiam apoiar esse ponto, mas está a disposição de gerar os feitos políticos necessários para sensibilizar sobre a importância de sua

aprovação. Não há data para a apresentação da lei porque as organizações decidirão quando e em que situação irão apresentá-la. É claro que o Procurador apoia e respalda a referida iniciativa, na qual o PDDH tem participado (PDDH, 2015. Tradução Nossa⁵⁶).

Este é um processo longo que confrontava-se diretamente com a falta de interesse prioritário por parte da FMLN em relação à aprovação desta lei. Somente em março de 2018, nos meses finais do governo da FMLN, é que o projeto é tomado pela então deputada Lorena Peña, que o apresenta como Proposta de Lei à Assembleia Geral. O projeto de Lei é lançado, porém em um contexto bastante crítico, de acordo com o entrevistado Rodolfo Ramirez, já que naquele mês também ocorreram as eleições legislativas nas quais a FMLN perde um número considerável de cadeiras na Assembleia Geral, passando de 31 cadeiras para 23. Nesse contexto, a deputada Lorena Peña, seguindo o estatuto do partido, não poderia ser eleita novamente por já ter exercido o cargo durante três mandatos desde 2009, ou seja, a partir de maio de 2018, a deputada não estaria mais na Assembleia Legislativa. Além disso, Rodolfo também fala sobre a como a FMLN parecia não querer se envolver em mais temas considerados polêmicos, considerando que um projeto de lei sobre a despenalização do aborto já estava sendo apoiado pelo partido.

Foi devido às grandes dúvidas que a população se ressentiu com a questão da lei da identidade de gênero... Queriam que a FMLN pelo menos desse uma iniciativa de lei na Assembleia Legislativa porque aqui no país, pelo nosso quadro legal, um deputado tem que passar por esse processo, ou pode ser também um ministro do Executivo, é algo que se aplica dentro do seu poder. Infelizmente nenhum funcionário ou funcionária foi apoiado para levar a cabo a iniciativa da lei da identidade de gênero e dentro da assembleia não foi um assunto que não fosse visto como um problema, além de não ser um tema que a FMLN via como prioritário na época. É então que a deputada Lorena Peña, que se tornou presidente da Assembleia Legislativa pela FMLN, e é assim que a coisa mais próxima de uma voz feminista de esquerda dentro do país, principalmente na Assembleia Legislativa, apoiou a população LGBTI. [...] Eu conheci Lorena Peña e um pouco da versão dela dessa situação e o acordo que tinha feito dentro da FMLN era que desde que estava acontecendo o paralelo, ela estava promovendo a descriminalização do aborto, que vocês sem dúvida também sabem que no país é totalmente penalizado. Um dos poucos países da América Latina que faz isso, então a FMLN propôs "em quatro", que é a descriminalização em quatro casos para as mulheres e a FMLN havia aceitado, embora também houvesse retratores dentro do partido. O acordo era que todo o partido iria apoiá-lo então, mas

⁵⁶ Citação Original: En cuanto a la Ley de Identidad de Género, la PDDH se ofreció a apoyar con asesoría técnica cuando la ley sea pasada a la Comisión de legislación y punto constitucionales, así como dar postura y apoyo el día que se decida por las organizaciones presentarla a la Asamblea Legislativa, recordándoles a las organizaciones, que se debe coordinar con algún diputado o diputada que le dé iniciativa de Ley, pues la PDDH no tiene iniciativa de ley y no podrían apoyar en ese punto, pero sí está en disposición de generar los hechos políticos necesarios para sensibilizar sobre la importancia de la aprobación de la misma. No se tiene fecha de presentación de la ley pues las organizaciones decidirán cuando y la coyuntura en la que la presentaran. Quedando claro que el Procurador apoya y respalda dicha iniciativa, en la que la PDDH ha participado (PDDH, 2015).

dado que a FMLN, entre aspas, tinha investido toda a sua riqueza política, para isso, envolver-nos em outras questões polémicas, que entre parênteses, a população LGBTI. Então foi muito complicado porque foi como nos colocarmos numa posição de, digamos assim, claro que apoiamos a descriminalização das quatro causas porque somos pessoas LGBTI. Também tem mulheres e outras pessoas LGBTI que sobraram, que podem engravidar e quem tem necessidade talvez de um aborto, então é uma coisa que a gente também apoia, mas ele não viu. Talvez a gente não saiba, a gente não entenda porque tem que ser à custa do avanço dos nossos direitos. Então foi uma coisa bem complicada com o movimento LGBT e isso gerou muito atrito com a FMLN (Entrevista: Rodolfo Ramirez, 23 jan. 2022. Tradução Nossa⁵⁷)

Este processo resulta em algumas frustrações dos movimentos LGBTI com a FMLN. Este relato reitera a discussão, que já havíamos construído com base em Melucci (1996), sobre como o sistema político e atores burocráticos, como partidos, por vezes restringem a tomada de decisões e absorção das demandas dos movimentos sociais. No caso da interação da FMLN com os coletivos LGBTI, por mais de uma vez, os interesses eleitorais do partido eram colocados à frente dos interesses dos movimentos sociais na linha de interesses da FMLN.

O projeto de Lei de Identidade de Gênero termina não conseguindo apoio suficiente durante a legislatura 2018-2021 e na legislatura posterior e atual (2021-2024). O projeto termina por ser arquivado com as palavras da deputada Marcela Pineda, eleita pelo partido Nuevas Ideas, partido criado em 2017 que mantém a

⁵⁷ Transcrição Original: Fueron grandes deudas que la población resintió el tema de la ley de identidad de género... Que por lo menos se buscaba que el FMLN diera iniciativa de ley dentro de la Asamblea Legislativa porque aquí en el país, pues por nuestro marco legal una persona diputada tiene que hacer ese proceso, o puede ser también a alguien un ministro o ministra del órgano Ejecutivo sí, es algo que aplica dentro de su ramo. Lastimosamente, la que se le insistió al Gobierno en su momento, ningún funcionario o funcionaria fue apoyada para que sacar adelante las le diera iniciativa de la ley de identidad de género y dentro del de la asamblea tampoco era un tema que no se miraba como un tema que tuviera correlación y tampoco un tema que el FMLN viera como prioritario en su momento. Es entonces cuando la diputada Lorena Peña, que llegó a ser presidenta de la Asamblea Legislativa por parte del FMLN, y es así ha sido como lo más cercano a una voz feminista de izquierda dentro del país sobre todo en la Asamblea Legislativa, apoyaba a la población LGBTI bueno [...] conocí a Lorena Peña y un poco su versión de esta situación y el acuerdo al que se había llegado dentro del FMLN era que dado que en paralelo se estaba dando las, estaba promoviendo la despenalización del aborto, que sin duda también conoces que en el país es completamente penalizado. Uno de los pocos países en Latinoamérica que lo hacen, entonces el FMLN proponía “en cuatro”, que es la despenalización en cuatro causales para las mujeres y el FMLN había volcado, aunque bien también retractores dentro del partido. El acuerdo era que todo el partido iba a apoyar entonces, pero dado que el FMLN, entre comillas, había puesto todo su caudal político, para eso nos iban a meter en otros temas polémicos, eso entre paréntesis, la población LGBTI. Entonces era como bien complicado porque era como el ponernos en una postura digamos de como bueno. Claro que apoyamos la despenalización de las cuatro causales porque somos personas LGBTI. También hay mujeres y otras personas LGBTI que queda, que pueden quedar embarazadas y que tienen la necesidad de tal vez de un aborto, entonces es algo que también apoyamos, pero no vio. Tal vez no sabemos, no entendemos por qué tiene que ser a costa del avance de nuestros derechos también. Entonces fue algo bastante complicado con el movimiento LGBT y causó muchas fricciones con el FMLN (Entrevista: Rodolfo Ramirez, 23 jan. 2022)

candidatura e mandato do atual presidente de El Salvador Nayib Bukele (2019-2024), de que este e outros diversos projetos “eram obsoletos e em desacordo com a realidade” (REPORTAR SIN MIEDO, 2021).

Diretamente através da Mesa LGBTI, foi lançada uma resposta pública em relação ao arquivamento do Projeto de Lei:

"Denunciamos como o esforço e o trabalho que esta mesa tem feito desde 2012 tem sido descartado sem nos consultar e apelamos ao diálogo para aqueles que factualmente compõem a Comissão para a Mulher e a Igualdade de Género", questionou a plataforma num comunicado divulgado após a decisão parlamentar. A lei de identidade de gênero “não responde a uma agenda política partidária, mas ao reconhecimento de nossos direitos [...] É à população trans que nós devemos”, acrescenta o texto (LA DIARIA FEMINISMOS, 2021. Tradução Nossa⁵⁸).

A resposta popular foi complacente com a resposta da Mesa LGBTI da PDDH. A ativista da COMCAVIS Trans, Bianka Rodríguez declarou que a decisão da Assembleia Geral agravava a desigualdade em El Salvador e dificultava o enfrentamento da violência que atinge as pessoas trans. Em uma marcha realizada no dia 17 de Maio de 2021, os cartazes reiteravam o protesto pelo arquivamento do projeto: “Obsoleta es tu transfobia”, “Diputadas: salgan de su burbuja de privilegio; “Nos están matando” e “Los derechos humanos no se archivan”, foram algumas das frases encontradas (LAS DIARIAS FEMINISTAS, 2021).

Esta situação nos ajuda a compreender, ainda mais, como os movimentos LGBTI de El Salvador se apropriam estrategicamente das possibilidades políticas da PDDH, conseguindo pressionar o sistema político em relação a suas demandas. O diferente nível de autonomia da PDDH. Em relação ao sistema de dominação do Estado salvadorenho é taticamente utilizado de forma que os movimentos sociais do país parecem ter uma relação mais profunda com a Mesa LGBTI do que com outras instâncias do governo do país. Além disso, a PDDH é também uma instância interessante ao que se refere ao seu lugar de disputa pelos significados de direitos humanos e cidadania, sendo constantemente convidada a ampliar o sentido destas gramáticas no El Salvador pós-conflito armado.

⁵⁸ Citação Original: “Denunciamos cómo el esfuerzo y trabajo que ha realizado esta mesa desde 2012 ha sido desechado sin consultarnos y hacemos un llamado al diálogo para quienes actualmente conforman la Comisión de la Mujer e Igualdad de Género”, cuestionó la plataforma en un comunicado difundido tras la decisión parlamentaria. La ley de identidad de género “no responde a una agenda político partidaria, sino al reconocimiento de nuestros derechos [...] Es a la población trans a la que nos debemos”, agrega el texto (LA DIARIA FEMINISMOS, 2021).

Diante desses exemplos, conseguimos visualizar como a amplitude do significado político dos conceitos de direitos, cidadania e democracia entram e disputa em uma instância como a Mesa LGBTI e contribuem para a criação de espaços públicos nos quais “as especificidades e as diferenças podem ser expostos, discutidos e negociados” (DAGNINO, 2000. p. 88).

Dagnino reitera que mesmo que sua teoria enfatize a dimensão cultural, não é contraditório ressaltar estas experiências de intervenção popular no Estado, pois são estas experiências que mostram mudanças não somente no modo de tomada de decisões do sistema político/de dominação (MELUCCI, 1996), mas também mostram o relacionamento entre o Estado e a sociedade e seus coletivos organizados. A relação de participação e articulação, que constitui a Mesa LGBTI junto com os movimentos sociais LGBTI em El Salvador, serve como exemplo desse tipo de relação nas quais estão em jogo novas concepções de democracia, cidadania e direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com o movimento LGBTI de El Salvador, a partir do lugar do Brasil, foi uma missão difícil, mesmo que profundamente enriquecedora. Algumas adversidades que circulam, entre a dificuldade de achar dados, a distância física do campo de pesquisa e a escassa produção sobre o tema, dificultam o levantamento de um quadro referencial mais diverso.

Esta foi uma pesquisa que constantemente se questionou sobre qual seria o referencial teórico mais adequado, considerando as especificidades de um movimento político que ocorre em um país da América Central e que é atravessado por uma história bastante recente de conflito armado. Este era nosso questionamento basilar: quais as estratégias do movimento LGBTI de El Salvador considerando suas questões de localidade geográfica e sua especificidade histórica, a resolução do conflito armado, a ascensão dos Acordos de Paz e os impactos destes no incremento de uma gramática de direitos humanos no país e como os movimentos, que discutem gênero e sexualidade, se relacionam com esse contexto.

Fez-se necessário um estudo complexo da história de El Salvador, desde o conflito armado até a atualidade. Foram considerados alguns elementos chave, que guiaram a pesquisa. Considerando que nosso principal interesse seria o de entender a grande mudança na estrutura de oportunidades políticas do sistema político de El Salvador, a partir da eleição do partido da FMLN em 2009, e como se deram as notáveis mudanças na relação dos movimentos LGBTI com o Estado salvadorenho neste contexto.

Estas mudanças já eram notáveis à primeira vista. É a partir dos governos FMLN que surgem as instâncias estudadas como a Direção de Diversidade Sexual da Secretaria de Inclusão Social (SIS) e a Mesa LGBTI da PDDH. É também nestes governos que são aprovados o Decreto Nº 56 proibindo qualquer discriminação por gênero e sexualidade na administração pública, o Acordo Ministerial 202, do Ministério da Saúde sobre a sensibilização do atendimento de saúde da população LGBTI. Estas mudanças são identificadas, à primeira vista, em artigos científicos e relatórios de conquistas dos movimentos sociais. Entretanto, questionava-se como se deu o jogo político entre estas instituições e os movimentos sociais.

Para isso, buscou-se primeiramente entender quem era a FMLN e quais foram suas transformações históricas, tanto em seu formato, performance e apresentação política, como também em suas orientações ideológicas. Ao que se refere a seu formato e apresentação política, já nos deparamos com uma especificidade. O principal partido de esquerda de El Salvador tem sua origem enquanto uma organização política-militar e sua transformação em partido está diretamente conectada com o processo de formalização dos Acordos de Paz do país.

Esse processo obviamente também ocorre através de uma mudança considerável no panorama ideológico da FMLN. Enquanto esta era uma organização político-militar, prevaleciam os ideais marxistas radicais e revolucionários, que foram substituídos por um modelo mais reformista quando da transformação desta em partido político. A transformação em partido político também significou uma mudança na estrutura de oportunidades políticas internas do partido, que começou a sofrer uma grande pressão dos movimentos feministas e de mulheres para incluir as questões de gênero em sua agenda política.

Articulações, como o Mulheres 94, foram preponderantes para que a FMLN se tornasse mais favorável às discussões sobre gênero durante este período de transição democrática se comparados com outros exemplos similares da região, como a FSLN da Nicarágua. Mesmo diante de diversas contradições, estas articulações dos movimentos de mulheres e feministas tiveram um importante papel de tornar as questões de gênero e, até mesmo, as questões de sexualidade e identidade, mais receptivas dentro da FMLN; um partido ainda majoritariamente masculino em que tais questões não eram vistas como prioridade.

Ao mesmo tempo em que os movimentos de mulheres e feministas exerciam esse trabalho, nasciam também, durante a década de 1990, os primeiros coletivos organizados de pessoas LGBTI em El Salvador. Diante do estímulo do financiamento internacional para o combate ao HIV/AIDS e do processo de políticas neoliberais, que incentivavam a criação de organizações não-governamentais, essa década é marcada pelo aparecimento de grupos como o Fundasida, que mais tarde, naquela mesma década, leva a fundação da Associação Entre Amigos, uma das principais e mais consolidadas organizações LGBTI do país até os dias de hoje. É também ao final desta década que surgem as iniciativas das primeiras Marchas LGBTI do país.

A década seguinte será marcada pelo surgimento de mais organizações não-governamentais, mas também pelas tensões causadas pela tentativa de reforma constitucional dos artigos 32, 33 e 34, que visavam a restrição do conceito de casamento apenas para casais heterossexuais, além de proibir a adoção por casais LGBTI. Esta iniciativa, proposta pelo deputado conservador Rodolfo Parker, acabou transformando-se em uma oportunidade política de articulação entre os coletivos LGBTI, que assustados com as chances da reformas serem aprovadas, formaram a Aliança LGBTI e começaram a fazer um trabalho de pressão sobre a casa legislativa. Os resultados foram positivos para a Aliança, que conseguiu pressionar os deputados progressistas, maioria em 2009, quando a reforma estava em sua segunda votação para ratificação, a votarem contra as reformas.

A Aliança foi uma articulação importante dos movimentos e coletivos de El Salvador e mesmo que tenha tido um prazo de validade consideravelmente curto, encerrando suas atividades em 2011, a mesma conseguiu não apenas barrar a reforma conservadora do deputado Rodolfo Parker, como também esteve como uma das principais frentes de articulação com instituições como a Procuradoria de Direitos Humanos de El Salvador, sendo que o resultado de seu trabalho e reivindicação resultou na criação da Mesa Permanente LGBTI nesta instituição.

A Aliança é, em alguma medida, assimilada pela Mesa Permanente. Mesmo que algumas das organizações, que compunham a Aliança, se desvincularam da iniciativa, sendo a Aliança posteriormente transformada na Federação LGBTI de El Salvador. Este processo de passagem da Aliança para a Mesa e para a Federação não ocorre sem algumas contradições. Algumas questões geram tensões internas, tensões estas que são atravessadas por situações de discordância sobre o repertório de ação coletiva dos movimentos LGBTI no país.

Por um lado, a Federação representava um repertório mais ligado a cooperação financeira internacional o que gerava questionamentos sobre as influências desta na autonomia política dos coletivos organizados, ao mesmo tempo que a radicalidade de suas ações coletivas e real capacidade de incidência política. Neste contexto, algumas organizações, que haviam sido convocadas para reuniões durante a fase embrionária do projeto da Federação, optaram pela recusa em participar desta articulação política.

Neste sentido, mesmo que a Federação tenha tido, em alguma medida, seu embrião na Aliança LGBTI, as duas iniciativas se diferenciam bastante no sentido de que a Aliança representou uma articulação com objetivos mais diretos e específicos, relacionados à reforma constitucional, tanto que sua duração foi curta após conquistar o objetivo de frear a mesma. Já a Federação representa uma outra etapa de articulação entre os movimentos/coletivos LGBTI organizados de El Salvador, muito mais ligados aos interesses de alguns grupos e lideranças por oportunidades mais sustentáveis de cooperação financeira internacional.

Outro achado interessante, discutido nesta pesquisa, foi a Direção de Diversidade Sexual da Secretaria de Inclusão Social de El Salvador. A primeira consideração que precisamos levar em conta para analisar esta instância era seu caráter político, como parte do poder executivo do Estado de El Salvador e do Governo da FMLN. Neste contexto, a secretária de inclusão social era a primeira-dama do governo de Mauricio Funes, Vanda Pignato.

A própria figura de Vanda Pignato representou uma oportunidade política importante para o movimento LGBTI do país, por ser uma aliada influente que recebeu as demandas das organizações LGBTI e teve uma participação importante, junto com o trabalho dos coletivos organizados, na criação do Decreto Nº 56 e da respectiva Direção de Diversidade Sexual, facultada pela indicação do Decreto de que fosse criada uma instância política dentro da SIS para garantir que o decreto fosse de fato cumprido.

O caráter executivo da DDS foi, por muitas vezes, limitante, já que seu papel era muito mais de fiscalização e facilitação de políticas públicas do que de fato legislativos. Ainda que tenha cumprido um papel importante de formação e sensibilização de funcionários públicos, diversas contradições da atuação da DDS foram ressaltadas nos relatos dos ativistas entrevistados. O saldo crítico se refere, principalmente, às limitações de sua ação política, que terminavam por ser pouco ambiciosas diante das expectativas criadas pelos movimentos sociais. Seus objetivos eram limitados pelo que Melucci (1996) chamaria de inércia burocrática do sistema político, ou seja, as próprias limitações do sistema político, neste caso do caráter executivo, não ser baseado em uma lei e sim em um decreto e pelas próprias limitações deste poder executivo na absorção das demandas dos movimentos sociais

e transformação destas demandas em políticas mais sólidas como leis ou até mesmo políticas públicas com maior orçamento público.

Por fim, discutimos também a Mesa LGBTI da PDDH, que foi uma das iniciativas nas quais os coletivos LGBTI organizados e outras lideranças e ativistas LGBTI estiveram mais presentes durante os governos da FMLN. Destacamos o caráter específico da PDDH de El Salvador como uma instituição que surge no contexto dos Acordos de Paz, como uma das principais instâncias responsáveis pela perpetuação, fiscalização da garantia dos direitos humanos em El Salvador. Esta instituição surge com um grau de autonomia bastante específico em relação ao governo salvadorenho, não tendo que responder ao governo, mesmo que a eleição do Procurador Geral seja feita pela Assembleia Legislativa.

A autonomia desta instituição pareceu interessar aos coletivos LGBTI de El Salvador, que se aproveitaram da oportunidade política da eleição de um procurador favorável a causa, o senhor Oscar Luna, para que fosse criada a Mesa Permanente LGBTI na PDDH. A Mesa surgiu em 2012 e em seus primeiros anos recebeu regularmente coletivos, líderes e ativistas para discutir interesses, projetos de lei, políticas públicas, fiscalização de violações, construção de posicionamentos políticos e a atuação da PDDH diante das ações do governo ao que se referem aos temas de gênero e sexualidade.

O interesse dos coletivos LGBTI por uma instância que exerce papel tão importante na construção do entendimento sobre direitos humanos em El Salvador nos faz refletir sobre o quanto os movimentos sociais se interessam por influenciar a cultura política dos sistemas políticos que fazem parte, disputando não apenas leis e políticas públicas, mas o próprio significado e amplitude de conceitos como cidadania e direitos humanos.

Diante disso, arriscamos considerar que em El Salvador existem movimentos sociais LGBTI, que conseguem relacionar-se com o Estado. Estes aproveitam-se de *oportunidades políticas* (TARROW, 1997) e constroem estratégias de incidência política no *sistema político e sistema de dominação* (MELUCCI, 1996) do Estado salvadorenho. Estas relações resultam em diversas *mudanças moleculares* (MELUCCI, 1996) na relação do Estado com as organizações políticas LGBTI.

Recentemente tem se observado um período de fechamento da estrutura de oportunidades e se aproximando mais a um contexto do que Tarrow (1997) chamaria de restrições políticas. O atual presidente Nayib Bukele foi eleito em 2019 por meio do partido *Nuevas Ideas*, um partido político criado em 2017 e que ascende com um discurso de livre mercado. Em seu governo foi extinta a Secretaria de Inclusão Social e consequentemente a Direção de Diversidade Sexual (GUZMÁN, 2019). O presidente também já declarou acreditar que o matrimônio é somente entre um homem e uma mulher (NÓCHEZ, 2018), além de recusar a recomendação das Nações Unidas referentes ao reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans e travestis (GHOSHAL, 2019).

Frisamos que existe em El Salvador um movimento LGBTI, composto por organizações e coletivos diversos e que disputam poder entre si, mas que conseguem, nos termos de Melucci (1996), distinguir-se do ambiente e se tornam conscientes disso através de suas relações com o ambiente externo. A relação da Aliança com a Mesa LGBTI, ou com a Direção de Diversidade Sexual, com o governo salvadorenho, com a sociedade salvadorenha e com outros movimentos sociais. A relação da Federação LGBTI com a cooperação financeira internacional e até mesmo de outros coletivos LGBTI que, desligados da Federação, mas que incidem sobre o sistema político de El Salvador sendo reconhecidos por este sistema como organizações políticas de dissidentes sexuais e de gênero, mesmo que sejam de identidades específicas como mulheres lésbicas, mulheres trans, homens trans e etc. são exemplos de como estes movimentos se estabelecem e são reconhecidos por sua identidade dentro do campo de oportunidades e restrições deste sistema político.

REFERÊNCIAS

- ACUERDOS DE CHAPULTEPEC. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1575/23.pdf>>.
- AGUILERA, Christina. *Pa Mis' Muchachas*. Miami: Sony Latin. 2022. 3m36s.
- ALIANZA POR LA DIVERSIDAD SEXUAL LGBT, Alianza por la Diversidad Sexual LGBT. **Sistematización de Hechos de agresión a la comunidad de Lesbianas, Gays, Bisexuales y Trans de El Salvador**. [S. l.], 2009. *E-book*.
- ALMEIDA, Paul. El Salvador: elecciones y movimientos sociales. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 30, n. 2, 2010.
- ÁLVAREZ, A. M. Sociedad civil y movimientos sociales en El Salvador de postguerra. **Historia Actual Online**, n. 32, p. 59–71, 2013.
- ÁLVAREZ, Alberto Martín. **De movimiento de liberación a partido político: articulación de los fines organizativos en el FMLN salvadoreño (1980-1992)**. Orientador: Fernando Harta de Vera. 2004. Tese (Doutorado) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/5435/>. Acesso em: 12 dez. 2022
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O Cultural e o Político nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. In: E. ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. cap. 1, ISBN 85-7041-218-5./
- ARAÚJO, N. V.; LIMA, A. J. Melucci e Tarrow: revisão teórica sobre movimentos sociais. **Revista Em Pauta**, v. 0, n. 25, 28 jun. 2010.
- ARÉVALO, Amaral Palevi. Del “cuiloni” al homosexual: sexualidades masculinas disidentes en El Salvador entre 1932-1992. **Cultura, Lenguaje y Representación - CLR**, n. 15, p. 119–137, 2016.
- ARÉVALO, Amaral. Del orgullo gay a la Diversidad Sexual: organización de identidades sexuales disidentes en El Salvador. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 25, p. 99–116, 2016
- ARÉVALO, Amaral. Hilando Memorias: organización de mujeres lesbianas en El Salvador. **Estudios de Sociología**, v. 2, n. 23, p. 125–194, 2017.
- ARÉVALO, Amaral. La marcha por la diversidad sexual en El Salvador ¿continuidad o ruptura? **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**, v. 5, n. 2, p. 51–74, 2015.
- ARÉVALO, Amaral. Travestis, marimachas y maricones: el camino del arcoíris en El Salvador. **Revista Punto Género**, v. 0, n. 6, 13 set. 2016.
- ARNSON, Cynthia J. *et al.* The Administration of President Mauricio Funes: a one-year assessment. **Woodrow Wilson Center**: Latin American Program, Washington, 2011. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/the-administration-president-mauricio-funes-one-year-assessment>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a política nas ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. 266 p.

CONAWAY, Camille Pampell; MARTÍNEZ, Salomé; GAMMAGE, Sarah. **Adding Value: Women's Contributions to Reintegration and Reconstruction in El Salvador**. Washington, DC: Hunt Alternatives Fund, 2004.

CORNEJO, Cruz Edgardo Torres. **La Participación Política del Colectivo LGBTIQ en El Salvador**. 2018. 144 p. Dissertação (Mestrado) - Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, San Salvador, 2018.

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. cap. 2, ISBN 85-7041-218-5.

DONATO, M. R. A. **O papel da sociedade civil na governança global da AIDS**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10426>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

EL SALVADOR. **Decreto núm. 56 que dicta disposiciones para evitar toda forma de discriminación en la Administración Pública, por razones de identidad de género y/o de orientación sexual**. Disponível em: <http://oit.org/dyn/natlex/natlex4.detail?p_lang=fr&p_isn=86392&p_count=99222#:~:text=Decreto%20n%C3%BAm.->>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FALQUET, J. El movimiento de mujeres en la “democratización” de posguerra en El Salvador. **Revista del CESLA. International Latin American Studies Review**, n. 4, p. 194–209, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio De Janeiro: Graal, 2009.

GARIBAY, D. Del conflicto interno a la polarización electoral. Diez años de elecciones en El Salvador (1994-2004). **Revista Trace**, n. 48, p. 30, 23 jul. 2018.

GARIBAY, D. Un partido de izquierda radical frente a las reivindicaciones de género: entre el estancamiento de los números y la afirmación de la radicalidad. El caso del FMLN en El Salvador. **Política. Revista de Ciencia Política**, v. 46, p. 141–171, 1 jan. 2006.

GHOSHAL, N. **No Safe Haven for LGBT People in El Salvador**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2021/01/08/no-safe-haven-lgbt-people-el-salvador>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

GOHN, Maria da Gloria. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2013. v. 47. ISBN 978-85-249-2023-3.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. atual. São Paulo: Edições Loyola, 2014. ISBN 978-85-15-01597-9.

GONZÁLEZ, Á. A. El FMLN. Entre la oposición y el Gobierno tras doce años de elecciones. **Revista Centroamericana de Ciencias Sociales (RCCS)**, v. 3, n. 2, p. 49–84, 2006.

GONZÁLEZ, L. A. El FMLN salvadoreño: de la guerrilla al gobierno. **Nueva sociedad**, n. 234, p. 143–158, 2011.

GUATARRI, Felix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GUZMÁN, Valeria. **Federación LGBTI cuestiona el desamparo a la diversidad sexual en el nuevo gobierno**. Disponível em: <https://elfaro.net/es/201911/el_salvador/23760/Federaci%C3%B3n-LGBTI-cuestiona-el-desamparo-a-la-diversidad-sexual-en-el-nuevo-gobierno.htm>. Acesso em: 30 dez. 2022.

LARA-MARTÍNEZ, Rafael. **Indígena, Cuerpo y Sexualidad en la Literatura Salvadoreña**. 1. ed. San Salvador: Editorial Universidad Don Bosco, 2012. ISBN 978-99923-50-43-0.

LUCIAK, I. A. Gender Equality and Electoral Politics on the Left: A Comparison of El Salvador and Nicaragua. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 40, n. 1, p. 39–66, 1998.

LUCIAK, I. A. Gender Equality in the Salvadoran Transition. **Latin American Perspectives**, v. 26, n. 2, p. 43–67, 1999.

LUCIAK, I. A. Mujeres en transición. Izquierda revolucionaria, igualdad de género y democratización. Una comparación entre El Salvador y Nicaragua. **ECA: Estudios Centroamericanos**, v. 53, n. 597-598, p. 619–641, 31 ago. 1998.

LUNGO, Mario. **El Salvador en los 80**: contrainsurgencia y revolución. 1. ed. San José: EDUCA, 1990. ISBN 9977-30-158-1.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente**: Movimentos Sociais Nas Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**: collective action in the information age. New York: Cambridge University Press, 1996.

NÓCHEZ, Maria. **Candidato de las “nuevas ideas” se opone al matrimonio igualitario**. Disponível em: <https://elfaro.net/es/201811/el_salvador/22660/Candidato-de-las-%E2%80%9Cnuevas-ideas%E2%80%9D-se-opone-al-matrimonio-igualitario.htm>. Acesso em: 30 dez. 2022.

ORELLANA, L. **Dennis Ponce, Siguanaba uno: “Me siento orgulloso de ser la Siguanaba porque bailo y le saco risas a la gente” | El Metropolitano Digital**. Disponível em: <<https://www.elmetropolitanodigital.com/2018/08/dennis-ponce-siguanaba-uno-me-siento-orgulloso-de-ser-la-siguanaba-porque-bailo-y-le-saco-risas-a-la-gente/>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PALOMINO, Sally. Pouco a comemorar na América Latina, onde ser LGBTQIA+ é ser alvo. **El País**, Cidade do México, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-28/pouco-a-comemorar-na-america-latina-onde-ser-lgbtqia-e-ser-alvo.html>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PDDH EL SALVADOR, Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos. **Documento Constitutivo de la Mesa Permanente de la PDDH sobre los**

Derechos Humanos de la Población LGBTI de El Salvador. El Salvador: [s. n.], 2012. Disponível em: <https://www.pddh.gob.sv/portal/wp-content/uploads/2018/10/documento-de-constitucion-lgbti.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PRESIDENTE, E. et al. **ORGANO EJECUTIVO PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/86392/97471/F1174021459/SLV86392.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

RM, C. **Monumento al Divino Salvador del Mundo.** Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/camaro27/4867301353/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RODRÍGUEZ, M.; ENRÍQUEZ VILLACORTA, A. Elecciones presidenciales en El Salvador, derrota histórica de la derecha neoliberal, la izquierda ofrece gobierno concertador. **Alternativas para el Desarrollo**, n. 108, p. 2–5, 1 dez. 2008.

SAINT-GERMAIN, M. A. Mujeres '94. **Women & Politics**, v. 18, n. 2, p. 75–99, 19 ago. 1997.

Siguanaba Leyenda El Salvador - Google Search | El salvador art, El salvador, Salvador. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/73253931419803820/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

STEMPLE, L. Opinion | The Hidden Victims of Wartime Rape. **The New York Times**, 2 mar. 2011.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política.** Madrid: Alianza Editorial, 1997. ISBN 84-206-2877-8.

TGEu. **TDor 2016 Press Release.** Disponível em: <https://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ZULUAGA, Carmen Elena Villacorta. **Democracia electoral y neoliberalismo en El Salvador: la transición política salvadoreña entre 1979 y 2009.** Orientador: Irene Sánchez Ramos. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2010. Disponível em: https://ru.dgb.unam.mx/handle/DGB_UNAM/TES01000659585. Acesso em: 12 dez. 2022.